



UFRPE
Universidade
Federal Rural
de Pernambuco

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES
CURSO DE MESTRADO**

MACDOUGLAS DE OLIVEIRA

“ENTRE” CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento

RECIFE/2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES
CURSO DE MESTRADO**

MACDOUGLAS DE OLIVEIRA

“ENTRE” CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE para a obtenção da aprovação do título de Mestre em Educação, Culturas e Identidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Pompéia Villachan-Lyra

RECIFE/2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Nome da Biblioteca, Recife-PE, Brasil

O48e Oliveira, Macdouglass de
"Entre" chapeuzinhos vermelhos e lobos maus. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento / Macdouglass de Oliveira. – 2018.
168 f. : il.

Orientador: Pompéia Villachan-Lyra.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, BR-PE, 2018.
Inclui referências, anexo(s) e referencia(s).

1. Educação 2. Abuso sexual 3. Primeira infância I. Villachan-Lyra, Pompéia, orient. II. Título

CDD 370

Macdouglass de Oliveira

**"ENTRE CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS: O ABUSO
SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA E A ESCOLA ENQUANTO REDE DE
PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO"**

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre, pelo Programa de
Pós-Graduação em Educação,
Culturas e Identidades Associado
Universidade Federal Rural de
Pernambuco e Fundação Joaquim
Nabuco

Aprovado em 22.02.18

BANCA EXAMINADORA



Dr^a. Pompéia Villachan Lyra – Universidade Federal Rural de Pernambuco –
Orientadora e Presidente



Dr^a. Silvia Helena Koller – Universidade Federal Rio Grande do Sul -
Examinadora Externa



Dr^a. Cláudia Roberta de Araújo Gomes – Universidade Federal Rural de
Pernambuco-Examinadora Externa



Dr^a. Flávia Mendes de Andrade Peres - Universidade Federal Rural de
Pernambuco - Examinadora Interna

RECIFE/2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Edite Isabel dos Santos (In memoriam), meu maior exemplo e incentivo.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me concedido a capacidade de ressignificação, me fazendo entender que o momento de dor também pode ser transformador e, de fato foi.

À meus avós, Edite Isabel (In Memoriam) e Waldemar Pedro, vocês foram e são a força que me move, o brilho dos olhos que em mim existe, a confiança que me coloca de pé todos os dias, a minha estrutura.

À minha mãe Maria Izabel pelos tantos momentos de acolhimento, sensatez e coragem. Ao meu irmão Márcio Rubens por tanto apoio e segurança, por ter me feito refletir sobre tantos aspectos, momentos e situações.

Aos meus tios, em especial, a Maria Valdelúcia, aquela que dedico gratidão, que acreditou em mim em todos os momentos, me fazendo compreender que nunca deveria desistir dos sonhos e Severina Izabel por ter acompanhado minhas lutas e esforços, torcendo pelas conquistas diárias.

Aos meus primos e familiares por acreditarem no meu potencial, por tantas vezes me auxiliarem nos momentos decisivos, contribuindo assim, para que eu me tornasse o que hoje sou.

Aos amigos, de tantos nomes, sentimentos e singularidades. Lembro de cada palavra, apoio, abraços e olhares que me passavam tanta confiança. De tão intensos, sinto-os até agora.

À Rita de Kássia, agradeço por cada momento e parceria. Obrigado pelo acolhimento, pelas verdades, por dividir tantas angústias e chorarmos às vezes, por compartilhar alegrias, ter se tornado minha confidente, amiga e irmã que amo.

À Adília Karoline, por ter me reconhecido como amigo, por tudo que vivemos juntos, pela confiança, companheirismo e colo que muitas vezes foi me dado. Obrigado por ter sido abrigo em muitos dias.

À Márcia Nunes, pelo nosso encontro de almas, pela vivência dos melhores momentos e sentimentos. A única certeza que tenho é a de que mesmo longes, estamos sempre perto um do outro.

Um obrigado especial aos professores ainda da época do colegial como Adalberto, Elineide, Leila, Silvany, Rosalba, Lucinda, Ana Cláudia e Ilza e, aos mestres da academia que, de alguma forma, marcaram a minha história como Rafaella Medeiros, Fabiana Nascimento, Suely Emília, Ana Barreto e Renata Casé. Vocês são responsáveis por me fazer enxergar um mundo maior do que aquele que eu tomava como meu.

À Pompéia Vilachan-Lyra, por tanta sensibilidade e paciência nos diversos momentos de dificuldades, sofrimentos e impossibilidades. Aprendemos um com o outro a respeitar o tempo e as limitações. Confesso que me ausentei em muitos momentos, gostaria de ter ficado aprendendo um pouco mais com os seus ensinamentos e sabedoria, mas precisei me refazer, e nesse processo todo, você me acolheu com maestria. Obrigado por acreditar que era possível, e foi, vencemos essa luta juntos.

E por fim, ao amor que me move e me faz ser melhor a cada dia. A mim mesmo, por não ter desistido daquilo que desejei para mim. E a vida, por ter me proporcionado tanta felicidade, me conduzindo sempre para os melhores caminhos.

RESUMO

O abuso sexual em crianças vem sendo pauta para estudos e pesquisas, ganhando repercussão também na mídia e na sociedade. Entretanto, o abuso sexual infantil não é uma realidade recente, esse tipo de violência sempre existiu na história da criança. Com o passar dos anos, o olhar do Estado se volta para a criança garantindo direito e proteção, surgindo, portanto, os órgãos governamentais que visam assegurar assistência, proteção e cuidado às vítimas de abuso sexual infantil. Considerando os fatos acima descritos, o seguinte trabalho tem como objetivo: Investigar os impactos e contribuições emergentes a partir da intervenção formativa na atuação profissional de professores da rede pública no município do Recife, considerando a temática sobre abuso sexual em crianças na primeira infância. Para nortear essa questão, os referenciais teóricos utilizados discorreram sobre a concepção e historicidade da violência contra a criança e implicações na primeira infância, bem como, os tipos, definições e implicações do abuso sexual infantil, identificando os órgãos de proteção e cuidado. Nessa perspectiva, traz à tona a discussão acerca do papel da escola na constituição do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, entendendo que para compor essa Rede, se faz necessário discutir os processos de formação continuada para professores contemplando tal temática. Do ponto de vista metodológico, foi utilizada a abordagem qualitativa com o intuito de aproximar-se das singularidades dos sujeitos envolvidos, bem como dos significantes, possibilitando uma intimidade entre sujeito e objeto. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram as Práticas de Grupos Focais, Observação Participante e Diário de Campo. Para a análise dos dados e construção dos resultados, utilizamos a análise de conteúdo temática subsidiada pela proposta por Bardin. Desse modo, a partir dessa estrutura foi possível observar que a escola ainda encontra-se sem aparato metodológico para atuar com abordagens que envolvam a violência sexual ocorridos na primeira infância e necessitam de intervenções que promovam, de forma continuada, formações que possam fortalecer a atuação dos professores que atuam na primeira infância.

Palavras-chave: Educação. Criança. Abuso sexual, Primeira Infância.

ABSTRACT

Sexual abuse in children has been the focus of studies and research, also gaining repercussion in the media and in society. However, child sexual abuse is not a recent reality, this type of violence has always existed in the child's history. Over the years, the state has turned its attention to the child, guaranteeing rights and protection, and therefore, the government agencies that seek to provide assistance, protection and care for victims of child sexual abuse. Considering the facts described above, the following work aims to: Investigate the impacts and emerging contributions from the training intervention in the professional activity of public school teachers in the city of Recife, considering the issue of sexual abuse in children in early childhood. In order to guide this issue, the theoretical frameworks used have explored the conception and historicity of violence against children and implications in early childhood, as well as the types, definitions and implications of child sexual abuse, identifying the protection and care organs. In this perspective, it raises the discussion about the role of the school in the constitution of the System of Guarantee of Rights of the Child and the Adolescent, understanding that to compose this Network, it is necessary to discuss the processes of continuous formation for teachers contemplating this theme. From the methodological point of view, the qualitative approach was used with the purpose of approaching the singularities of the subjects involved, as well as of the signifiers, allowing an intimacy between subject and object. The instruments used for data collection were the Focal Groups Practices, Participant Observation and Field Diary. For the analysis of data and construction of results, we used the thematic content analysis subsidized by the proposal by Bardin. Thus, from this structure it was possible to observe that the school still has no methodological apparatus to deal with approaches that involve sexual violence occurring in early childhood and require interventions that promote, on an ongoing basis, formations that can strengthen the performance of teachers who work in early childhood.

Keywords: Education. Child. Sexual Abuse, Early Childhood.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
OBJETIVOS.....	22
1. INFÂNCIA E ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA.....	24
1.1 Contextualizando a história da Infância.....	25
1.2 Abuso sexual infantil: definições e tipos.....	30
1.2.1 Definições.....	30
1.2.2 Tipos de abuso sexual infantil.....	32
1.2.3 O agressor.....	34
1.2.4 O pacto de silêncio.....	36
1.2.5 A descoberta.....	37
2. DO CONTO DE FADAS A HISTÓRIA DE TERROR : O ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA, IMPACTOS E DESAFIOS.....	40
2.1 Conceituando a primeira infância.....	41
2.2.1 A importância do outro e a relação de apego para a constituição do sujeito.....	44
2.2 As implicações do abuso sexual no desenvolvimento infantil.....	47
3. COMBATENDO O LOBO MAU: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA COMPOSIÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO E COMBATE AO ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	54
3.1 O Caçador: A formação continuada como estratégia de prevenção e combate ao abuso sexual na primeira infância.....	58
3.2 Compondo atu(ações).....	62
3.3 Construindo uma nova história: Caracterização da Rede Socioassistencial de combate ao abuso sexual infantil.....	65
4. MÉTODO DA PESQUISA.....	70

4.1 Universo da pesquisa.....	72
4.2 Instrumentos.....	74
4.3 Procedimentos.....	76
4.4 Análise e tratamento dos dados.....	83
4.5 Procedimento ético	84
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	87
5.1 Formando as ações – intervenção formativa sobre abuso sexual na primeira infância.....	88
5.1.1 Percurso histórico da infância.....	89
5.1.2 Conceitos, definições e tipos de abuso sexual infantil.....	92
5.1.3 Perfil e Características do agressor.....	94
5.1.4 Identificação da violência e Sistema de Garantia de Direitos.....	95
5.2 Percepção e atitudes das professoras sobre abuso sexual infantil: pré e pós-intervenção formativa.....	97
5.2.1 Eu Pessoal x Eu profissional.....	98
5.2.2 Narrativas pessoais e profissionais sobre violências sexuais na primeira infância	100
5.2.3 Conceituando abuso sexual infantil: pré e pós – intervenção formativa.....	105
5.2.3.1 Conceituando o abuso sexual infantil	105
5.2.3.2 Implicações e sintomas ocasionados pelo abuso sexual Infantil.	107
5.2.3.3 O Papel da escola na prevenção	108
5.2.3.4 A participação em formações sobre abuso sexual infantil	110
5.2.3.5 Composição da Rede de Proteção	112
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICES.....	130
Apêndice I.....	131
Apêndice II.....	134
Apêndice III.....	139
Apêndice IV.....	140

Apêndice V.....	141
Apêndice VI.....	142
ANEXOS.....	165
Anexo I.....	166
Anexo II.....	167
Anexo III.....	168

*E*RA UMA VEZ...

...uma linda menina chamada chapeuzinho vermelho. Certo dia, sua mãe pediu que ela levasse uma cesta de doces para a sua avó que morava do outro lado do bosque. Chapeuzinho vermelho estava caminhando pelo bosque quando encontrou o lobo. Aonde vai chapeuzinho? Perguntou o lobo. Na casa da vovó levar uma cesta de doces. Respondeu Chapeuzinho. Muito bem boa menina, por que não leva flores também? Enquanto Chapeuzinho colhia as flores o lobo correu para a casa da vovó. Bateu a porta e imitando a voz de chapeuzinho vermelho pediu para entrar.

Assim que entrou deu um pulo e devorou a vovó inteirinha, depois colocou a touca, os óculos e se cobriu, esperando chapeuzinho. Quando chapeuzinho chegou o lobo pediu para ela chegar mais perto. - Vovó que orelhas grandes! Disse Chapeuzinho. É para te ouvir melhor. Disse o lobo. Que olhos enormes Vovó! É para te ver melhor. Que nariz comprido! É para te cheirar. E essa boca vovozinha, que grande!

- É pra te devorar !.

Então, o lobo pulou da cama e correu para pegar chapeuzinho. Um lenhador que passava perto da casa ouviu o barulho e foi ver o que era. O lobo tentou fugir, mas o lenhador atirou e matou o lobo. Chapeuzinho apareceu e disse que o lobo havia engolido a vovó. O lenhador abriu a barriga do lobo e tirou a vovó sã e salva.

Elas foram felizes para sempre!

Adaptação: Hans Christian Andersen

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“E foram felizes para sempre”... Será?

Gostaríamos de continuar narrando aqui a felicidade trazida pelos contos infantis ao final de cada história. Mas, na realidade, muitas vezes o que deveria ser conto deixou de ser, o que seria brincadeira de criança tornou-se caso de polícia e aqueles que deveriam cuidar e amar, violam, agredem e se transformam em verdadeiros lobos maus.

Para iniciar a nossa discussão nos remetemos à Betterlheim (1997) que, no seu livro *A Psicanálise dos Contos de Fadas* retrata a história de chapeuzinho vermelho como um caso de abuso sexual infantil. Mesmo que o presente trabalho não adote a abordagem psicanalítica como marco teórico, trazemos a análise desse conto para aproximar a ludicidade do conto de fadas com a violência propriamente dita, tendo em vista que o autor faz uma correlação entre ambos.

Nesse sentido, a análise crítica proposta por ele apresenta uma reflexão que envolve o simbólico e o real ao mesmo tempo. Chapeuzinho vermelho é a protagonista criança indefesa que se deixa seduzir pelo lobo mau (homem desconhecido) que encontrou no caminho para a casa de sua avó. O envolvimento de confiança estabelecido entre ela e o lobo a fez revelar para onde estava indo, facilitando o episódio da agressão.

A cor vermelha do chapeuzinho identifica fervor, emoções fortes e agressivas, numa linguagem mais simplista, entendemos como a representação da violência sexual. Para Betterlheim (1997) o momento em que a criança chega ao seu destino e procura pela avó encontra, em seu lugar, aquele que a seduziu. O impacto maior acontece quando chapeuzinho estranha o tamanho das pernas, braços e olhos do agressor e, por fim, a boca. A menina é comida, devorada, agredida, sem nenhuma piedade ou culpa. Participou de uma prática que não conduz com a sua idade e amadurecimento pessoal. O lenhador, imagem de proteção e pai, aparece para salvar, buscando livrar a chapeuzinho das garras do agressor animal.

Apesar da visão lúdica, o conto da chapeuzinho vermelho é real e está presente em nossa sociedade há muito tempo, ainda não conseguimos lidar com os lobos maus. Enquanto isso, as crianças que não precisam mais se disfarçarem em roupas vermelhas para relatar a história, permanecem presas às garras desses

agressores. Considerando o conto e a realidade, buscaremos através deste, discorrer sobre a história da infância, conceituando o abuso sexual na primeira infância e evidenciando a importância da prevenção e combate a esse tipo de violência.

Sendo assim, ao tentar resgatar a história da infância é possível perceber que a criança, desde os anos iniciais, de um modo geral, sempre conviveu com a negligência, descaso e violência. Autores como Àries (1981) e Azambuja (2004) destacam que antes do século XVI não existia o conceito de infância, muito menos o sentido atribuído a ele, as crianças eram tratadas como mini-adultos. Nesse contexto, exploração do trabalho infantil, escravidão, infanticídio, abandono, violência física e sexual, foram práticas comuns, pelo fato de que se acreditava que a criança não passava de um peso para a família e para o Estado (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Contudo, a criação e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 no Brasil parecia resolver o “problema criança”, garantindo-lhes direito e proteção. Apesar dos direitos assegurados em lei, a criança ainda vem sendo alvo de diversas violências, muitas vezes, praticadas em silêncio e em suas próprias casas. Sabendo disso, faremos uma discussão acerca do abuso sexual infantil na primeira infância, buscando compreender a escola como um espaço de acolhimento, enfrentamento e identificação de casos sem negar, no entanto, o quão complexo é discutir essa temática no âmbito escolar. Essa dificuldade ancora-se nos tabus da sexualidade humana, bem como na dificuldade e falta de formação específica dos docentes que lidam com essas temáticas no cotidiano escolar.

O abuso sexual infantil é uma realidade preocupante tanto para os órgãos competentes, como também para a sociedade, mas há algumas dificuldades para abordar abertamente o tema. De acordo com Lima (2008), a violência doméstica, principalmente a violência sexual em crianças, ainda é um tema delicado que gera tabus e desconforto ao ser discutido e trabalhado, pois envolve noções de cultura, política e construção social.

Sabe-se que a incidência do abuso sexual infantil é alta, e também que não se pode identificar o número exato dos casos de abuso, pois a violência é caracterizada pelo silêncio que leva a uma subnotificação dos mesmos. Outra característica apresentada por pesquisadores do tema, a partir de casos identificados, remete ao fato de que quase 90% de casos que envolvem abuso

sexual infantil ocorrem no ambiente familiar o que torna a violência ainda mais cruel, pois quem deveria proteger é justamente quem violenta ou silencia (OLIVEIRA; FLORES, 1999). Sendo assim, o ambiente familiar vem se tornando cenário principal para a realização dessa violência, levando em conta que a cada 10 violadores, 05 são pais biológicos, 03 assumem o papel de tios, 01 é padrasto da vítima, e apenas 01 é desconhecido da vítima, como apontam os estudos de Machado, Lueneberg Régis e Nunes (2005).

O abuso sexual infantil é caracterizado de diversas formas, com ou sem violência física, havendo ou não a relação sexual propriamente dita. Assim, o abuso sexual abrange “[...] desde carícias, manipulação dos genitais, mama ou ânus, vouyerismo, exibicionismo e até o ato sexual com ou sem penetração” (BRASIL, 2006, p. 27). É construído numa relação de poder do adulto sobre a criança. O abuso sexual é uma prática que viola as regras da família e da sociedade, na medida em que força uma criança a participar de práticas sexuais que não correspondem a ela (GLASER, 1991). Nesse contexto, uma das armas que o abusador encontra para aproximar-se da vítima é a conquista da confiança, a partir daí, é construído um jogo de sedução até ser consumado o abuso. O adulto apresenta jogos e brincadeiras evoluindo seus contatos até envolver situações de ordem sexual (LIMA, 2011). A sedução parece ser uma característica relevante do perpetrador.

Nesse contexto, o abusador estabelece com a criança um pacto de silêncio, utilizando-se de ameaças e chantagens. A criança, portanto, não consegue revelar os fatos que aconteceram na violência por causa dos traumas e ameaças sofridas, passando a temer por ela, por sua família e pelo próprio agressor (FURNISS, 1993). Já os tipos de abuso sexual podem ser classificados como Intrafamiliar, extrafamiliar e institucional (BRASIL, 2006; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

As implicações no desenvolvimento da criança e os impactos psicológicos desencadeados pela violência sexual infantil estão relacionados a fatores importantes e que foram destacados por Furniss (1993). O autor afirma que todos os traumas e a intensidade deles dependem da idade em que se inicia o abuso, o período de duração, a utilização de violência ou ameaça, a diferença de idades entre vítima e agressor, o grau de parentesco, a ausência de figuras paternas protetoras e o grau do segredo. Sendo assim, quanto menor a vítima maior os impactos. As crianças mais novas, que se encontram na primeira infância, são mais vulneráveis e

suscetíveis à agressão por uma série de razões. Além de não saberem que se deve denunciar, não sabem se proteger nem a quem recorrer visto que, na maioria das vezes, quem deveria protegê-la é o próprio agressor.

Nesse sentido, a escola é hoje apontada como um instrumento importante, tanto para identificação de novos casos, como também na construção de um currículo que pautar uma discussão que envolva estratégias de proteção e prevenção desse tipo de violência. Para Lopes e Torman (2008), a escola é um lugar onde as crianças podem desvendar o segredo daquilo que sabem e vivem sobre a agressão sexual. Contudo, destacam que, por ser um pacto de silêncio estabelecido entre agressor e vítima sob fortes ameaças, a mesma não pode sequer demonstrar que sabe, justamente por envolver relações familiares cujos papéis sociais apresentam maior poder.

No entanto, o silenciamento compromete o desenvolvimento da criança vítima de abuso sexual de modo geral, tanto no que se refere aos aspectos da cognição e aprendizagem como também no que se refere a aspectos afetivos, autoestima e relacionamentos sociais. Diante desse cenário, a escola assume um papel ainda mais relevante pois, em muitos casos, pode ser uma das únicas oportunidades de identificação e encaminhamento desses casos de violência.

O presente estudo versará sobre os processos que envolvem a temática da violência sexual em crianças na primeira infância, matriculadas na educação infantil. Busca problematizar se, e como a escola assume, junto à rede de proteção, o papel de prevenção e defesa da criança. Buscaremos investigar os conhecimentos e atitudes dos profissionais da educação infantil diante dessa temática, bem como a contribuição que uma formação pode exercer no processo de conhecimento docente que possa contribuir com o processo de identificação e prevenção de casos de abuso sexual contra crianças de 0 a 6 anos. Para tanto, falar sobre sexualidade e violência sexual infantil na escola parece mesmo desafiador, porém se faz extremamente necessário.

O interesse em estudar essa tal temática surgiu da compreensão do grande impacto e sofrimento que tal violência traz para suas vítimas, sendo esse um problema complexo, que tem sido foco de interesse de diversas pesquisas e políticas de enfrentamento. Também, pela implicação do autor deste trabalho, que na sua trajetória de vida, teve contato com algumas pessoas adultas violentadas quando crianças. Esse contato permitiu e permite uma aproximação com o

sofrimento causado pela violência. A partir disso, instigou-se um sentimento de implicação com a temática na medida em que, por muitas vezes, pessoas que sofrem este tipo de violência não conseguem reagir ou pedir ajuda dada as características da mesma. Também visa colaborar positivamente com a comunidade científica, oferecendo suporte para trabalhos futuros que se proponham pesquisar essa temática. Pretende-se, a partir desta pesquisa, alicerçar conhecimentos e construir novas formas de olhar para esse problema social e político, contribuindo com a reflexão sobre as políticas de proteção e direitos das crianças.

Sendo assim, no primeiro capítulo foi abordada a história da infância marcada por diversas negações e violências, bem como a adultização da criança. Também abordamos os tipos, as características, as definições e as implicações do abuso sexual para o desenvolvimento infantil. Ainda neste capítulo, foi discutido o perfil do agressor, o pacto de silêncio e a descoberta ou revelação desse tipo de agressão.

Em seguida, definimos os conceitos sobre primeira infância, buscando considerar as vivências subjetivas e comprometimentos no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dessas crianças que foram expostas às práticas de abuso sexual infantil. E, ainda nesse sentido, identificamos quais os impactos nos processos de aprendizagem e elaboração da violência.

No terceiro capítulo, a nossa discussão pautou-se sobre a identificação de casos de abuso sexual na primeira infância pelos gestores e educadores, afim de, compreendermos quais as medidas tomadas após a descoberta, a forma como a escola lida como a temática e se existem projetos de formação continuada que considerem as temáticas de sexualidade e violências sexuais que possam ser incluídas no currículo escolar.

O quarto capítulo teve como propósito apresentar a metodologia utilizada na pesquisa. Nesse contexto, o estudo que subsidiou a pesquisa foi do tipo qualitativo. Esse tipo de abordagem realiza uma aproximação de intimidade entre sujeito e objeto (MINAYO, 1993), atuando também na subjetividade dos envolvidos que dela participam. Discorre ainda, sobre a amostra, os instrumentos, os procedimentos que foram utilizados, bem como, e a forma de tratamento nos processos de construção dos registros.

E, por fim, desenvolvemos a análise dos dados, bem como os resultados obtidos pela pesquisa. Nesse sentido, conseguimos identificar os desafios que cercam a formação continuada de professores sobre a temática do abuso sexual na

primeira infância. Esse capítulo buscou fazer alusão à importância da escola como rede de apoio, prevenção e identificação de casos de violências sexuais.

OBJETIVOS

2 OBJETIVOS

Geral

Investigar os impactos e contribuições emergentes a partir da intervenção formativa na percepção profissional de professores da rede pública no município do Recife, considerando a temática sobre abuso sexual em crianças na primeira infância.

Específicos:

Identificar conhecimentos prévios e atitudes de professores da educação infantil no que concerne à temática do abuso sexual infantil, reconhecimento de casos, Rede de encaminhamentos e Socioassistencial;

Investigar possíveis contribuições da formação realizada, nas atitudes dos professores, no que se refere à identificação e encaminhamentos de casos de abuso sexual na educação infantil;

Discutir sobre o desenvolvimento de uma cartilha educativa e lúdica que possa subsidiar a atuação do professor ao trabalhar a temática proposta, evidenciando conceitos e figuras que favoreçam o trabalho quanto à prevenção da violência e pertencimento desse corpo infantil.

CAPÍTULO I

AINFÂNCIA E ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA

1 INFÂNCIA E ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA

"Vovó, que braços enormes você tem!", ao que o lobo responde: — "São para te abraçar melhor!" — Capinha então diz: — "Vovó, que pernas grandes você tem!" — e recebe como resposta: — "São para correr melhor" — Seguem-se a esses dois diálogos (que não ocorrem na versão dos Irmãos Grimm) perguntas bem conhecidas sobre os olhos, orelhas e dentes grandes da avó. O lobo responde a essa última pergunta dizendo: "São para te comer melhor". — E, pronunciando essas palavras, atira-se sobre Capinha Vermelha e devora-a (BETTELHEIN, 1997, p. 7 e 8).

1.1 Contextualizando a história da Infância

Buscar discorrer sobre o percurso da infância é revisitar uma história marcada em seu escopo pela violência, descaso e invisibilidade. Assim, abandono, escravidão, violências físicas e sexuais eram comuns no universo infantil desde os primeiros séculos da nossa história (ARIÈS, 1981; AZAMBUJA, 2004). Na antiguidade clássica, Sanderson (2005) ressalta que o Estado e os pais decidiam sobre a vida ou morte das crianças, sendo assim, era grande o número de infanticídio nessa época, e, para tanto, considerado normal. As crianças que possivelmente apresentassem alguma deficiência estavam ainda mais vulneráveis a esse tipo de violência. Corroborando com a ideia acima Azambuja (2004) também descreve que em Roma, ainda na época 449 a. C. A Lei das VII tábuas como era conhecida, autorizava o pai matar o filho quando o mesmo apresentasse deficiência. Já na Grécia antiga, essas mesmas crianças deveriam ser executadas nos rochedos de Taigeto.

Com isso, na Grécia Antiga e Roma, as crianças e mulheres não tinham direitos, sendo assim, o pai como provedor e responsável da família tinha toda autonomia para castigar, torturar, aprisionar ou até mesmo expulsá-los da família. Observando isso, Sanderson (2005) considerando as ideias desenvolvidas por DeMause (2002), tenta mostrar uma visão mais ampla do sentido atribuído à infância afirmando que as crianças eram constantemente espancadas com pedaços de madeira, chicotes, objetos de metais, entre outras ferramentas.

Seguindo a linha de raciocínio, Lima(2011) também apoiada nas pesquisas de DeMause (2002) contextualiza que do séc. IV ao XIII, as crianças eram vistas como

possuidoras do mal, por isso eram distanciadas dos pais, espancadas, abandonadas ou vendidas para a escravidão, elas eram vistas como um estorvo. Ainda nessa época, Sanderson (2005, p. 6) identifica uma contradição na definição de criança, enfatizando que eram vistas como puras e tinham a “missão” de purificar o mal dos adultos. Ele pontuou que: “Dados históricos indicam que, [...], as crianças eram consideradas recipientes de veneno para os adultos colocarem seus maus sentimentos”, elas existiam para que os adultos pudessem se libertar da maldade ou sentimentos ruins.

Para Ariès, (1981) até o séc. XII não se compreendia o conceito infância, ninguém a retratava, nem mesmo a arte medieval buscava representá-la. O autor percebeu que, até então, não havia lugar para a infância. Já no séc. XIII o que se percebia era uma criança personificada em um adulto reduzido, uma miniatura. A infância continuava insignificante e era entendida como transitória, que logo era superada para que se tornassem adultos efetivamente onde até suas lembranças “infantis” eram apagadas com o tempo.

Não se existia, porém uma distinção entre o mundo do adulto e o mundo das crianças, ambos participavam das mesmas atividades, conversas e passeios, isso foi retratado em pinturas nos séc. XV e XVI, no entanto, não devemos ficar impressionados ou surpresos com a invisibilidade ou ausência do sentido da infância, em tempos, isso se concebia com naturalidade baseadas nas condições demográficas daquela época (ARIÈS, 1981).

Com relação à família medieval, a criança era conservada junto à família até os sete ou nove anos, depois eram entregues, tanto meninos quanto meninas, para casa de outras pessoas onde realizariam trabalhos pesados, permanecendo nessas casas, distantes de suas famílias até 14 ou 18 anos, pois faziam parte da sua educação enquanto aprendizes (ARIÈS, 1981).

Desse modo, a interação familiar entre pais e filhos, bem como a relação de afeto não era percebida nessa época, tendo em vista que as crianças eram distanciadas para receberem a “educação” em outras famílias. Porém a partir do séc. XV a escola surge, instituição que antes era destinada ao pequeno número de Clérigos, e com isso, os pais biológicos “aproximam-se” um pouco mais dos filhos, vale salientar, que essa “aproximação” não é da ordem afetiva e sim de ordem moral, assim passou-se a transferir o treinamento que antes era confiado para outras famílias, agora para a escola. Como destacamos a seguir:

Essa evolução correspondeu a uma necessidade nova de rigor moral da parte dos educadores, há uma preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos. Mas ela correspondeu também a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família (ARIÈS, 1981, p. 159).

A escola surge como suporte ao Estado e a família e tem por objetivo principal “educar os pequenos selvagens”, normatizar a infância e torná-los úteis para desempenhar os mesmos papéis que os adultos. A criança continuava sendo vista como uma extensão ou miniatura desse adulto (SILVEIRA, 2015).

Apesar de identificarmos como importante o surgimento da escola, ela se estrutura baseada na governabilidade da criança e de suas famílias pobres, as mesmas eram tratadas pelo Estado como um risco social. Assim, identificamos aquilo que Foucault chamou de dispositivos disciplinares e dispositivos de segurança. Fazia-se necessário “trancar” essas crianças em contextos escolares para que pudessem receber educação e disciplina, para que assim, pudessem obedecer as normas e leis sociais a elas impostas (SILVEIRA, 2015).

Ressaltando essa função disciplinar e agressiva da escola Azambuja (2004) discorre que as agressões, espancamentos, castigos severos e de conduta eram instrumentos necessários e importantes no processo de educação dessas crianças. A autora destaca ainda que por volta de 1780 as crianças poderiam ser condenadas pela instituição escolar com pena máxima o enforcamento por em média quase duzentos tipos penais de comportamento ou conduta.

O percurso histórico da infância no Brasil também traz marcas de desamparo, descaso e violência, do período colonial até os dias atuais. Durante esse percurso, a criança foi alvo dos colonizadores portugueses, da Corte Real, do trabalho escravo, do Estado e da família. Com os direitos violados e sem perspectiva de mudança, o problema “Criança” se alastrou por anos. Nesse contexto, faremos a seguir um breve passeio pela história do Brasil (ARIÈS, 1981; RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Considerando o descobrimento do Brasil, Azambuja (2004) revela que as primeiras embarcações portuguesas eram povoadas por crianças, ou seja, antes mesmo da descoberta as crianças ocupavam as embarcações com o objetivo de servir os marujos e capitães, sendo assim, abusos sexuais eram freqüentes nos navios, tendo em vista a longa duração das viagens. Outro fator destacado pela

autora foi o fato de que em situações emergenciais ou de problemas marítimos com as caravelas, as crianças eram os primeiros a serem jogados ao mar.

No Brasil Colônia as crianças dependiam das determinações de Portugal. Nesse período elas eram destinadas aos jesuítas para serem “evangelizadas”, com a intenção de converter as crianças para, assim, torná-las súditas do Estado Português, para que através delas pudessem influenciar os adultos e impor-lhes as novas estruturas culturais recém-chegadas (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Ainda no período colonial, as crianças mais pobres e órfãs seguiam os moldes da Corte Portuguesa, como já foi citado anteriormente, isso significa que a responsabilidade assistencial deveria ser da Corte, mas isso não acontecia. Geralmente, a assistência era assumida pelas instituições religiosas como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. É importante ressaltar que a assistência voltada para as crianças pobres, abandonadas e órfãs não era suficiente, por isso, o Brasil Colônia foi marcado pela desvalorização infantil e altos índices de mortalidade (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

A mortalidade infantil também era uma característica do Brasil Império. Nesse período a assistência era assumida pelas Câmaras Municipais e Casas de Misericórdia. Elas adotaram um método chamado de colocação, através do qual as crianças enjeitadas ficavam sob os cuidados de amas de leite. Geralmente, essa assistência era mantida até a criança completar três anos de idade e, após essa idade as crianças passavam a viver nas ruas (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

No decorrer desse período imperial outras formas de “cuidar das crianças” se instalam, como por exemplo, a criação das “Rodas”. A Roda foi uma instituição regulamentada pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Mello e criada pelo rico negociante Romão de Mattos Duarte em 1738 com a finalidade de recolher as crianças enjeitadas (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 213):

[...] Em realidade, “Roda” era o dispositivo cilíndrico no qual eram enjeitadas as crianças e que rodava do exterior para o interior da casa de recolhimento. A denominação de Roda para o atendimento que era oferecido aos nela enjeitados presta-se à confusão e ao entendimento de que a assistência a estes resumia-se ao recolhimento imediato à exposição e deixa obscuras todas as etapas e modalidades de assistência que os mesmos recebiam até sua maioridade.

Já no Brasil República o problema denominado infância ganha dimensões políticas e vê-se a necessidade de intervir na educação e na correção desses “menores” para que pudessem se transformar em indivíduos produtivos para o país.

Assim, as Políticas públicas junto às autoridades do Juizado de Menores, criam delegacias especiais para abrigarem as crianças enquanto aguardam a decisão do Juiz, mesmo assim, elas permaneceram sendo vítimas de violências nesses espaços (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

A história segue e o olhar sobre a infância vai sendo modificado. Percebe-se que a criança necessita de cuidados e possui também, como qualquer outra pessoa adulta, direitos básicos e primordiais para viver (BRASIL, 2009). É com essa proposta que o Brasil Contemporâneo se constrói e se inicia, passando a conceber a criança como um sujeito de direitos.

No Brasil contemporâneo, com os avanços sociais e políticos, a família e o Estado passam a concentrar-se em torno da criança, lançando um olhar atento de proteção e cuidado para elas. Assim, a Constituição Federal de 1988 é um marco legal para garantia dos direitos das crianças. Nesse sentido a Constituição deu prioridade absoluta a proteção integral na infância, dando ênfase ao enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes. Esse ato foi consideravelmente uma resposta a todos os que lutavam por políticas públicas que pudessem resguardar a criança desse tipo de violência (BRASIL, 2013).

Ainda sobre a importância da Constituição de 1988 no que concerne a garantia de direitos, é válido destacar que a mesma, trouxe uma mudança de paradigma considerável, onde buscou substituir a visão de criança – objeto, adulto em miniatura, colocando em seu lugar a criança como sujeito de direitos (BRASIL, 2013). Essa visão culminou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, onde a criança fica acobertada pelo Estado contra todo tipo de violência (BRASIL, 2009, p. 17-18). Assim como defendem os artigos 4º e 5º, respectivamente apresentados a seguir:

Art. 4: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária.

Art.5: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Após a promulgação do ECA (1990), outras conquistas no âmbito da prevenção ao abuso sexual infantil foram conquistados como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil desenvolvido na primeira década

do ano 2000. A instituição do plano serviu como propulsor para desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas que visem a atuação efetiva no contexto da prevenção à violência sexual (BRASIL, 2013).

Assim em 2013 o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva criou a Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes que foi coordenada pelo Ministro da Justiça até o ano de 2006 e depois foi integrada pela hoje, extinta Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa comissão tinha por finalidade priorizar ações que pudessem erradicar a exploração sexual em crianças e adolescentes desenvolvendo atividades integradas numa perspectiva interdisciplinar (BRASIL, 2013).

Mesmo diante de tantas conquistas e avanços é possível perceber que embora hajam direitos assegurados em Lei como proposto pelo ECA (BRASIL, 2009), registram-se inúmeros casos de violação dos direitos da criança que podem ser observados, por exemplo, a partir do número elevado de registros de abuso sexual infantil. Essas violações chamam a nossa atenção e nos faz pensar sobre as leis de seguridade e proteção em vigor: estariam apenas garantidas em Lei ou são cumpridas na prática? Para entendermos melhor o abuso sexual infantil enquanto forma de violação de direitos, faremos um relato a seguir sobre suas características, tipos, definições e implicações.

1.2 Abuso Sexual Infantil: definições, tipos e implicações.

1.2.1 Definições

Diversos são os posicionamentos e concepções acerca do abuso sexual infantil, considerando as percepções teóricas de diversos autores. Sabendo disso, iniciaremos a nossa discussão acerca do tema, identificando algumas definições de abuso sexual defendidas por pesquisadores e estudiosos da área. Há concepções como as de Pfeiffer e Salvagni (2005) que identificam ser uma violência usada para a satisfação sexual de uma pessoa mais velha incluindo de carícias até o ato sexual, discorrem ainda como sendo uma prática que envolve relação de poder entre abusador e vítima, e caracterizam os tipos de abuso sexual, bem como as implicações familiares e as relações incestuosas da violência no contexto familiar.

O abuso sexual é uma violência que deixa marcas profundas nas vítimas, é uma invasão na sexualidade da criança para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho. Pode-se ou não usar de força física ou tortura, inclui desde carícias, manipulação de genitais e ânus, voyeurismo, exibicionismo, sexo anal e oral, com ou sem penetração. Baseia-se numa relação de poder do agressor para com a vítima (BRASIL, 2006, p. 27).

Para Azevedo e Guerra (1989) o abuso sexual é definido como um jogo ou ato sexual que tenha o intuito de que a criança estimule um adulto ou adolescente mais velho ou possa ser estimulada sexualmente por eles, dessa forma, pode ser de ordem heterossexual ou homossexual, podendo ser incestuoso quando existe laços afetivos e familiares ou exploração sexual que diz respeito ao envolvimento de crianças com prostituição e pornografia infantil.

Dentro da questão da relação de poder, Araújo (2002, p. 5) identifica ser uma violência de gênero, que conseqüentemente traz implicações e danos ou até mesmo confusão nos papéis sociais e familiares da criança, é uma violência de geração, que traduzindo, pode ser definida como uma invasão de histórias e experiências diferentes que se chocam e se misturam confundindo a vítima. Para a autora “o abuso sexual infantil é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração”.

Para Flores (1998) o abuso sexual também é definido pela interação ou contato sexual para satisfação de prazer de outra pessoa mais velha, defende ainda, que na maioria das vezes esse contato acontece envolvido por ameaças, violências físicas, coerção moral, mentiras ou deturpação da realidade. O mesmo, ainda discorre que em meios legais, mesmo que essa ação seja permitida pela criança, ainda assim, considera-se violência sexual, tendo em vista a imaturidade das vítimas comparadas ao adulto. Com isso, considera essa última, como exploração sexual.

Nessa perspectiva, Watson (1994) define abuso como controle e manipulação do indivíduo. Para o autor, o abuso é qualquer intencionalidade de estimular, instigar ou controlar a sexualidade da criança. Já para Habigzang, Corte-Hatzenberger, Stroeher e Koller (2008, p. 338):

[...] pode ser definida como qualquer contato ou interação de uma criança ou adolescente com alguém em estágio mais avançado do desenvolvimento, na qual a vítima estiver sendo usada para estimulação

sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contato físico [...].

Nesse entendimento de caracterização do abuso sexual é válido também alertar que essa violência não se define apenas por contatos sexuais propriamente ditos. Araújo (2002) evidencia que em crianças menores o agressor pode não utilizar de força ou contato físico, justamente para que não haja descoberta dos fatos ocorridos, eles se utilizam de práticas como o voyerismo e o exibicionismo para obter prazer, o que significa ver a vítima despida ou se mostrar excitado para a criança, por exemplo.

Corroborando com a ideia acima, Cohen e Gobetti (s.d.) enfatizam que o abuso sexual não pode ser medido apenas pelas definições que envolvam atos concretos e marcas físicas, considerando que outros fatores podem ser também características dessa violência. Para eles, é preciso considerar as vivências emocionais dessas vítimas e por quanto tempo essa criança esteve emersa em situações de riscos que envolvam fatores relacionados à sexualidade. Essas vivências emocionais de exposição ao possível ato também apresenta os mesmos impactos e sofrimentos para a vítima.

Considerando tudo o que foi exposto acima é possível compreender que as definições de cada autor trazem consigo uma particularidade, mas o que não se pode negar é que todos comungam de ideias semelhantes, podendo ser destacado o abuso de poder, a atitude coerciva do perpetrador em relação à vítima e a invasão danosa e íntima do sujeito como definições principais dessa violência. Partindo dessas características comuns entre os diversos conceitos sobre o abuso sexual infantil, identificaremos a seguir os principais tipos do abuso sexual infantil.

1.2.2 Tipos do abuso sexual infantil

Há diferentes tipos de abuso sexual, cada um com suas características e especificidades. Daremos destaque aos tipos de abuso sexual infantil que mais aparecem nos estudos e pesquisas sobre o tema, portanto: o intrafamiliar, o extrafamiliar e o institucional.

O Intrafamiliar é caracterizado quando há um laço entre agressor e a criança vitimada como pais, mães, padrastos, tios, irmãos, avós, podendo ser considerado

como incesto. O de ordem Extrafamiliar é definido quando o abusador não possui laços familiares e nenhum tipo de responsabilidade sobre o vitimado. E o Institucional é classificado quando ocorre dentro de instituições governamentais ou não, como abrigos, por exemplo (BRASIL, 2006).

Vale salientar que o abuso sexual extrafamiliar e o institucional estão diretamente ligados pela forma da violência, nesses dois casos o abuso é classificado como estupro ou atentado violento ao pudor. O estupro é caracterizado pelo Código Penal Brasileiro, pela penetração anal ou vaginal, já o atentado ao pudor é considerado a intenção de violentar sem a penetração propriamente dita (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). Dados recentes do Superior Tribunal de Justiça baseados na Lei 12.015/09, não diferenciam mais o estupro do atentado violento ao pudor, ambos devem ser considerados como estupro, mesmo aqueles em que não houve a penetração, sendo os dois tipos considerados Crimes Hediondos e são classificados como estupro e estupro de vulnerável (BRASIL, 2012d).

Com os principais tipos de abuso sexuais identificados, voltaremos nosso olhar especificamente, para o abuso sexual intrafamiliar, é nele que se concentram os maiores índices registrados. Saffiote (1997) aponta que 71,5% dos agressores identificados nas denúncias de abuso sexual infantil, eram os pais biológicos das vítimas e 11,1% são padrastos, totalizando 82,6%. Furniss (1993) também identifica os pais e familiares próximos como os principais agentes desse tipo de violência. Outros autores como Pfeiffer e Salvagni (2005) destacam que essa é uma violência silenciosa justamente por ser perpetrada no âmbito familiar. Para elas, o incesto aparece com maior índice nos casos identificados.

Desse modo, a casa que supostamente é um lugar de aconchego, carinho, amor e proteção, vem se tornando o palco principal para este tipo de violência. Esse é um dado alarmante e, de fato, chama atenção, pois, a família é concebida como o principal locus de proteção e amparo, presumindo-se laços afetivos saudáveis, se constituindo como a base das primeiras relações sociais e afetivas, promotora de desenvolvimento infantil. No entanto, para muitas famílias, a realidade não é essa, uma vez que os perpetradores são, em sua maioria, parentes das vítimas, inseridos no contexto familiar e, conseqüentemente, dentro de suas casas (PHEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Corroborando com a realidade acima descrita Azambuja (2004) fala da triste realidade brasileira, em se tratando de abuso sexual infantil intrafamiliar, afirma que

esse tipo de violência está presente em quase 80% dos casos identificados no país, e alerta, que esses dados ainda podem sofrer alterações devido ao número de casos que não chega a ser comunicado às autoridades competente.

Dados mais recentes, evidenciados por Brasil (2012c), revelam uma diminuição em relação ao abuso sexual intrafamiliar, e identifica que 26,5% dos casos identificados foram perpetrados por familiares, e por amigos e conhecidos da família representam 28,5%. Totalizando 55% para o tipo de abuso sexual intrafamiliar. Mesmo com esses dados em menor proporção identificados, ainda evidenciam a família como os principais agressores desse tipo de violência no país.

Considerando os dados apresentados anteriormente, Pfeiffer e Salvagni (2005), ao referir o abuso sexual doméstico, enfatizam que a maioria dos casos de abuso identificados na pesquisa foram cometidos por pessoas que mantinham uma relação de confiança com a vítima, o que distorce a visão da sociedade em relação ao perpetrador, pois remetem a ele, a imagem do estranho, desconhecido, marginal ou psicopata.

Ainda sobre o abuso sexual intrafamiliar, Forward e Buck (1989 *apud* LIMA, 2008) discorrem sobre a gravidade da relação incestuosa, considerando que mesmo aqueles que não fazem parte da família consanguínea, mas que afetivamente desempenham papéis familiares do tipo padrasto, madrastra, pai adotivo, entre outros, instala-se a gravidade incestuosa com a mesma intensidade, pois representam para a criança uma noção de família, estrutura e proteção.

1.2.3 O agressor e o pacto de silêncio

O abuso sexual infantil, ao contrário do que se pensa, está presente em todas as classes sociais, podendo ocorrer em todas as famílias, independente de renda, religião e cor. Como tem sido apontado por este trabalho, é importante ressaltar que o agressor é uma pessoa aparentemente normal, pode ser da própria família da criança (BRASIL, 2006).

Para discutirmos as características e o perfil do agressor, abordaremos antes, as parafilias ou perversões sexuais que são consideradas características patológicas dos agressores. Em seguida, destacaremos características comuns como comportamentos, atuação e estratégias de conquista.

No caso das parafilias, o normal e o patológico oscilam, pois na medida em que, o desejo sexual fantasioso é tido como normal, as formas lesivas tanto para o próprio indivíduo como para o outro, passam a ser caracterizados como patológicos (DALGALARRONDO, 2000).

A pedofilia, a pederastia e o exibicionismo são práticas que podem ser consideradas como abuso sexual infantil, para melhor compreensão Dalgalarondo (2000, p. 221) as define da seguinte forma:

A pedofilia é, dentre todas as parafilias, uma das mais frequentes e mais perturbadoras do ponto de vista humano. Caracteriza-se pela preferência em realizar, ativamente ou na fantasia, práticas sexuais com crianças. Pode ser homossexual (pederastia) ou heterossexual (pedofilia propriamente dita), ocorrendo no interior da família e conhecidos ou entre estranhos. A pedofilia pode incluir apenas o brincar de jogos sexuais com a criança (observar ou despir a criança ou despir-se na frente dela), a masturbação ou a relação sexual completa (geralmente o estupro).

O mesmo autor (p. 221), ao discorrer sobre o exibicionismo, identificando-o como o prazer de expor o corpo desnudo com a intenção de exhibir os genitais, o define como um:

[...] transtorno do comportamento sexual (e não como traço de personalidade ou elemento comportamental normal), é mais comum em homens. Caracteriza-se pela compulsão e pelo prazer em mostrar o corpo nu, com ênfase nos genitais, a uma pessoa estranha, que geralmente está desprevenida e sente tal exposição como uma violência.

Com os conceitos acima identificados, discutiremos sobre o agressor e seu perfil. Cecria (1998) levanta hipóteses sobre o perfil do abusador e afirma que geralmente o aspecto cultural é fator intrínseco, afirmando ainda que na maioria dos casos são pessoas que sentem a necessidade de afirmação no contexto familiar.

Retomando os conceitos de Pfeiffer e Salvagni (2005), os agressores na maioria das vezes não são desconhecidos ou psicopatas, e sim, pessoas conhecidas, ou da própria família retomando a característica incestuosa do abuso sexual infantil mencionada anteriormente. Utilizando-se dessa aproximação, o agressor cria uma relação de confiança e de poder com a criança, com a finalidade de conquistar cada vez mais a vítima. Muitas vezes, o agressor usa de sentimentos afetivos, passando a ideia de proteção e cuidado (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). O agressor atua em um contexto “[...] que envolve um processo de dominação psicológica e física, em que o poder do vitimador é, geralmente, de natureza violenta e se exerce autoritariamente” (CECRIA, 2000 *apud* LIMA, 2008, p. 31).

A brincadeira faz parte da conquista do agressor para com a criança. Entretanto, trata-se de uma estratégia para que, as crianças se tornem brinquedos sexuais nas mãos dos agressores (LIMA, 2011). A brincadeira apresenta-se geralmente como ponto inicial de sedução, assim, “o adulto apresenta à criança atividades como se fossem jogos ou brincadeiras, evoluindo em seus contatos, desde as brincadeiras que expõem o corpo, passando por toques e carícias, até a ocorrência de sexo oral, anal, vaginal” (LIMA, 2011, p. 43).

Mesmo utilizando das brincadeiras como forma de disfarçar a violência, a criança pode identificar o abuso sexual. Assim, quando o agressor percebe que a criança entendeu como uma situação anormal passa a impor a culpa do abuso à vítima, por ter permitido e aceitado os seus carinhos. Assim, enfatiza que qualquer revelação não teria valor nem crédito, passando para uma exigência de silêncio, com ameaças direcionadas à vítima e às pessoas que gosta e, portanto, quanto mais medo e ameaças, maior o prazer do agressor e maior a violência contra a criança (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Esse pacto de silêncio mantido entre vítima e perpetrador chama bastante atenção e será sobre esse aspecto que discutiremos a seguir.

1.2.4 Pacto de silêncio

O pacto de silêncio é a característica mais presente em casos de abuso sexual infantil. É através dele que o agressor consegue mascarar a violência, como já foi citado, o agressor utiliza de chantagens e abuso de poder, trabalha para que sua autoridade garanta o silêncio. Alguns autores como Furniss (1993), trazem o pacto do silêncio como “Síndrome do silêncio”, afirmando que a criança não consegue revelar a violência por causa dos traumas e ameaças sofridas e passa a temer por ela, por sua família e pelo próprio agressor. O agressor muitas vezes nutre na criança o receio de não ser acreditada no que diz, não ser levada a sério. O segredo para a criança é algo angustiante que não faz parte de sua realidade, a criança traz consigo uma sinceridade inocente e é através da fala que a criança se impõe. Nesse contexto, a autora descreve o sofrimento que se instala na criança por ter que calar, guardar em segredo toda a situação de abuso:

[...] toda situação que precisar ficar em segredo não faz parte dos interesses da criança, não se refere a seu bem-estar, pois o fato de ter que ocultar por si só confere comportamento criminoso. Desta forma, gera sofrimento

profundo na criança e no adolescente, por obra do conflito interno originado (FORWARD; BUCK, 1989 *apud* LIMA, 2008, p.26).

Sabemos que a descoberta da violência sexual em crianças, sobretudo as menores, é demorada pois muitas vítimas não conseguem revelar o abuso sofrido, nem os familiares percebem imediatamente ou, muitas vezes, são coniventes com a situação, seja por medo de perder o parceiro (no caso do agressor ser o pai ou o padrasto) ou mesmo por não acreditar na criança. Sendo assim, destacaremos a seguir comportamentos e fatores que levam a descoberta desse tipo violência.

1.2.5 A descoberta

O fenômeno do abuso sexual é complexo e difícil, principalmente no âmbito familiar. Enfrentar essa violência traz implicações para todos os envolvidos, e, por isso, leva a uma dificuldade de denunciar e revelar esse tipo de violência, seja por expor o que acontece dentro da própria família, seja por medo de perder o afeto do agressor ou mesmo por temê-lo (ARAÚJO, 2002).

A descoberta torna-se também difícil do ponto de vista das evidências físicas porque, geralmente, as crianças não revelam a violência sexual sofrida imediatamente “[...], o que oportuniza que o processo de cicatrização se complete dentro de poucos dias, e quando ela é examinada posteriormente, a apresentação anatômica da área ano-genital pode já não apresentar lesões evidentes” (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005, p. 198).

Os estudos apontam que a mãe ou a figura que representa a mãe é a primeira a perceber ou ser confidenciada sobre a violência sexual. A proximidade da mãe com o filho abusado é fator importante para a descoberta da violência.

A mãe é apontada pela literatura como figura preponderante para a proteção de seu(s) filho(s) nos casos de abuso sexual. Portanto, quanto mais próximo for o relacionamento entre mãe e filho, maior será a possibilidade de rompimento do ciclo abusivo [...] (LIMA, 2011, p. 52).

Infelizmente a identificação do abuso sexual infantil não é tão simples, pois, como se não fossem suficientes as consequências trazidas pela violência, a sua descoberta implica em danos secundários para a criança devido à falta de apoio familiar em alguns casos, por não acreditar no discurso da vítima e, do ponto de vista da rede de atendimento, a um certo despreparo de profissionais ao receber a denúncia tanto no âmbito terapêutico quanto jurídico. Na verdade, quando sinalizado

pela criança uma suspeita de abuso o mais coerente a fazer é investigar os fatos. Caso contrário, a família passa a ser cúmplice do abuso sexual (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

Por outro lado, mesmo que a criança não revele o abuso sexual sofrido, ainda assim, deixa transparecer essa violência através de comportamentos e alterações de humor. Brasil (2006), destaca as principais mudanças na criança, tais como: dificuldades de caminhar; roupas com manchas de sangue; bem como, mudanças de humor; medo; comportamentos agressivos; demonstração de conhecimentos de práticas sexuais; masturbação excessiva.

Autores com Amazarray e Koller (1998) também destacam sintomas que podem favorecer o processo de descoberta. Para elas os sinais físicos tem haver com marcas, escoriações e comprometimentos na vagina e ânus. Já os sinais psicológicos estão relacionados aos pesadelos noturnos, medo em excesso, principalmente de adultos ou pessoas parecidas com o agressor, isolamento e depressão. Quanto aos observados no comportamento, destacam comportamento sexual adiantado, retraimento e desconfiança.

Os sinais gerais que tornam mais fáceis a identificação são os apresentados fisicamente, mas esses não ficam presentes por muito tempo. Isso dificulta a identificação médica na realização de exames para comprovação dessa violência. Pfeiffer e Salvagni (2005) revelam que os principais sintomas que podem estar associados a violência, que são: lesões e escoriações nos grandes lábios da vagina; edemas ou hematomas próximas nas regiões genitais em meninos e meninas; sangramentos no ânus ou vagina e doenças sexualmente transmissíveis como o HPV e gonorréia.

A descoberta pelos sinais físicos apresentados só é possível quando as avaliações e exames são realizados próximos ao ato da violência. Nesse sentido, Pfeiffer e Salvagni (2005) destacam que, no momento em que existe a suspeita, a criança pode apresentar sinais através da brincadeira. Os autores alertam que é de fundamental importância entrar na brincadeira da criança oferecendo uma troca de papéis, onde ela possa ser pai, mãe, filho e assim sucessivamente, essa forma de brincadeira evidencia o comportamento dos agressores para com elas, através de suas construções simbólicas e lúdicas.

Para Furniss (1993) quando a criança não apresenta sintomas físicos, se faz necessário, ficarmos atentos aos comportamentos ou fragmentos da fala indireta da

vítima. O autor enfatiza que, principalmente as crianças menores, deixam transparecer essa violência através de desenhos e brincadeiras, outra característica importante está relacionada aos comportamentos sexualizados que a mesma pode reproduzir entre seus colegas no espaço escolar.

Apesar de acharem pouco provável a criança que sofreu abuso sexual não apresentarem sintomas externos, Amazarray e Koller (1998) defendem que mesmo estes, que nada apresentam, podem desenvolver um grande sofrimento emocional desencadeando posteriormente uma série de consequências. Com isso, as autoras evidenciam que toda criança vítima dessa agressão está em situação de risco, elas estão vulneráveis a desenvolverem desde fobias até transtorno de personalidade; de pesadelos a problemas na aprendizagem. Ou seja, mesmo após a descoberta a criança continua sofrendo com os efeitos dessa agressão.

Levando em consideração o processo de descoberta é fundamental que após ser detectado o abuso sexual infantil pelos cuidadores, responsáveis ou professores da criança, alguns procedimentos necessários devem ser realizados. Procurar ajuda em órgãos competentes que possibilitam assistência às vítimas e as suas famílias é uma delas. Brasil (2006) aponta também os principais procedimentos que devem ser realizados pela família e pelos órgãos de proteção que atendem tal demanda após a descoberta do abuso, como apresentar ao Conselho Tutelar, ou até mesmo ao CREAS; buscar encaminhamento ao instituto médico legal (IML); aplicação de medidas de proteção à criança ou adolescente sexualmente abusado; apuração dos fatos; encaminhamento do relatório ao ministério público; encaminhamento do processo à justiça; e aplicação da sentença. Considerando a importância da descoberta e encaminhamentos, aprofundaremos no Capítulo III a rede de encaminhamentos e seus fluxos de atendimento.

CAPÍTULO II

**DO CONTO DE FADAS A HISTÓRIA DE TERROR: O ABUSO SEXUAL NA
PRIMEIRA INFÂNCIA, IMPACTOS E DESAFIOS**

2 DO CONTO DE FADAS À HISTÓRIA DE TERROR: O ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA, IMPACTOS E DESAFIOS

O perigo para Chapeuzinho é a sua sexualidade em botão para a qual não está ainda emocionalmente madura. Pessoas psicologicamente preparadas para as experiências sexuais podem dominá-las e crescer com isso. Mas uma sexualidade prematura é uma experiência regressiva, despertando tudo que ainda é primitivo dentro de nós e que ameaça nos engolir (BETTELHEIN, 1997, p. 11).

A violência sexual quando sofrida em qualquer idade ou momento da vida é capaz de gerar conflitos e intenso sofrimento nas vítimas, como vimos anteriormente. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre os impactos dessa agressão, sobretudo quando vivida ainda na primeira infância, período esse, que deveria ser de proteção e cuidados. Nesse sentido, será que diante de uma violência como esta, as crianças nos primeiros anos de vida podem desenvolver algum tipo de comprometimento cognitivo, psicológico ou social? Ou será que as crianças mais novas conseguem superar com maior facilidade a violência sofrida? Pode a criança de 0 a 6 anos demonstrar ou denunciar a agressão? E quem compõe a rede de apoio e proteção? É sobre essas e outras questões que abordaremos a seguir, buscando definir primeira infância, seus níveis de desenvolvimento e as implicações do abuso sexual infantil.

2.1 Conceituando a Primeira Infância

Para iniciar a nossa discussão, é importante definir que a primeira infância pauta-se nos primeiros anos de vida da criança, ou seja, no período de 0 a 6 anos de idade ou 72 semanas, como identifica o Art. 2º do Marco Legal da Primeira Infância. Nesse sentido, entendemos que no processo de desenvolvimento humano, esse período é de suma importância para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades sensoriais, físicas, psíquicas, sociais e motoras (PALACIOS, 2004).

Para que possamos compreender com maior efetividade as transformações vividas nessa fase, basta prestarmos atenção no desenvolvimento do nosso cérebro nos anos iniciais de nossa vida. Para Palacios e Mora (2004) a nossa estrutura cerebral se desenvolve ainda na condição fetal e, ao nascermos, já dispomos de 25% de seu peso adulto. Ainda nessa perspectiva, os autores discorrem que entre

os três e quatro anos de idade o cérebro da criança possui estrutura e peso adulto de quase 80%, e aos seis, esse número chega a 90%.

O desenvolvimento cerebral permite com que a criança comece a desenvolver habilidades sensoriais e psicomotoras. É a partir das conexões neuronais, pautadas pela interação com o meio, que começamos a desenvolver aptidões. Através dos sentidos e reflexos, o mundo vai se desvendando, possibilitando aprendizagens e adaptações (FONSECA, 2007).

Considerando os aspectos psicomotores, a primeira infância também é vista como um campo de grandes potencialidades. É nesse período que a criança expande os conceitos funcionais da visão, olfato, tato, paladar e tátil. Inicia-se também o fortalecimento de tônus muscular, respiração e lateralidade, ampliando os movimentos da capacidade motora ampla para atuações mais aperfeiçoadas através das capacidades finas (FONSECA, 1993; 207).

Ainda discorrendo sobre a primeira infância, é possível compreender sobre a potencialidade nos processos cognitivos. É neste momento também que a criança, na construção de si mesma e interação com o outro, desenvolve o domínio da memória, pensamento e linguagem (PALACIOS, 2004).

Corroborando com a ideia acima, Vila (2004, p.93) identifica ser nos anos iniciais que a criança estabelece a aquisição de comunicação e representações, a partir do entendimento dos signos e símbolos, adquirindo, assim, os seus significados. Para a autora “a comunicação e a representação são duas capacidades intimamente relacionadas no ser humano”.

Entendendo como um viés político, a primeira infância também tem sido pauta para diversas discussões. Nesse sentido, a então Presidenta da República Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 13.257 de 08 de março de 2016, onde no seu Art. 1º estabelecem princípios e diretrizes que possam reger as diversas políticas públicas voltadas para os primeiros anos de vida. A referida lei busca garantir, de forma prioritária, os direitos da criança no que concerne aos planos, projetos, programas e serviços que considerem as especificidades desta faixa etária, bem como, seu desenvolvimento integral.

Considerando os primeiros anos da vida da criança, essa Lei pressupõe o desenvolvimento de políticas que tornem a criança um sujeito de direito e cidadã, ao mesmo tempo em que pretende incluí-la nas definições de ações que lhe digam

respeito. Propõe ainda respeitar a individualidade e diversidade desses sujeitos, bem como reduzir as desigualdades de acesso aos direitos e serviços ofertados.

Nessa mesma perspectiva, Brasil (2010), através do Plano Nacional pela Primeira Infância, afirma que os primeiros anos são constituídos de vivências e conteúdos próprios dessa etapa. Isso significaria dizer que os adultos criativos, inteligentes e com alta flexibilidade cognitiva são resultados de uma infância protegida, bem vivida e desenvolvida. Alerta ainda que não devemos olhar a criança como um adulto em miniatura, como vimos anteriormente, ou até mesmo projetando o adulto que ela deve ser; e sim, olhar para ela como crianças, sujeitos de direitos e cidadãs.

Para nortear ainda mais a discussão, o Plano Nacional pela Primeira Infância (BRASIL, 2010) aponta que no Brasil existem 20 milhões de crianças de 0 a 6 anos de idade, ou seja, na primeira infância. Isso corresponde a 10,6% da população total do país. Por esse motivo se faz necessária a ampliação de políticas públicas que visem garantir um desenvolvimento saudável, com ações protetivas e preventivas.

Não foi por acaso que a Lei Nº 13.257/2016 foi instituída, muito menos a construção do Plano Nacional pela Primeira Infância, esses trouxeram à tona uma discussão necessária, que nos possibilitou a reflexão sobre a importância da primeira infância. É nesse sentido que Villachan-Lyra; Almeida; Hazin (2017) chamam a nossa atenção ao discorrerem sobre esse período da vida. As autoras enfatizam que o processo de maturação do Sistema Nervoso Central ocorre em sua grande parte nos seis primeiros anos de vida.

Nesse sentido, é correto afirmar que nos primeiros anos de vida as mais diversas experiências vividas pelo bebê influenciam diretamente o seu desenvolvimento cerebral através de oportunidades e estímulos sensoriais, emocionais e sociais. Por isso, um ambiente que promova esse tipo de vivência se faz tão necessário para o bebê (VILLACHAN-LYRA; ALMEIDA; HAZIN 2017). Considerando essa informação, iniciaremos a seguir uma discussão sobre a importância do ambiente e das relações de afeto para o desenvolvimento do sujeito na primeira infância. Essas relações promovem um sentimento de segurança e confiança ao bebê possibilitando sua adaptação com o ambiente que o cerca (ORTIZ; FUERTES; LÓPES, 2004).

2.1.1 A importância do Outro e a relação de apego para constituição do sujeito

É consenso entre os autores que abordam o desenvolvimento infantil a importância dos primeiros anos de vida para a constituição do sujeito. Ao nascer o bebê é completamente imaturo e vulnerável aos cuidados de pessoas significativas para ele. É por meio desse cuidado que ele se sentirá protegido e gradativamente encorajado a conhecer o mundo e as pessoas (VILLACCHAN-LYRA; ALMEIDA; HAZIN, 2017). Nesse sentido, o vínculo emocional mais importante para o bebê é o apego. Esse vínculo geralmente é estabelecido primeiramente com a mãe, mas pode ser também estabelecido com várias pessoas do convívio familiar (ORTIZ; FUERTES; LOPEZ, 2004).

Observando a relação de apego Ortiz, Fuertes e Lopez (2004) apresentam três características básicas relacionadas a ela. A primeira é classificada como conduta de apego, refere-se aos processos de interação privilegiada com esse outro (mãe e adultos que representam cuidados); a segunda é caracterizada como representação mental, é a construção de esquemas mentais para identificação das características desse outro, bem como, o que se pode esperar deles; a terceira está relacionada aos sentimentos. Seria sentir-se bem estando próximo aos cuidados desse outro, cujo vínculo foi estabelecido e, ao mesmo tempo, sentir ansiedade e angústia com a sua ausência.

Nesse contexto, identificamos que a relação de apego é propulsora do sentimento de segurança, ou seja, quanto maior a proximidade com esse outro, mais o bebê consegue explorar o que está em seu entorno. Carvalho; Pedrosa e Rosetti-Ferreira (2012), levando em consideração a teoria do apego de John Bowlby, enfatizam que essa relação intrínseca de apego traz a ideia de proteção, o lugar onde a criança pode recorrer para aliviar seus medos, inseguranças e sensações de perigo. As mesmas autoras exemplificam que o apego favorece a descoberta do mundo e sua aprendizagem sobre ele, como está descrito abaixo:

O apego favorece, portanto, que a criança descubra o mundo e aprenda sobre ele, e isso não ocorre apenas por meio da segurança que a proximidade da figura do apego lhe oferece para explorá-lo. Estando perto do adulto ao qual está apegada, a criança também tem nele um modelo para imitar, um parceiro mais experiente do que ela, que pode lhe desvendar os significados dos objetos do meio e das ações dela própria e dos outros na cultura particular da qual ela é membro (p. 131).

Sendo assim, o desenvolvimento da expressão emocional também depende das relações de apego. Ou seja, as expressões faciais e de interesse, as demonstrações de desconforto e mal-estar, reações de raiva e aborrecimentos, de dor e choro são expressas através do processo de socialização com o outro escolhido e compreendidas a partir das respostas atribuídas a cada tipo de expressão. É através dessa interação que o bebê vai apurando seu entendimento e começa a reconhecer e interpretar as emoções de seus cuidadores. Porém, é com a aquisição da linguagem e jogo simbólico que a criança compreende as emoções de forma mais elaborada (ORTIZ; FUERTES; LOPEZ, 2004).

Para Carvalho, Pedrosa e Rossetti-Ferreira (2012), a comunicação e o desenvolvimento da linguagem só são possíveis a partir da existência de uma relação estável. À medida que a linguagem vai se tornando mais elaborada, a criança vai se apropriando da cultura. Com isso, a comunicação vai se tornando um instrumento para que ela possa gerar novas relações, novos significados e, ao mesmo tempo, a criação de novos códigos ou a transformação destes.

A evolução das emoções sociomoraes ou autoconscientes também dependem das relações de afetos estabelecidas. O desenvolvimento dessas emoções morais da criança pode ser observado através da presença do orgulho, por exemplo, bem como, a culpa e a vergonha depois de episódios em que a criança precise da aprovação do adulto, ou das experiências de sucesso e fracasso (ORTIZ; FUERTES; LÓPEZ, 2004).

Além da fundamental importância das relações de apego para o desenvolvimento na primeira infância, Carvalho, Pedrosa e Rossetti-Ferreira (2012) destacam que o desenvolvimento das capacidades cognitivas na criança torna o mundo ao seu redor mais atrativo e significativo quanto ao seu sistema exploratório. Nesse contexto, a base afetiva e segura ainda se faz muito importante, principalmente nos momentos em que a criança se encontra em situações de conflitos, desconforto e medo. Porém, a proximidade não é mais tão fundamental, a criança, portanto, já consegue internalizar a figura do apego e saberá recorrer a ela quando necessário.

Como observamos até o momento, a relação de apego é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil. No entanto, antes de iniciarmos a nossa discussão sobre os impactos e implicações do abuso sexual na primeira infância é,

importante ressaltar que a falta desta relação por si só já traz uma série de prejuízos à criança, principalmente nos casos em que aquele que deveria proteger e ser o referencial de segurança é, em muitos casos, o próprio agressor. Para Ortiz; Fuertes e López, (2004) a ausência das figuras de apego é algo ameaçador, a criança passa a se perceber como desprotegida, desamparada e em situação constante de risco.

Corroborando com a ideia acima, Villachan-Lyra, Almeida e Hazin(2017) enfatizam que a ausência dessas figuras de apego ou o apego inseguro é considerado bastante estressor para a criança, ela se perceberá sozinha. Quanto às relações afetivas e sociais estas tendem a serem vivenciadas com desconfiança e insegurança. Nesse sentido, a criança também tenderá a evitar ou excluir situações e experiências novas, bem como, favorecer a construção de baixa autoestima.

Com relação a isso, Carvalho, Pedrosa e Rossetti-Ferreira (2012) evidenciam que nos casos de maus-tratos, violências ou negligências atrelada à ausência ou distanciamento da relação de apego, a criança, assustada ou em sofrimento e, sem nenhuma referência de proteção, não vê alternativa a não ser recorrer a quem lhe causou determinado sofrimento. Sendo assim, esse modelo de relação poderá ocasionar uma série de consequências danosas ao desenvolvimento infantil.

Ainda sobre essa ótica, Ortiz, Fuertes e López (2004) concluem que o apego desorganizado ou a falta dele, confunde a criança quanto ao sentimento de proteção. Geralmente nos casos de maus-tratos e violências, elas tendem a compreender a relação de forma dúbia e complexa, elas vivenciam experiências de proteção, porém, ao mesmo tempo, sentem rejeição e agressão. Isso torna a relação de apego um jogo de aproximação e evitação constantes.

Sem dúvidas, uma relação envolvida de apego seguro e confiável possibilita maior aprendizado e experiências exploratórias na criança. Desse modo, pais e professores devem oferecer proteção e suporte nas situações em que representem perigo ou ameaça contribuindo para um desenvolvimento saudável e propulsor a novas descobertas (VILLACHAN-LYRA; ALMEIDA; HAZIN, 2017).

Considerando todos os aspectos desenvolvidos sobre a relação de apego podemos perceber que a primeira infância é considerada um momento carregado de significados, construções e estruturação do sujeito, ela exerce grande influência sobre a nossa vida. Sendo assim, retornaremos com a temática inicial para que possamos discutir sobre os impactos ou até mesmo comprometimentos na criança

que foi vítima de abuso sexual ainda na primeira infância levando em consideração os aspectos afetivos, cognitivos e sociais.

2.2 As Implicações do abuso sexual no desenvolvimento infantil

As implicações trazidas pela violência sexual na criança podem ser de ordem física, psicológica e social, atingindo todas as áreas da vida do indivíduo. Interfere na vida afetiva, nas sensações, nos relacionamentos, na autoestima e na sexualidade. Vale salientar que as crianças que foram expostas à tamanha violência apresentam mudanças de comportamento. Sendo assim, comportamentos agressivos, mudanças de humor, medo em excesso, gritos, sono perturbado, conhecimento de práticas sexuais e masturbação excessiva são comportamentos geralmente associados ao abuso (BRASIL, 2006).

Ao discorrerem sobre as consequências do abuso sexual na infância, Pfeiffer e Salvagni (2005) identificam os principais sinais geralmente apresentados pelas vítimas, são eles: medo excessivo de adultos, geralmente adultos com o mesmo sexo do agressor, tristeza profunda, baixa autoestima, comportamento sexual adiantado, tiques, manias, são características comuns entre as crianças vítimas do abuso. Outro indicador importante é a mudança de comportamento do indivíduo.

As implicações físicas geralmente não vêm sozinhas, podendo trazer danos psicológicos à criança, pois fica comprometida, a saúde e o corpo. Gravidez indesejada e precoce, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e até mesmo o HIV (AIDS), são efeitos físicos deixados pelo abuso sexual (AMAZARRAY; KOLLER, 2008). Também fica comprometida a saúde mental e física do indivíduo e podem ser desenvolvidos problemas como depressão, anorexia, descontrole, fobias, sentimento de estar sujo, bem como tentativas de suicídio devido ao trauma sofrido (FALEIROS 1998 *apud* LIMA, 2008).

As implicações psicológicas causadas pela violência sexual de acordo com Furniss (1993, p. 15) relacionam-se a sete fatores importantes:

[...] idade do início do abuso; a duração do abuso; o grau de violência ou ameaça de violência; a diferença de idade entre o perpetrador e a criança vitimizada; o tipo de relacionamento, a ausência de figuras parentais protetoras; o grau do segredo.

As implicações psicológicas do abuso sexual geralmente são da ordem psicossocial, problemas como adaptação afetiva, culpa e depressão, problemas de adaptação interpessoal, geralmente dirigidas a homens, tendem a expressar a transitoriedade de relações e até a supersexualizar as relações, ou, até mesmo, dificuldades na adaptação sexual. Também são relatadas tentativas de suicídio, prostituição, abandono de lar, transtornos de personalidade, culpabilização, agressividade (AZEVEDO; GUERRA, 1989).

Problemas relacionados à sexualidade também são destacados. Dalgalarrondo (2000, p. 222), afirma que vítimas de abuso sexual infantil podem desencadear transtornos de personalidade do tipo Borderline caracterizado pela instabilidade emocional, que passa de um estado de paixão intensa para ódio e rancor facilmente, ou do tipo Histriônico, caracterizado pela sedução inapropriada na aparência, bem como, comportamentos eróticos em situações não eróticas, como ir a uma consulta médica, por exemplo, ou seja, chamar muita atenção para si. O mesmo autor ainda escreve que “[...] Estudos recentes indicam uma forte relação entre ter sofrido abuso sexual na infância e transtornos de conduta na adolescência [...]”.

Ainda sobre transtornos ligados à sexualidade, Brasil (2006), corroborando com Dalgalarrondo (2000), defende que mesmo com o passar do tempo, na fase adulta, as vítimas que sofreram com o abuso sexual na infância podem desencadear quadros de transtornos em relação à sexualidade, desenvolvendo sintomas como dor, repulsa ao ato sexual, perda da capacidade de sentir prazer nas relações e também dificuldade de se relacionar com outras pessoas tanto na ordem afetiva quanto sexual.

Para Blanchard (1996, p. 7 *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 2008, p. 571) os impactos causados pelo abuso sexual infantil são devastadores, mas a proporção real de sofrimento da criança só pode ser expressa por ela. Para melhor compreensão da dimensão real desse sofrimento, o autor destaca as sensações ligadas ao corpo e todos os dilemas pessoais, físicos e psíquicos que enfrentam após a violência, como veremos detalhadamente a seguir:

[...] Ter vivido um trauma físico e psicológico faz com que a vítima questione sua capacidade de defender-se... Ela aprende a odiar seu corpo porque ele a faz lembrar de más experiências. Ela tem respostas dissociadas, apresenta dificuldade de intimidade e é emocionalmente distante. Ela aprende que não pode controlar seu corpo e que outra pessoa pode tocá-la sem o seu consentimento... Ela não confia na sua memória, nos seus

pensamentos e no seu senso de realidade. Essas consequências afetam não só a vítima, mas também a sociedade em geral porque uma criança traumatizada torna-se eventualmente um adulto que podem adotar comportamentos agressivos ou passivos para resolver as situações e o estresse.

Sentimentos de culpa estão presentes nas pessoas vítimas de abuso sexual. Desse modo, representam um dos principais efeitos emocionais graves, principalmente quando no contexto da violência o envolvimento se dá por membros da família, assim, em muitos casos, o sentimento de culpa é nutrido na criança, acusando-a de ter seduzido o agressor (AMAZARRAY; KOLLER, 2008).

Além das implicações apresentadas, o abuso sexual infantil intrafamiliar também pode acabar confundindo a criança quanto às representações sociais e os papéis familiares. É a perda da referência parental, como também, uma violação do seu corpo e de sua identidade. Nestes casos, as crianças demonstram extrema dificuldade para identificar ou diferenciar os papéis sociais e afetivos dentro da família, isso significa uma visão desconexa ou deturpada das relações e do meio que a cerca. Assim, a consciência que possui de si e do espaço estão em constante oscilação e isso não é uma característica de ordem natural, pelo contrário, elas não encontram equilíbrio na normalidade. (HABIGZANG *et al* 2005).

Com relação à figura do agressor foi identificado que quanto maior sua aproximação ou grau de parentesco maior são os sintomas desencadeados após a violência (BORGES; AGLIO, 2008). Para Villachan-Lyra, Almeida e Hazin (2017) quando a criança é submetida a algum tipo de agressão por parte das figuras de apego ela tenderá a desenvolver insegurança e sentimento de solidão. “[...] Em relação disso, as relações sociais e afetivas tendem a serem vistas com cautela e desconfiança, levando-a a evitar situações novas, a sentir-se insegura e pouco eficiente, o que, por sua vez, favorecerá a construção de uma baixa estima[...]”.

Vale ressaltar que quanto mais jovem a criança, maior tende a ser a duração e continuidade do abuso sexual infantil, como destacam Pfeiffer e Salvagni (2005). As crianças menores ainda não conseguem diferenciar ou compreender de fato o que é uma relação abusiva, e isso acontece devido ao processo de imaturidade emocional delas fornecendo, assim, tranquilidade ao abusador porque dificulta a possível revelação ou descoberta (BORGES; AGLIO, 2008).

Nesse contexto, corroborando com a ideia anterior, Acciolly, Mendes e Villachan-Lyra (2017) afirmam que justamente por ser um período de imaturidade e

plasticidade cerebral experiências traumáticas e estresse tóxico exercem grande impacto no desenvolvimento da criança, podendo, inclusive, comprometer a maturação e organização do cérebro.

Dessa forma, a vivência de agressões, como a sexual, no período da primeira infância pode gerar mudanças drásticas e até irreversíveis ao cérebro. Essas experiências estressoras deixam o organismo da criança em estado de alerta, ativando diretamente o sistema nervoso central. No entanto, se existir uma figura protetiva de segurança que acolha e proteja a criança e a diminuição desse estímulo negativo o organismo busca novamente o seu equilíbrio. Mas o problema maior se instala quando não existe a interrupção desse evento de intenso sofrimento e/ou alguém que possa dar suporte emocional à criança. Isso acarretará uma série de comprometimentos e patologias nas vítimas como depressão infantil e Transtorno de Estresse Pós-Traumático –TEPT (ACCIOLY; MENDES; VILLACHAN-LYRA, 2017; BORGES; AGLIO, 2008; AZEVEDO; GUERRA, 1989).

Quanto aos impactos, patologias e psicopatologias que podem ser desencadeadas durante e após as situações de violência sexual infantil, pesquisadores e autores como Dalgalarondo (2000); Borges e Aglio (1995); Amazarray e Koller (2008) apontam que recorrentemente as vítimas apresentam o Transtorno de Estresse Pós-Traumático-TEPT. Ele é caracterizado como um transtorno de ansiedade que tem como principal característica a lembrança contínua e patológica da vivência do abuso, com as lembranças o corpo responde com suores noturnos, taquicardia, medo, angústia e culpa.

Nesse contexto, Amazarray e Koller (2008) e Habigzang et al (2008) destacam que as manifestações do TEPT são subdivididas em três partes, como veremos a seguir: o primeiro é chamado de *reexperimentação dos fenômenos*, isso resulta nas lembranças súbitas, pesadelos, angústia e reconstituição dos fatos; o segundo é a *evitação psicológica*, que se essa refere aos processos de fuga, um mecanismo de defesa para afastar o sofrimento, ou seja, a criança evita pensar no agressor, tem receio de voltar aos locais onde a violência ocorreu e diminui o interesse em atividades habituais. Também é responsável pelo sentimento de solidão e abandono, restrição afetiva, perda de habilidades já conquistadas e transtorno de memória. Por fim, a *excitação aumentada*, diz respeito a transtorno do sono como hipervigilância ou sono em excesso, irritabilidade e falta de concentração (FLORES; CAMINHA, 1994; AMAZARRAY; KOLLER, 2008).

Apesar do TEPT ser apontado em diversas pesquisas, outras patologias também são identificadas em vítimas de abuso sexual na primeira infância como transtorno de ansiedade, transtornos de humor, depressão, transtornos alimentares, Transtorno de déficits de atenção e hiperatividade-TDAH (BRIERE;ELLIOTT, 2003; MACMILLAN *et al.*, 2001; PUTNAM, 2003 *apud* BORGES; AGLIO, 2008).Tentando abordar melhor essa realidade, Borges e Aglio (2008)traduz em percentual os agravantes ou probabilidades de patologias resultantes de tal violência:

Adicionalmente, um estudo de metaanálise dos efeitos do abuso sexual infantil revelou que as crianças abusadas sexualmente têm um risco aumentado em 20% para o desenvolvimento de TEPT, de 21% para depressão e suicídio, de 14% para comportamento sexual promíscuo, de 8% para a manutenção do ciclo de violência e de 10% para déficits no rendimento escolar.

Com isso, podemos observar que a exposição da criança na primeira infância ao abuso sexual acarreta uma série de situações devastadoras e que compromete diretamente os processos de maturação e organização cerebral (BORGES; AGILO, 2008).Para análise mais aprofundada desse fato novos estudos destinam-se a compreender as respostas psicológicas e neurológicas do trauma. Esses estudos já consideram o conceito de traumatologia do desenvolvimento, que discorre sobre a neuroplasticidade do cérebro e suas modificações nos processos maturacionais (DE BELLIS, 2005 *apud* BORGES; AGLIO, 2008).

Seguindo nessa direção Teicher (2002) corrobora com a ideia de que quanto menor a criança vítima do abuso maior são os quadros de déficits e patologias. Para ele a exposição a tal violência provoca traumas psicológicos irreversíveis, bem como danos permanentes no sistema nervoso central e diminuição dos hemisférios esquerdos. Ainda nessa perspectiva, o autor enfatiza que a ocorrência dessa violência na infância altera o desenvolvimento neuronal justamente por ser um período em que o cérebro está sendo totalmente esculpido por experiências e vivências cognitivas, afetivas e sociais.

Ao analisar casos de crianças em um hospital psiquiátrico que sofreram algum tipo de violência no período da infância, Teicher (2002) chegou à conclusão de que em quase 54% dos casos as crianças apresentavam anormalidades nos campos cerebrais. Considerando os 54% como uma totalidade geral, ele e sua equipe investigaram através de Eletrocefalogramas os casos que apresentaram diminuição e irregularidades nas regiões frontal e temporal do cérebro e chegou à conclusão que desse quantitativo 72% sofreram abuso sexual. Esses dados também

revelaram números preocupantes, pois ao compararem as crianças que sofreram algum outro tipo de violência com as que foram vítimas de abuso sexual, a diminuição dos hemisférios esquerdos que, a priori, eram comum a todos se mostrou maior nas que tiveram casos comprovados de agressões sexuais.

Para melhor compreensão das funções dos hemisférios cerebrais no desenvolvimento humano, Teicher (2002) exemplifica que tanto o hemisfério direito quanto o hemisfério esquerdo do nosso cérebro atuam de forma fundamental para o nosso desenvolvimento. Enquanto o hemisfério direito é responsável pelos processamentos de informações e expressões afetivas, o hemisfério esquerdo responde pela linguagem e percepção. Portanto, com a diminuição deste último, o desenvolvimento do pensamento, da cognição e da linguagem são diretamente afetados.

Nesse contexto, Teicher (2002) e sua equipe concluíram que a exposição precoce à violência sexual, considerada por ele como estresse tóxico, intervém diretamente no desenvolvimento do cérebro da criança resultando em disfunções psiquiátricas duradouras. Quanto aos aspectos cognitivos, constatou que em testes de memória o resultado obtido das vítimas também apresentava diminuição comparado aos resultados do grupo observado que não sofreu essa agressão.

Como observamos, a primeira infância é um período de suma importância para o desenvolvimento humano, pois será nessa etapa que se construirá a base para todo o desenvolvimento subsequente, em todas as dimensões (física, afetiva, cognitiva e social). O abuso sexual caracteriza-se como uma violência cruel e que deixa fortes marcas, ainda mais se ocorre nos primeiros anos de vida, impacta o desenvolvimento infantil como um todo, e deixa marcas que repercute por longos anos ou até mesmo para a vida toda.

Assim, considerando que muitas vezes a violência sexual ocorre dentro das casas das crianças e que essas passam boa parte do seu dia na escola, este espaço se configura como um importante locus para identificação de tal violência e proteção da criança. Além disso, cada vez mais as crianças estão mais cedo nas creches e pré-escolas. Diante disso, será que a escola tem se ocupado com a identificação e enfrentamento da temática da violência sexual contra crianças? Como a escola tem recebido tal demanda? Quais as intervenções que estão sendo desenvolvidas para dar suporte às possíveis vítimas identificadas pelos professores? Como se caracteriza a rede de apoio e proteção? Os professores tem conhecimento

dessa rede? E será que sabem lidar com os impactos dessa violência no contexto escolar? Essas e outras questões serão discutidas a seguir, tendo como propósito integrar a escola à rede de apoio e proteção socioassistencial.

CAPÍTULO III

**COMBATENDO O LOBO MAU:
A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA COMPOSIÇÃO DA REDE DE
ENFRENTAMENTO E COMBATE AO ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA**

3 COMBATENDO O LOBO MAU: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA COMPOSIÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO E COMBATE AO ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Embora o caçador seja da maior importância para o final da história, não sabemos de onde ele vem, e ele nem conversa com Chapeuzinho Vermelho — salva-a, e é tudo (BETTELHEIN, 1997, p. 15).

Infelizmente a identificação do abuso sexual infantil não é tão simples, como discutido anteriormente. Como se não fossem suficientes as consequências trazidas pela violência e, a sua descoberta implica em danos secundários para a criança devido à falta de apoio familiar em alguns casos, por não acreditar no discurso da vítima. Além disso, do ponto de vista da rede de atendimento, há certo despreparo de profissionais ao receber a denúncia tanto no âmbito terapêutico quanto jurídico. Na verdade, quando sinalizado pela criança uma suspeita de abuso o mais coerente a fazer é investigar os fatos. Caso contrário, a família passa a ser cúmplice da violência instaurada no abuso sexual (AMAZARRAY; KOLLER, 2008).

Nesse sentido, a escola é hoje apontada como um instrumento importante, tanto para identificação e encaminhamento de novos casos, como também, na construção de um currículo que paute uma discussão que envolva estratégias de proteção e prevenção desse tipo de violência. Para Lopes e Torman (2008), a escola é um lugar onde as crianças podem revelar aquilo que sabem e vivem. No entanto, no caso em que esses segredos tornam-se familiares, na maioria das vezes a criança sente medo de denunciar a agressão, escolhe silenciar e não revela o que vem sofrendo. Obviamente, como discutido anteriormente, isso traz grande sofrimento para a criança que, além de violentada, sente-se só. Assim, cabe aos diversos profissionais da escola estarem atentos a comportamentos que possam se constituir como pistas desse tipo de sofrimento por parte da criança. Tal sofrimento terá repercussões em seu comportamento, em sua capacidade de aprender e se relacionar com outras pessoas e também em seu desempenho escolar.

Com isso, a escola hoje assume esse papel junto à família e se transforma nesse agente socializador, levando em consideração uma atuação mais ampla e que considere todos os aspectos da vida da criança. É sabido que a criança passa a maior parte do seu tempo na escola e por esse motivo consideramos sua

importância na atuação junto a rede de proteção possibilitando a identificação de casos ou pautando suas práticas em ações que visem a prevenção da violência a partir do esclarecimento dessa temática e de seus conceitos, utilizando de linguagem clara e lúdica com a perspectiva de alcançar as crianças que ainda se encontram na educação infantil (BRASIL, 2011a).

No entanto, desenvolver ou trabalhar temáticas no âmbito da sexualidade e no espaço escolar não é tarefa fácil. Ainda se perpetuam muitos tabus e limitações. A percepção que se tem é justamente de que a sexualidade deve ser vista e tratada como algo íntimo e que não deve ser discutida com crianças. Dessa mesma maneira, a família, cada vez mais, vem se esquivando de discussões como estas, deixando uma lacuna enorme no aprendizado das crianças e, com isso, dificultando o entendimento delas sobre violências desse tipo. Por um lado, a negação da escola em tratar o assunto, por outro, a esquiva da família. É por esse motivo que acreditamos ser imprescindível a escola assumir o compromisso de incluir em suas atividades a discussão sobre o corpo e a importância de protegê-lo (OLIVEIRA; ROQUE; MELO, 2016).

Para que esse debate aconteça nas escolas, se faz necessário antes de tudo, buscar compreender o grau de entendimento por parte de gestores e professores sobre as temáticas que envolvam sexualidade e abuso sexual na primeira infância; identificar se esses profissionais tiveram ou possuem em seu trajeto profissional formações ou discussões que subsidiem uma atuação como essa. Contudo, não precisaremos de muito para saber que os processos de formação são escassos por natureza e os que buscam contemplar as questões de sexualidades e violências sexuais ainda são mais difíceis de acontecer. Autores como Freire (1996), Figueiró (2014), Brasil (2004), Limbório (2012), acentuam a importância da formação continuada e lamentam a sua precariedade.

Para que a escola possa compor a rede de proteção e prevenção ao abuso sexual infantil ela precisará se munir de ações que preparem tanto os seus profissionais como seus alunos, aproximar-se dos órgãos de proteção e cuidado e se reconhecer como facilitadora na luta dos direitos da criança. É claro que isso levanta uma série de outras demandas e com certeza a vivência de novos desafios. Para tanto, essas experiências que se apresentam como novas e desafiadoras causam certos receios fazendo com que exista um recuo ou até mesmo resistência em assumir tais demandas (BRASIL, 2011a).

Quando nos referimos a novas demandas e desafios, a resistência surge por parte da escola por acreditarem que é mais uma atribuição para os professores que já sofrem com tantas sobrecargas, sendo, dessa forma, mais trabalho para escola. Pelo contrário, a intenção não é trazer mais um acúmulo de função para os educadores e sim ultrapassar os muros da escola por meio da construção de parcerias que possibilitem uma nova ordem colaborativa e assim enfrentem com maior agilidade o problema instaurado (BRASIL, 2011a).

Precisamos entender que a escola não deve funcionar como uma mera transmissora de informações, ela ensina, forma e constrói, ao mesmo tempo em que é construída e formada como defende Freire (1996) no seu livro *Pedagogia da autonomia*. A escola deve ser um lugar emergente de transformações e ambos, educador e educando aprendem nessa relação de troca. Sendo assim, a escola precisa enxergar que:

Conceitualmente, a escola não é uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas um espaço em que se trabalham os saberes, os afetos, os valores, as normas, os modelos culturais e os direitos. É também na escola que se constroem modelos de sociedade. Entendê-la sob essa perspectiva significa reconhecer que muitos de seus problemas se originam além de seu espaço pedagógico, e que, portanto, só podem ser enfrentados se houver uma articulação com outras instâncias sociais (BRASIL, 2011a p. 43).

Sendo assim, é possível desenvolver um currículo escolar que contemple a discussão da sexualidade como forma de prevenção ao abuso sexual infantil. De acordo com o Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2011a) o currículo escolar não deve ser um documento fechado em que a escola recebe do Ministério da Educação – MEC e executam, e sim, um instrumento para nortear a atuação dos professores mas, todavia, considerando as vivências e realidades daquele local onde a atuam, adequando suas características e problemáticas emergentes.

Entendendo a escola como uma instituição importante no combate a violência sexual infantil, destacaremos a seguir a necessidade da formação continuada de gestores e professores bem como práticas que possibilitem a identificação, o acolhimento e a prevenção de novos casos.

3.1 O CAÇADOR: A formação continuada como estratégia de prevenção e combate ao abuso sexual na primeira infância

Sabemos que a temática do abuso sexual infantil não é difundida no processo de formação docente de professores; tão pouco é discussão prioritária nas formações continuadas oferecidas pelo sistema educacional. Não podemos negar os avanços ocorridos no sistema de garantia de direitos da criança. O Art. 245 do ECA (1990), por exemplo, é um desses avanços, ao discorrer que é dever do profissional recorrer às autoridades competentes quando existem suspeitas ou confirmações da violência sexual, sendo um dever ético e legal.

Dessa forma, a instituição escolar tem a obrigação, por lei, de encaminhar às instituições competentes quando há suspeita de um caso de violência contra crianças e adolescentes. O silenciamento da escola nesses casos a torna cúmplice do agressor. Trata-se de uma denúncia compulsória. Obviamente esse encaminhamento deve ser feito com muito cuidado e responsabilidade, de modo a proteger tanto a criança, a sua família como a própria instituição escolar.

Outros avanços como vimos anteriormente, foram a construção do Guia Escolar: Métodos para identificação e de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2011a); Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2013) e a Lei Nº 13.257 (2016). Mesmo assim, enquanto sistema educacional, necessitamos elaborar métodos que subsidiem uma atuação focada na prevenção e no combate.

Ao retratar esses avanços e a possibilidade de encaminhamentos a rede de proteção, por parte da escola e dos professores, Piva (2011) questiona se, de fato, os educadores tem atuado como agentes de proteção e se os mesmos sentem-se preparados para lidar diretamente com essas questões. Fatidicamente, a resposta para essas questões em suas pesquisas foram negativas, alertando que o baixo número de denúncias vindas da escola se dá justamente pela escassez de formação continuada nessa área. Vale salientar que nesse contexto não estamos buscando culpados e sim retratando a triste realidade da falta de investimento direcionado aos gestores e educadores. Obviamente trata-se de uma questão complexa, que envolve também outros elementos como o próprio receio da comunidade escolar de sofrer retaliações do agressor ou mesmo não saber como abordar a questão e a quem recorrer.

Apesar da efetivação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2013) como instrumento que norteará ações nas diversas instituições de educação e saúde, encontramos, ainda, a dificuldade de esclarecimento de suas atribuições, o acesso fidedigno de materiais bases ou até mesmo a falta de interesse dos gestores Estaduais e Municipais que deveriam fomentar e prover condições para a execução de tais serviços.

Ao desenvolver sua pesquisa, Lírio (2013) identificou que as políticas formuladas em âmbito federal, os materiais didáticos e tudo que serve para a formação dos professores não chegaram até as escolas pesquisadas. O autor conseguiu observar ainda que os projetos/planos que tem como foco o enfrentamento à violência sexual não acontecem devido a falta de equipamentos necessários ou, até mesmo, escassez de pessoal.

Ainda na perspectiva de tornar a formação continuada mais acessível e frequente, um grande número de estudiosos da área como já identificamos anteriormente, enxergam a necessidade de serem incluídas nas políticas públicas de educação estratégias iniciais e continuadas que tratem da temática do abuso sexual infantil e, ao mesmo tempo, criem um espaço de proteção à infância (LIBÓRIO; FRANCISCO, 2012).

Mesmo pontuando a eficácia da formação continuada, Libório e Francisco (2012) apontam um agravante no perfil dos educadores, enfatizando que ainda permanece imbuído na cabeça desses, a ideia difundida pela cultura do estupro responsabilizando a vítima pelo próprio ato de violência sofrida. Para eles, essa construção de pensamento é o maior equívoco em que o profissional de educação pode desenvolver.

Ainda nessa perspectiva, os autores afirmam que em meio a descoberta, a forma como reagem tanto os pais como professores, frente ao abuso sofrido pela criança, pode interferir na forma como a própria vítima vai enfrentar a violência. Reforçam que é importante acreditar na fala da criança, pois o apoio mesmo no contexto da suspeita fortalece o nível de autoproteção do vitimado (LIBÓRIO; FRANCISCO, 2012).

É na escola que o segredo começa a ser desvelado, porém a maioria dos profissionais que a compõe, não sabem como agir ou o que fazer ao identificar a violência, tampouco, utilizam didaticamente instrumentos que possibilitem a criança

o entendimento do que venha a ser o abuso sexual infantil (LOPES; TORMAN, 2008).

No entanto, se colocar disponível, acolher as crianças em momentos difíceis ou de extremo sofrimento dá a ela a possibilidade de estabelecer uma relação de confiança com o professor, facilitando, assim, a descoberta. Isso é de total importância para o percurso do seu desenvolvimento saudável e permite, gradativamente, a construção de uma relação de apego segura, geradora de confiança e bem-estar (ACCIOLY; MENDES; VILLACHAN-LYRA, 2017).

Outro problema observado por Libório e Francisco (2012) é o que fazer após a descoberta. Os autores relatam que a maioria dos professores não denuncia ou busca ajudar por receio ou medo de ter que responder juridicamente por essas questões. Eles acabam temendo pelas represálias, em perseguições por parte dos familiares acusados, pela exposição da sua imagem ou pela própria hierarquia dentro da escola e, muitas vezes, o encaminhamento não se dá com eficácia. Também apontam ser frequente a dificuldade de integração entre a equipe no que concerne à realização de ações coletivas e principalmente a impunidade destinada ao agressor.

Levando em consideração o exposto, Libório e Francisco (2012) ao citarem Pinto e Sarmiento (1997) evidenciam que saber os direitos éticos e legais não garante a denúncia ou os encaminhamentos por parte da escola e dos educadores. Essa é outra questão que precisa ficar bem esclarecida para que, ao observarem um comportamento estranho com características que se aproximem ao abuso sexual infantil, a denúncia possa vir a acontecer. Como exemplificam a seguir:

Um dos entraves é a falta de integração entre os membros da escola em algumas instituições, dificultando uma atitude mais protetora do profissional quando percebe algo estranho no comportamento de um (a) aluno (a) e deseja fazer a denúncia: ele pode ficar sozinho, sem o apoio da comunidade escolar; outra dificuldade é o medo que a suspeita não se confirme e justifiquem que também não denunciaram por não terem provas materiais (LIBÓRIO; FRANCISCO, 2012, p.30/31).

Por esse motivo é que se faz necessário transformar a escola em ambiente acolhedor que possibilite a escuta de crianças, de modo geral, e também sensível à escuta daquelas que foram vítimas de agressões sexuais. O professor, nesse contexto, poderá ser um grande aliado na promoção e garantia de direitos, fortalecendo e dando a possibilidade de reestruturação desses sujeitos. E, desse

modo, é importante entender as características da agressão para que juntos possam enfrentá-la (BRASIL, 2011a).

A possibilidade de tornar os educadores em agentes de prevenção de violência apenas se torna possível através de um plano de execução baseado na formação contínua deles. Pois, considerando que a maioria dos casos de abuso sexual infantil ocorre dentro da própria família da criança, a revelação, na maioria das vezes, não partirá no interior dela. É comum que as vítimas recorram a alguém de fora do seu contexto familiar, sendo o professor um importante canal de comunicação, sobretudo se constrói com a criança uma relação de proteção e confiança. Além disso, é importante que o professor esteja atento e tenha conhecimentos para identificar sinais que possam indicar o abuso e com a perspectiva de desenvolver ações protetivas (BRINO & WILLAMS, 2008).

A necessidade de iniciar a formação com professores que atuam com a primeira infância está associada à possibilidade de identificação mais rápida e precisa. De acordo com dados levantados pela Ouvidoria da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, do Governo do Estado de Pernambuco, até o mês de novembro de 2017, o serviço recebeu 290 registros de denúncias de abuso e exploração sexual de crianças, com idade igual ou inferior aos cinco anos. Já para Brino e Willams (2008), da primeira agressão sofrida até a sua descoberta muito tempo pode decorrer e, nesse sentido, entende-se que a violência acontece antes dos 6 anos. Desse modo, capacitar esses profissionais que atuam na educação infantil possibilita intervenções mais assertivas e precoces, ainda contribui para o entendimento dessas crianças sobre episódios que possam vir a ser abusivos.

De outro modo, quando a vítima não recebe apoio dos familiares, da escola e da comunidade, ela tende a naturalizar a agressão e concebê-la como aceitável fortalecendo ou intensificado o espiral da violência. É válido destacar que a própria criança deve participar das ações desenvolvidas sobre a garantia de direitos, pois o seu protagonismo está elencada como uma das diretrizes da política de direitos humanos (BRASIL, 2011a).

Para dar subsídio à atuação da escola e dos professores, bem como, servir de base para os processos de formação continuada o Guia Escolar: Métodos para a identificação de sinais de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes (2011a) desenvolvido pelo MEC, apresenta grandes contribuições nos seguintes

questos: identificação de casos na escola, práticas para ações que possam ser desenvolvidas e formação de professores. Vejamos algumas destas, a seguir.

3.2 Compendo atu(ações)

O Guia Escolar foi todo estruturado de acordo com as modalidades de prevenção aos maus tratos infantis da Organização das Nações Unidas – ONU e Organização Mundial de Saúde – OMS e visa desenvolver ações baseada na transversalidade dos diversos saberes e instituições. Entende a escola como um locus essencial para a implementação de políticas sociais básicas e tem a possibilidade de integralizar ações de caráter preventivo que alcancem a escola, a comunidade, as igrejas de todos os credos e demais grupos da sociedade (BRASIL, 2011a).

Para uma atuação mais eficaz, o Guia Escolar (2011a) sugere que a escola conheça e possa se enxergar como composição da rede de proteção e, ao mesmo tempo, aproxime-se do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente na perspectiva de elaborar um catálogo com endereços e contatos dos principais órgãos competes que atuam com tal temática, isso facilita o entendimento e a agilidade das notificações. Busca dar ênfase também ao Disque 100 que hoje se apresenta como uma das mais importantes ferramentas para denúncias desses tipos de casos.

Ainda nessa perspectiva, o Guia Escolar (2011a) apresenta estratégias importantes para a efetivação da escola enquanto política de proteção. Sendo assim, a primeira delas, e talvez a mais importante, diz sobre o fazer pedagógico. Afirma que a escola precisa entender a gravidade dessa violência e aprender a enfrentá-la na prática pedagógica. É preciso, portanto, uma reorganização curricular e metodológica no sentido de inserir temas transversais como esse, adotando para si o método de trabalhar os direitos das crianças nas diferentes práticas pedagógicas. Outra estratégia que merece destaque e que já foi discutida anteriormente tem há ver com a aproximação da rede de proteção como vemos abaixo:

[...] o sistema escolar necessita tornar-se parte integrante da rede de proteção a crianças e adolescentes. Essa articulação possibilitará melhor coordenação das ações e otimização do trabalho de profissionais dos diversos segmentos envolvidos, assim como dos serviços destinados ao

enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes de todo o território nacional (BRASIL, 2011a, p. 21).

Os processos de formação deverão tomar como norte conhecimentos e ações protetivas no âmbito teórico, mas não devem ficar apenas no campo da teoria. Para isso, é de essencial contribuição pautar as discussões em diálogos, debates, trocas, utilizando-se de materiais como recursos gráficos, literaturas, cinema, reportagens. Vale salientar que essas estratégias devem ser desenvolvidas no âmbito escolar entre professores; professores e alunos e também no âmbito social com a comunidade local na qual a escola encontra-se inserida (LIBÓRIO; FRANCISCO, 2012).

Ainda sobre o processo de formação, é sugerido que: a) seja composto pela elaboração de projetos de educação afetiva e sexual; b) foque na ampliação de espaços ou atividades que possibilitem o diálogo mais amplo ente educador e educando; c) analise medidas que aproximem a escola dos pais e comunidade, aprofundamento sobre a política de prevenção, proteção e combate como o Conselho Tutelar, por exemplo; e d) busque desenvolver planos de ações que visem a coletividade dos atores que compõem a equipe escolar (LIBÓRIO; FRANCISCO, 2012).

Nesse intuito de estabelecer de vez a política educacional com base nos direitos humanos, em 2004 o MEC, por meio do Sistema de Educação Continuada à Distância - SECAD desenvolveram e implantaram o Projeto Intitulado com Escola Que Protege – EQP. O objetivo deste projeto teve como foco principal a formação de profissionais da educação visando uma atuação pautada na prevenção e reinserção educacional e social de crianças e adolescentes que estejam em situações de vulnerabilidade como abandono, negligência, violências físicas e sexuais, trabalho infantil, entre outros. Além de visarem a formação continuada também desenvolveram matérias didáticos e paradidáticos que pudessem auxiliar esses profissionais (BRASIL, 2011a).

Ainda pensando na composição de uma atuação que vise proteger e acolher considerando o sujeito como um todo e ao mesmo tempo as suas singularidades, sugerimos que a escola reflita e desenvolva um conjunto de métodos organizados e pensados de modo específico contemplando todas as singularidades (NICOLESCU, 2000).

Com isso, se faz necessário compreender e construir um modelo de educação que se estrutura nos processos de interação social, nas expressões de afeto e principalmente no diálogo, ainda utiliza-se da cultura, expressões artísticas e a emoção como instrumentos de aprendizagem (BARROS *et al*, *apud* NICOLESCU, 2000).

Considerando o modelo sugerido, o nosso desafio maior é pensar como moldar seus conceitos para as práticas escolares, levando em consideração a temática do abuso sexual infantil. Autores como Furlani (2005), propuseram a utilização de livros paradidáticos como forma de proteção e combate à violência sexual. Para ela, os livros paradidáticos servem como um complemento para os livros didáticos. Por esse motivo sempre trazem temas pouco tradicionais como meio ambiente e sexualidade, por exemplo.

Desse modo, Furlani (2005) discorre sobre a dificuldade de se trabalhar com a educação no sentido em que envolva a sexualidade humana, as questões de gênero e as diversidades sexuais. Porém aponta a importância dessas obras infantis ao trazerem discussões com essa temática, de forma lúdica, e que potencialize o sujeito a partir de uma reconstrução cultural e entendimento das múltiplas identidades existentes na sociedade. Para tanto, ressalta a importância de trabalhar esse tema de forma lúdica e destaca a possibilidade de que a criança, ao desenvolver as habilidades de representação e identificação da violência, possa denunciar o assédio sofrido, seja de maneira verbal ou comportamental.

Diante do exposto, fica claro que novas propostas de atuações, atreladas à possibilidade de formação continuada, podem ser um forte instrumento na prevenção, promoção e combate ao abuso sexual infantil. Destacamos, assim, a importância de práticas pautadas no afeto e no diálogo, entendendo que elas possibilitam maior confiança entre aluno x escola, e podem contribuir para a identificação desses casos.

Contudo, ainda temos muito que avançar, principalmente no estabelecimento do trabalho em rede. Esta possibilidade de estar em rede propõe estar entre e através dos diferentes saberes e modos disciplinares. Assim, o trabalho em rede visa demarcar territorialidade, fortalecer vínculos familiares, firmar o serviço de assistência social. A articulação dessa rede proporciona uma abrangência para o serviço governamental ofertado, possibilitando assim, o encaminhamento de casos. Ela é a possibilidade de chegar perto dos conflitos que estavam fora do seu alcance

(BRASIL, 2005; 2008; 2011b; 2012; COUTO; SILVA; RAICHELIS, 2011; LIMA, 2011). Nesse sentido, buscaremos pautar brevemente sobre a Rede Socioassistencial que atua diretamente com as Políticas Públicas de proteção e prevenção ao abuso sexual na infância, afim de aproximar e inserir a escola no protagonismo dessa rede.

3.3 Construindo uma nova história: Caracterização da Rede Socioassistencial de combate ao abuso sexual infantil

Buscar compreender o abuso sexual infantil como um problema social e político nos faz pensar sobre quais as formas de proteção, assistência e cuidado direcionadas às vítimas dessa violência e aos seus familiares. Será que existem órgãos públicos de assistência cujo alvo seja crianças que foram vítimas de abuso sexual? Quais são? Como funcionam? Nessa perspectiva, Oliveira (2012) afirma que atualmente as políticas públicas de Assistência Social têm dado visibilidade à temática, bem como, estruturado serviços que trabalhem sob a ótica da prevenção, proteção e combate ao abuso sexual infantil. Para melhor compreensão destes, faremos a seguir, um breve relato sobre os avanços da Assistência Social no Brasil, identificando as principais instituições, órgãos e serviços que atuam como protagonistas para esse tipo de violência, tomando como exemplo, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, entre outros.

Nesse sentido, falar em assistência social no Brasil é discorrer sobre uma história marcada pelo desenvolvimento e transformações que influenciaram diretamente a proteção social do país. A assistência no país vinha sendo discutida junto com as outras políticas há algumas décadas e culminou no período de 1988, com a vigência da Constituição Federal. Nesse período a assistência iniciava a luta para ser vista como política pública e direito daqueles que necessitam dela. Anos mais tarde, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) inova quando propõe e aponta a importância da integração entre economia e o social, bem como a centralidade do Estado na garantia dos direitos e dos serviços sociais. Assim a LOAS inicia um novo campo para a Seguridade Social (COUTO; SILVA; RAICHELIS, 2011).

Com os diversos embates e desafios que se fizeram presentes na história da Seguridade Social, notou-se que seria necessário reestruturar e ampliar seus

objetivos. Sendo assim, sua ampliação, o reconhecimento do Estado e a luta pelos direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiência são considerados os avanços conquistados pela sociedade brasileira com a construção da política de assistência social desde a LOAS até o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2005).

O SUAS é um sistema público descentralizado, não contributivo. A proteção social tem como finalidade garantir seguranças, como as de: segurança, sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar. Em termos gerais, o SUAS organiza a proteção social em níveis, classificando como proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, estabelecendo corresponsabilidade entre os entes federais, considerando o território, respeitando as diversidades regionais e municipais e adotando a matricialidade sociofamiliar para ações de assistência social (BRASIL, 2005; 2011b).

Nesse sentido, o SUAS organiza a proteção social em níveis, classificados como proteção básica e especial de média e alta complexidade, sabendo disso, é importante ressaltar a diferença existente entre elas.

A proteção social básica tem como objetivo principal proteger de forma preventiva indivíduos e famílias que estejam expostos a situações de risco e vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, visando fortalecer vínculos familiares e comunitários, também restabelecer vínculos afetivos de ordem social, agindo no enfrentamento e combate às discriminações de raça, de gênero, de deficiências, entre outros. Os serviços de proteção básica são oferecidos pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2005).

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2005, p. 35).

A partir do entendimento da proteção social básica, partimos para a compreensão da assistência social especial que se organiza sob a oferta de serviços a grupos ou indivíduos que vivem em situação de risco e vulnerabilidade como abandono, *exploração sexual*, violência, negligência, situação de rua, dependência

química entre outros; se destina a enfrentar situações de direitos violados na família ou indivíduo, ou até mesmo nas situações em que já tenham sido rompidos os laços familiares e sociais (COUTO; SILVA; RAICHELIS, 2011).

Ainda sobre a política de assistência social especial, observa-se que as diversas funcionalidades desse serviço adentram situações comunitárias e familiares que geram conflitos, tensões e rupturas (BRASIL, 2011b). Por isso, a proteção especial está ligada a uma gestão mais complexa, compartilhando sua atuação com o Poder Judiciário, o Ministério Público e órgãos ligados às ações do Poder Executivo (BRASIL, 2005). Por se tratar de uma demanda com teor mais complexo, a proteção social especial, para uma melhor atuação, divide-se em dois níveis: de Média Complexidade e de Alta Complexidade.

A Proteção Social de Média Complexidade organiza programas e projetos, bem como, a oferta dos mesmos. Direciona os indivíduos e as famílias com direitos violados ou em situação de risco pessoal e social, identificando o agravamento desses riscos vivenciados na família ou no indivíduo, visando “um acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS” (BRASIL, 2011b, p. 8).

Sendo assim, Brasil (2011b), aponta que as principais ações que constituem o serviço do CREAS devem ser baseadas na acolhida e escuta, orientação e encaminhamento para os serviços de rede, construção de plano de atendimento individual e familiar, atendimento psicossocial, informação e defesa de direitos, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação interinstitucional com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, elaboração de relatórios, fortalecimento do convívio familiar, grupal e social e de redes sociais de apoio, monitoramento e avaliação do serviço, orientação jurídico – social, dentre outros. Discorre ainda sobre os objetivos que norteiam a oferta de serviços do CREAS:

O fortalecimento da função protetiva da família; À interrupção de padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos; À potencialização dos recursos para a superação da situação vivenciada e reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social, ou construção de novas referências, quando for o caso; Ao acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social; Ao exercício do protagonismo e da participação social; e à prevenção de agravamentos e da institucionalização (p. 14).

Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade visa garantir proteção integral, como moradia, alimentação, higiene, para indivíduos ou famílias que se

encontram vulneráveis e sem nenhuma referência, ou seja, sem proteção familiar e social, em situações de ameaça e/ou com necessidade de ser retirados do seu ambiente familiar (BRASIL, 2005). Esse nível de proteção apresenta uma oferta de serviços especializados, como: Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2011b).

Contudo a rede socioassistencial não é composta apenas pelo CRAS e CREAS, pelo contrário, esses dispositivos necessitam da articulação com outros setores para a identificação de casos ou acompanhamentos de acordo com seus perfis. Sendo assim, a rede também é formada pela Gestão dos Programas de Transferência de Renda e benefícios como PETI, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - BPC; Serviços de Saúde, em especial a Saúde Mental; Rede de Educação; Serviços de Acolhimento; e Órgãos de Defesa de Direitos como o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública.

Nessa perspectiva, Oliveira (2012) identifica os principais órgãos de prevenção e proteção ao abuso sexual infantil destacando como os mais importantes a Escola e o CREAS, ambos conceituados anteriormente e, o Conselho Tutelar, Ministério Público e disque 100 que atuam diretamente com essas demandas. Para maior esclarecimento desses últimos órgãos, definiremos abaixo.

O Conselho Tutelar busca zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente conferidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. É um órgão público integrando às instituições nacionais, estaduais e municipais, subordina-se ao ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, o Conselho Tutelar atende reivindicações, reclamações, solicitações feitas por famílias, comunidades, instituições, adolescentes e crianças. Exerce a função de escutar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos. Aplica medidas protetivas pertinentes a cada caso. Ainda contribui para a formulação e planejamento de políticas e planos municipais de atendimento à criança, adolescente e suas famílias (BRASIL, 2008).

O Ministério Público é uma instituição pública autônoma que busca defender a ordem jurídica, os interesses sociais e individuais e o regime democrático. Isso significa dizer, que o Ministério Público é o defensor dos interesses do conjunto da sociedade brasileira tendo, portanto, cuidado para defender sempre com isenção, apartidarismo e profissionalismo. Sendo assim, o Ministério Público atua não só na

área criminal, ele se detém à defesa também, de patrimônio público e social, ao meio ambiente, à infância e juventude, aos idosos, às pessoas com deficiências, à saúde pública, à educação, aos direitos humanos, entre outros. Vale destacar, que ele trabalha em conjunto com o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo (BRASIL, 2012b).

O Disque 100 ou Disque Diretos Humanos é um serviço desenvolvido para a proteção de crianças e adolescentes, tendo como foco principal, a violência sexual. Está vinculado ao Programa Nacional de Enfretamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Esse dispositivo acolhe a denúncia de forma sigilosa. Registra, orienta e encaminha para os órgãos competentes como o CREAS, Conselho Tutelar e Delegacias. Também monitora as providências tomadas para realizar devolutiva ao denunciante. Hoje o Disque 100 foi ampliado e acolhe também denúncias que envolvam violações de direitos de toda a população como crianças, adolescentes, idosos, pessoa com deficiência, pessoas em situação de rua e população LGBT (BRASIL, 2016).

Após a apresentação da Rede que visa atuar na prevenção e combate a violência sexual na infância conseguimos ter uma visão mais ampla da importância do trabalho transversal e transdisciplinar. É entendendo a atuação desses órgãos e serviços que podemos, enquanto educadores, tornarmos agentes de combate contra esse tipo de agressão ainda na primeira infância. O conhecimento da rede e a apropriação da mesma enquanto suporte para a atuação escolar nos possibilitará maior agilidade nos processos de identificação de casos, bem como, na garantia efetiva dos direitos da criança como prevê o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2013). Com isso, buscamos o empoderamento infantil e a possibilidade de identificação por parte das crianças quando estiverem em situação de risco ou possível abuso sexual.

Sendo assim, entendemos os desafios que temos pela frente e sabemos que para uma escola atuar com efetividade, considerando os aspectos preventivos e protetivos, ainda nos falta muito. Porém, a proposta da presente pesquisa é justamente provocar e nos fazer refletir sobre as nossas atuais práticas, compreendendo os medos e receios, visando ao menos, propor uma escola mais acolhedora e menos excludente, no que se concerne, as discussões que pautem violências e sexualidades.

CAPÍTULO IV

MÉTODO DA PESQUISA

4 MÉTODO DA PESQUISA

De modo geral, duas são as abordagens que podem subsidiar a metodologia de uma pesquisa, a metodologia quantitativa e a metodologia qualitativa. Tais abordagens são de naturezas diferentes, porém não contraditórias. A metodologia qualitativa atua com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões e se adéqua a aprofundar os fenômenos complexos, fatos e processos particulares e específicos, mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. Já, a metodologia quantitativa é geralmente utilizada para abarcar grandes aglomerados de dados, com fins de testagem de uma hipótese (MINAYO, 1993). Ainda discorrendo sobre a metodologia quantitativa, Minayo (1993) afirma que no campo da biologia, psicologia, sociologia os resultados tem sido incertos, pois nessas áreas, os sujeitos envolvidos na pesquisa são mais complexos e variáveis que os sujeitos das denominadas Ciências Exatas destacando que, a depender dos objetivos da pesquisa, nessas áreas a abordagem qualitativa tende a ser mais adequada.

Nesta pesquisa, utilizou-se a metodologia qualitativa, uma vez que permite o contato direto com a singularidade do sujeito, não visa a quantificação e sim a qualidade dos significantes subjetivos do indivíduo, o que se configura como aspecto essencial para a presente pesquisa. Nas palavras de Minayo (1993, p. 244), “realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto”. Mais especificamente, em suas palavras:

Essa corrente de pensamento não se preocupa com os processos de quantificação, mas de explicar os meandros das relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional. O universo das investigações qualitativas é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e re-interpretadas pelos sujeitos que as vivenciam (MINAYO, 2007, p. 24).

A metodologia qualitativa não é apenas constituída de modelos e normas fechadas. Na verdade, o trabalho qualitativo caminha em duas direções: “[...] numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas” (MINAYO, 1993, p. 245). Nesse sentido, esta pesquisa trata-se de uma intervenção participante que busca compreender a importância dos processos formativos na atuação de professores da rede de educação infantil.

4.1 Universo da Pesquisa

Para a composição e universo da pesquisa, foi possível contar com a participação de 08 profissionais que atuam na rede de educação infantil do município do Recife. Para a seleção dos professores utilizamos os critérios: disponibilidade para participação dos grupos focais e desejo do educador para a discussão de tal temática. Sendo assim, por meio da Gerência de Política e Formação Pedagógica do município, foi apresentada na reunião de gestores e professores da rede, a proposta da coleta de dados e, em seguida, foi passada ata para que os interessados em contribuir deixassem nome, contato telefônico e e-mail para contato posterior.

Considerando as informações disponibilizadas em ata, iniciou-se o processo de aproximação entre pesquisador e professores com a finalidade de estruturar dias e horários para a realização dos grupos focais. Para uma melhor adequação e acordo de datas que contemplassem a todos, foi criado um grupo de WhatsApp intitulado por “Grupos Focais”, onde os participantes expressaram suas realidades e possíveis disponibilidades até chegarmos em dias e horários em comum. Desse modo, acordou-se que os grupos deveriam acontecer durante três quartas-feiras seguidas (26/07/2017; 02/08/2017 e 09/08/2017), sempre às 15:00 horas, na Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire. O espaço utilizado foi uma parceria também realizada com a Gerência de Política e Formação Pedagógica da Prefeitura do Recife, e que será destacada, em seguida, nos procedimentos realizados.

O perfil das participantes que compuseram a pesquisa se configurou da seguinte forma: todas do sexo feminino; as idades variaram entre 38 e 53 anos; Todas com formação em pedagogia; atuam na rede de educação infantil do município do Recife; o tempo de atuação oscila de 8 a 35 anos e encontravam-se na condição de educadoras e coordenadoras pedagógicas.

A escolha por profissionais da educação se dá pela importância que os professores que atuam na primeira infância desempenham sobre seus educandos, bem como para colaboração na identificação precoce de casos de violência, de modo a buscar proteger a criança o mais cedo possível, diminuindo seu sofrimento e impactos em seu desenvolvimento. Entendemos nesse contexto, que o professor

pode estabelecer um forte vínculo afetivo com a criança e isso possibilita o desenvolvimento da confiança por parte dela e a sensação de proteção, facilitando, desse modo, a identificação de sinais, ou até mesmo a possível revelação feita pela própria criança.

Já a escolha pela rede pública de educação baseia-se no que foi discutido anteriormente e defendido por autores como Brasil (2004); Limbório e Francisco (2012), que é o retrato da escassez de formação continuada que pautem temáticas complexas que envolvam sexualidade e violências desse gênero. Observando a dificuldade de se tratar tal temática no ambiente escolar e enxergando a grande contribuição que o esclarecimento de conceitos e a articulação com a rede poderá trazer para a prevenção e identificação de possíveis casos, tentaremos, através desta pesquisa, provocar reflexões em torno da temática proposta, almejando uma atuação comprometida que some esforços na busca da garantia dos direitos da criança.

Com o objetivo de dar ao leitor uma visão geral de como a pesquisa foi delineada, segue abaixo uma síntese antes de descrever os instrumentos e procedimentos que foram utilizados. A pesquisa foi organizada em 3 ciclos subsequentes, a saber:

Grupo Focal I:

- Foi realizado um primeiro grupo focal, com o objetivo de investigar as concepções e intenções de atitudes dos professores sobre aspectos relacionados à temática do abuso sexual infantil. Houve também algumas perguntas eixos para nortear as discussões e servirem como ponto de partida para a reflexão acerca da atuação dessas professoras no seu contexto escolar. Ao final do grupo focal, construímos um painel que buscou retratar uma síntese do que foi discutido no grupo a respeito da temática do abuso sexual infantil.

Grupo Focal II:

- No segundo momento desenvolvemos uma intervenção formativa que objetivou apresentar e caracterizar os conceitos, tipos e implicações do abuso sexual na primeira infância, identificação da rede de proteção e formação profissional, com destaque para a escola como agente de prevenção e promoção da criança e adolescente.

Grupo Focal III:

- No terceiro momento vivenciamos novamente a prática de grupo focal com a explanação dos mesmos eixos problematizadores, com o intuito de investigar se houve algum tipo de mudança no discurso das professoras, comparando com os resultados do primeiro momento. Logo em seguida, foi construído o segundo painel de informações sobre os conceitos até então abordados. Para finalizar esse momento, discutimos ainda, os aspectos, conceitos e informações mais relevantes para a elaboração de uma cartilha voltada para o professor(a) fim de subsidiar as atuações dos profissionais no contexto educacional e, desse modo, condensamos essas informações também em um painel de sugestões. Neste mesmo momento, fechamos os grupos focais com uma pergunta avaliativa sobre os processos vivenciados nos encontros realizados.

4.2 Instrumentos

Para subsidiar a pesquisa e a coleta de dados, se faz necessário antes, identificar os instrumentos necessários e que servirão de suporte para todo o material colhido. Considerando aspectos como estes, os instrumentos utilizados para este estudo foram: Grupos Focais para discussão teórica e de senso crítico sobre a temática proposta e Observação Participante nos momentos das práticas grupais, buscando perceber o comportamento dos participantes, o estranhamento ou resistência com a temática, bem como a observação dos aspectos relevantes para a interpretação pertinente e coerente da realidade estudada. A seguir serão realizados alguns comentários a respeito de cada um desses instrumentos:

Grupos Focais: São grupos de discussões cuja técnica possibilita trabalhar um tema geral e particularizado sob a perspectiva coletiva. Ou seja, baseiam-se na interação grupal utilizando-se de reflexões, debates, trocas e construções compartilhadas. Nesse sentido, vale salientar que a pesquisa que se utiliza dos grupos focais como instrumento de investigação não busca medir as diferenças perceptíveis na opinião de cada indivíduo participante, mas, sobretudo, compreender como essas opiniões e entendimentos se relacionam, sobrepõem-se, completam-se ou se articulam (RESSEL; BECK; GUALDA; HOFFMANN; SILVA; SEHNEM, 2008).

Para Gondim (2003), o pesquisador deve atuar como um moderador ou até mesmo um facilitador para as discussões expostas, dando ênfase aos processos psicossociais e de interação. Nesse sentido, essa técnica permite que o investigador possa observar as opiniões de cada participante e, ao mesmo tempo, comparar entre si os entendimentos e esclarecimentos acerca do tema. Com isso, a análise desse discurso é sobre o indivíduo no grupo e para o grupo, os resultados também infere uma importância e um contexto grupal.

Quanto à formação do Grupo Focal, esse deve contemplar pelo menos um ponto em comum entre os participantes, como trabalhar no mesmo ambiente por exemplo. Isso favorece o debate, as reflexões, as experiências, bem como a interface entre culturas e valores morais. O ambiente também deve seguir alguns requisitos básicos, como ser um local acolhedor e agradável podendo ser utilizados artefatos como músicas ambientes, incensos, sonorização que lembrem água ou ar e que provoquem sensação de relaxamento. O posicionamento em círculo é de fundamental importância, pois essa composição permite que todos estejam em contato, desempenhando a mesma importância (RESSEL *et al*, 2008).

Observação Participante: Essa proposta de observação permite maior integração entre pesquisador e pesquisado. É por meio dela que é possível estabelecer uma relação maior com o grupo observado. Nesse contexto, o pesquisador também contribui com suas experiências, vivências, indagações e opiniões. Esse método de observação garante o acesso a uma compreensão que não seria possível sem ela (MARTINS, 1996).

Entende-se que esse modelo proposto pela observação participante, ao favorecer a aproximação direta daquele que observa com as vivências do outro de forma individual ou em grupo, pode evidenciar significados mais profundos, atitudes, percepções, entre outros, que permaneceriam obscuras ou inalcançáveis se o mesmo não estivesse inserido internamente na sua proposta de investigação (MARTINS, 1996). Considerando a proposta da presente pesquisa, também foi possível observar comportamentos atípicos, reações contrárias ou a favor da temática, estranhamento, resistências, ou até mesmo, a satisfação ou insatisfação pela participação na pesquisa. Essa aproximação contribuiu de forma significativa para a compreensão do pesquisador no que concerne ao manejo e reações do grupo.

4.3 Procedimentos

A seguir destacaremos os procedimentos a serem adotados no processo de construção dos registros.

Inicialmente para validação e liberação da pesquisa, por se tratar de um estudo que envolveu os profissionais que atuam na Rede Municipal de Ensino, se fez necessário o contato com a Secretaria Municipal de Educação do município de Recife. Sendo assim, a aproximação entre pesquisador e Órgão Público ocorreu por meio da Diretoria Executiva de Gestão Pedagógica, e seguiu os seguintes passos:

- Elaboração e solicitação de Carta de Anuência contendo dados do pesquisador e da pesquisa (abril de 2017).
- Encaminhamento de Carta de Anuência e cópia Projeto para a Secretaria Municipal de Educação (maio de 2017).
- Contato com a Diretoria Executiva de Gestão de Pedagógica para tramitações necessárias e possíveis repostas para validação da coleta de dados (maio de 2017).
- Recebimento de ofício resposta devidamente assinado pelo Sr. Rogério Moraes, Diretor Executivo de Gestão Pedagógica do Município do Recife, contendo a validação e permissão para a realização da coleta de dados considerando a participação dos profissionais da rede (Junho de 2017).

Considerando a validação da pesquisa, precisou-se definir o local para a realização dos grupos focais. Nesse sentido, inicialmente pensamos em vivenciar os grupos em alguma escola municipal ou centro de educação infantil que pudesse ser disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, no entanto, em contato com a Gerência de Política e Formação Pedagógica surgiu à proposta de efetuação na Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire.

Para que os grupos pudessem ocorrer na Escola de Formação, se fez necessário protocolar um pedido junto a Diretoria Executiva de Gestão Pedagógica, preencher um formulário com informações referentes à quantidade de pessoas

envolvidas, objetivo do encontro, datas e horários, necessidade de equipamentos audiovisuais e tempo de duração. O documento foi elaborado, encaminhado e seguiu para análise e possível validação. Após alguns dias através de e-mail recebemos um parecer favorável, disponibilizando dias, equipamentos e horários. O local onde ocorreram as atividades e encontros foi bastante elogiado pelas professoras participantes sob o argumento de familiaridade com o espaço e centralidade para locomoção.

Com os acordos estabelecidos junto a Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire, foi possível iniciar a pesquisa com a participação de 08 profissionais que atuam diretamente com a educação infantil. Desse modo, elaboramos três ciclos de atividades, anteriormente mencionados, que constituíram o procedimento de coleta de dados, como veremos a seguir:

Grupo Focal I

O ciclo 01 foi dividido em três etapas: o primeiro consistiu na apresentação pessoal e profissional dos participantes; o segundo foi estruturado por meio dos cinco eixos problematizadores que nortearam a discussão; o terceiro integrou as opiniões e concepções abordados nos eixos em um painel de conceitos. Para melhor delineamento metodológico, abordaremos abaixo as etapas deste ciclo:

Etapa 1.1 – Apresentação pessoal

O primeiro momento com os participantes do grupo foi de fundamental importância, pois além de ser considerado como introdutório para a pesquisa, deteve-se também, em apresentar e caracterizar a pesquisa, bem como seus objetivos e finalidades, além de esclarecer os critérios e condicionalidades aos participantes.

Nesse sentido, a apresentação pessoal partiu de uma primeira pergunta norteadora “Quem sou eu?”. O facilitador passou individualmente um espelho para que as professoras ao olharem a sua imagem pudessem discorrer livremente sobre o que enxergavam, ou que gostariam de dizer para si. Aparentemente esse parecia um momento simples, mas, tornou-se um dos momentos mais intensos e proveitosos do processo de coleta. Todas falaram de suas vidas conquistas, da realização em atuar como professoras da educação infantil, bem como externaram as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia por questões que envolvem desde a

estrutura física dos espaços que trabalham, ou até mesmo, questões que envolviam valorização pessoal e profissional.

Na medida em que o espelho passava, as histórias de vida também acompanhavam esse trajeto e, para nossa surpresa, duas participantes se emocionaram ao se olharem no espelho e falar de si. Essa emoção surgia de uma necessidade real de estarem presentes nesse grupo e partilharem da triste história que as coloca na condição de já terem sofrido de violência sexual infantil. Esses depoimentos foram extremamente significativos e nos fez refletir sobre a necessidade de discutirmos temáticas tão relevantes e próximas como a proposta por essa pesquisa.

Para que pudéssemos encerrar o momento de apresentações, foi entregue para cada uma das participantes um texto intitulado como “A casa dos mil espelhos” que teve o objetivo de fazer refletir sobre as relações interpessoais já estabelecidas e a forma como nos enxergamos em cada espaço de atuação e, como isso reflete também nos outros que estão ao nosso redor. Após a reflexão, cada uma das participantes recebeu um espelho para marcar de forma simbólica o momento vivenciado.

Antes de iniciarmos a discussão dos cinco eixos norteadores sobre a temática do abuso sexual infantil na primeira infância foi apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e a Carta de Anuência, bem como os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos a serem utilizados.

Etapa 1.2 – Discussão dos eixos problematizadores sobre abuso sexual infantil

Para início da conversa discursiva foi realizado uma pequena explanação sobre a importância e necessidade de se pesquisar a temática do abuso sexual infantil na primeira infância considerando a escola e o professor como agentes na prevenção e enfrentamento.

A proposta de se discutir os eixos norteadores se deu justamente pela preocupação em compreender o comportamento e possíveis atitudes dos profissionais de educação diante de casos que envolvam tal violência. Nesse sentido os questionamentos se estruturaram da seguinte forma:

- Definição o abuso sexual infantil;
- Implicações ou sintomas do abuso sexual infantil;

- Identificação com do papel da escola a prevenção ao abuso sexual infantil;
- Participação em formações com a temática do abuso sexual infantil;
- Quem compõe a rede de proteção às crianças vítimas de tal violência.

Esse momento de debate acerca da temática trabalhada foi bastante proveitoso, as participantes pontuavam entre si os conceitos, corroboravam de ideias parecidas, ao mesmo tempo em que divergiam em alguns pontos de vistas. A proposta foi exatamente essa, permitir que elas discorressem livremente a partir dos conceitos que foram apresentados, afim de, compreender o entendimento e procedimentos por elas realizados.

Vale salientar que as opiniões e possíveis atitudes das professoras serão discutidas no próximo capítulo onde trabalharemos os resultados da pesquisa. Desse modo, os eixos estarão estruturados em categorias para garantir um melhor aprofundamento no material colhido.

Etapa 1.3 - Elaboração do Painel de Conceitos

Para que pudéssemos registrar a forma de entendimento das professoras sobre a temática do abuso sexual infantil foi construído um painel de conceitos que tinha a finalidade de compilar as informações mais importantes discutidos a partir dos cinco eixos norteadores.

O painel foi confeccionado pelo facilitador e apresentado a priori as participantes do grupo. Nesse sentido, para cada tópico as professoras definiam entre si o que deveria ser colocado, de forma coletiva, como resposta e questionamentos levantados. Desse modo, agradecemos a participação das professoras nessa primeira atividade e encerramos o dia do 01 Grupo Focal que teve duração de 01:00 hora e 23 minutos e ocorreu no dia 26/07/2017.

Grupo Focal II

No segundo ciclo foi desenvolvida uma atividade que intitulamos como Intervenção Formativa que objetivou em apresentar desde os conceitos de abuso sexual infantil até as implicações na criança, formas de identificação da violência e caracterização da Rede de Proteção. Para subsidiar essa discussão utilizamos como tema norteador: *O abuso sexual na primeira infância e a escola como parte da Rede*

de prevenção, identificação e combate. Além do processo de explanação teórica também foi realizado um Cine Debate referente à temática abordada. Segue abaixo descrição da atividade proposta:

Palestra: O facilitador utilizou recursos audiovisuais para a apresentação teórica dos conceitos gerais sobre o abuso sexual infantil. O Processo iniciou-se pela caracterização do conceito de infância e os processos de violência no contexto histórico-cultural subsidiado por autores como Sanderson (2005); Rizzini e Pilotti; Lima (2011) e Ariès (1981), identificando assim, a pluralidade de violências e negligências inseridas nas vivências da criança.

Após explanação inicial, esclarecemos o conceito geral de abuso sexual infantil, como se caracteriza e a forma como se perpetua. Esse debate foi apoiado nas pesquisas de Brasil (2006); Araújo (2002); Amazarray e Koller (2008) quando discorrem sobre a caracterização do abuso sexual infantil, identificando ser, qualquer prática que vise estimular uma criança para realização de práticas que não condizem à realidade dela e envolve desde o toque e carícias até o ato sexual propriamente dito.

Em seguida, discutimos sobre os tipos de abuso sexual infantil que foram elencados como Intrafamiliar, Extrafamiliar e Institucional. Considerando autores como Brasil, (2006); Araújo (2002); Pfeiffer e Salvagni (2005) foi possível observar que o tipo de abuso sexual Intrafamiliar concentra os maiores índices até agora identificados.

Ainda nesse momento, pautamos sobre os processos da descoberta bem como os comportamentos que podem ser percebidos no contexto escolar, nesse sentido, pautou-se sobre a participação da escola na prevenção, proteção e denúncia, bem como a estruturação do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente. O aporte teórico utilizado para nortear essa explanação foram Furniss (1993); Lima (2011) e Brasil (2006).

Cine debate: Após o a palestra realizada e como proposta de desfecho para o encontro foi apresentado um curta metragem intitulado como “*O segredo de Nara*”. O filme tem duração de 20 minutos e retrata, através de uma animação, a história de Nara, uma menina que foi abusada sexualmente na primeira infância. No vídeo em questão, a identificação da violência, bem como os encaminhamentos se dão

através da professora de Nara. O desfecho da história é positivo, a personagem consegue livrar-se da violência e seu agressor é preso. Ao final do filme, as professoras participantes estiveram envolvidas em grande emoção, nesse sentido, foi oportunizado discorrer sobre os sentidos e sentimentos que emergiram e concluímos o encontro. A duração dessa atividade foi de 03:00 horas e 17 minutos e ocorreu no dia 02/08/2017.

Grupo Focal III

O terceiro ciclo seguiu as mesmas diretrizes do ciclo um. Sendo assim, voltamos com a prática do **grupo focal**, dessa vez, dividido em quatro etapas distintas, apresentando inicialmente, os mesmos cinco eixos norteadores para promover a discussão. Abaixo destacamos cada momento acima citado:

Etapa 1.1 - Discussão dos eixos problematizadores

O facilitador buscou mediar a discussão com base nos mesmos eixos temáticos, problematizando sobre a manutenção ou modificação das opiniões e concepções acerca da temática do abuso sexual infantil, após a vivência do processo de intervenção formativa. Nesse sentido, seguimos problematizando sobre:

- Definição o abuso sexual infantil;
- Implicações ou sintomas do abuso sexual infantil;
- Identificação com do papel da escola a prevenção ao abuso sexual infantil;
- Participação em formações com a temática do abuso sexual infantil;
- Quem compõe a rede de proteção às crianças vítimas de tal violência.

Essa retomada de discussão deu subsídio para observação de possíveis mudanças nos conceitos trazidos pelos profissionais no primeiro contato com a temática. Buscamos, também, problematizar se esse tipo de formação de professores poderia contribuir com uma atuação profissional que pautasse a prevenção e o enfrentamento ao abuso sexual infantil, no contexto escolar.

Etapa 1.2 - Elaboração de Painel Conceitual

O segundo momento deste ciclo consistiu também em uma nova síntese conceitual. Ou seja, novamente foi proposta a elaboração de um painel que possa representar as discussões realizadas em todos os outros encontros, possibilitando assim, a análise entre o painel anteriormente construído e o atual, identificando ou não, possíveis divergências entre eles.

O painel foi confeccionado pelo facilitador e apresentado a priori as participantes do grupo. Nesse sentido, para cada tópico as professoras definiam entre si o que deveria ser colocado, de forma coletiva, como resposta e questionamentos levantados.

Etapa 1.3 - Elaboração de Painel de Opiniões (Cartilha do Professor)

Seguindo a mesma linha de raciocínio do Painel Conceitual, o facilitador apresentou um novo painel em branco contendo o título Cartilha do Professor e a partir das construções e vivências realizadas nos encontros provocou as professoras a opinarem sobre os conceitos, informações e conteúdos mais importantes que poderia ser utilizados para a elaboração de uma cartilha voltada ao professor, com o intuito de subsidiar a atuação da Rede de Educação Infantil no que concerne aos processos de prevenção e proteção com crianças de 0 a 6 anos.

Entendendo a importância da Cartilha do Professor as participantes sugeriram que fossem contemplados os sinais de alerta, definição e tipos de abuso sexual infantil, as atribuições dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da criança, dados estatísticos e informações úteis como telefones e e-mails.

Etapa 1.4 - Encerramento e avaliação dos encontros

A etapa final deste encontro teve o objetivo de encerrar as práticas grupais. Nesse contexto, o facilitador iniciou uma reflexão a partir do texto “Mãe Águia” (Anexo III) que se encontra descrito nos anexos, buscando destacar a importância da relação professor/aluno e de como a visão da águia mãe pode contribuir na vida profissional e pessoal de cada uma.

Após a reflexão, o facilitador utilizou-se da seguinte pergunta-chave: A partir das vivências nos três grupos realizados o que foi possível aprender/entender? Essa questão norteou a fala das participantes que discorreram desde enriquecimento pessoal até palavras de agradecimento por cada momento oportunizado. Com isso, o facilitador agradeceu a participação e contribuição de cada professora presente e

seguimos para o coffee break como forma de nos confraternizarmos. Esse encontro teve duração de 01:00 hora e 45 minutos e ocorreu no dia 09/08/2017.

As estruturas dos grupos focais bem como as atividades que foram desenvolvidas com cada grupo encontram-se no **Apêndice I** deste projeto de pesquisa.

4.4 Análise e tratamento dos Dados

Quanto aos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temático proposta por Bardin (2011). Este tipo de análise consiste de uma pré-análise, que significa organizar e sistematizar as ideias, seguida pela exploração das informações obtidas, caracterizada como codificação, permitindo recortar, agrupar, classificar e tratar os resultados obtidos para, então, interpretá-los. Sendo assim, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. A autora afirma, ainda, que a categorização é uma operação de classificar os elementos por diferenciação e depois reagrupar com os critérios previamente definidos. No caso da presente pesquisa, a partir da análise dos dados, foram definidas 06 categorias de análise, a saber: 01- EU pessoal x EU profissional; 02- Abuso sexual infantil; 03- Implicações do abuso sexual na criança; 04 – Escola e prevenção; 05 – Formação continuada; 06 - Rede de proteção e prevenção a criança.

Para Moraes (1999), a análise de conteúdo pressupõe uma interpretação mais aprofundada dos fenômenos pesquisados. Os dados obtidos apresentam-se de forma diversificada e necessitam de um processo que consiste de compreensão, observação, interpretação e interposição por parte do pesquisador. Desse modo, esse tipo de análise requer uma estrutura organizada em etapas necessárias para a produção dos resultados.

Segundo o autor, inicialmente as etapas precisam considerar a organização das informações obtidas e coletadas, ou seja, compreender as diferentes amostras a serem analisadas, decidindo sobre quais se apresentam com maior relevância para a pesquisa. No caso da presente pesquisa, se faz necessário codificar o material, inferindo a eles códigos que possibilitem a rápida identificação das amostras e participantes. E, a partir dos códigos, estruturar as categorias.

Após organizar e codificar os conteúdos, unificar os materiais por proximidade de temas, frases ou palavras é o segundo passo. No nosso caso, foi possível

desenvolver seis categorias de análise que subsidiam a discussão dos resultados, tal como acima mencionado. Para nortear ainda mais o processo de tratamento dos dados coletados, surgiu a necessidade de descrever as subcategorias, ou seja, elas não se apresentam como novas categorias, pelo contrário, as subcategorias surgem com a perspectiva de sintetizar as ideias e conceitos semelhantes discutidos e observados dentro das possíveis categorias, aproximando os conteúdos trazidos por cada participante.

Para isso, é imprescindível a releitura desses materiais, bem como transformar os dados brutos em conjuntos de informações que apresentem os mesmos significados. Logo em seguida, as categorias temáticas devem ser definidas para elaboração dos resultados. Sendo assim, as categorias precisam demonstrar semelhanças e analogias, tornando-se válidas, pertinentes ao processo e adequadas à pesquisa. Por fim, as descrições dos dados bem como as suas interpretações deverão apoiar-se na exploração de significados contrapondo ou corroborando com as constatações teóricas apresentadas na construção da pesquisa (MORAES, 1999).

4.5 Procedimento Ético

Essa pesquisa se estruturou a partir do comprometimento ético com o intuito de proteger a integridade e direitos dos participantes, bem como utilizará seu dados e coletas exclusivamente para fins de pesquisa. A mesma também foi subsidiada na resolução n ° 016/2000 de 20 de dezembro de 2000 do Código de Ética de Psicologia que respalda uma atuação responsável, contribuindo para o desenvolvimento científico, considera ainda, a resolução n ° 016/2000 que complementa o entendimento à resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde onde discorre sobre a realização de pesquisas com seres humanos. Nesse sentido, compreendemos que a participação dos envolvidos gera conhecimentos voltados para o meio social, conciliando teoria e prática, fortalecendo a atuação do profissional e atendendo as demandas da sociedade. Desse modo, utilizamos como respaldo e princípios éticos para essa pesquisa a Carta de Anuência; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice III), avaliação de riscos e benefícios gerados com a pesquisa e relevância social.

De acordo com o percurso metodológico, após a qualificação do projeto, encaminhamos a pesquisa para validação junto à Secretaria de Educação do município do Recife, no mês de abril de 2017, enfatizando os objetivos e a descrição dos profissionais necessários para a participação na coleta de dados. Sendo assim, por meio de carta de anuência a Secretaria Municipal de Educação emitiu parecer favorável para a realização da pesquisa em questão, o que oportunizou os encaminhamentos necessários e contato com a Rede de Educação Infantil.

Depois dos encaminhamentos para autorização, definição de espaço e contato com os participantes, foram estabelecidos dias e horários para a realização dos encontros, como citado anteriormente. Com isso, no primeiro contato com as professoras participantes, apresentamos a autorização e validação da pesquisa através da Carta de Anuência, bem como os objetivos pretendidos por ela. Nesse contexto, foi explicitado e discutido o Termo de Consentimento Livre Esclarecido–TCLE, informando que a participação é de ordem voluntária, sem fins lucrativos e que as informações colhidas não serão utilizadas de nenhuma outra forma, que não, para cunho científico. O TCLE também tratou de informações quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa, constando ainda, solicitação de autorização para utilização de gravador de voz e material sonoro que permitiu a gravação dos momentos e vivências para facilitar as transcrições. Desse modo, todas as participantes assinaram o termo e receberam uma cópia para garantia de sua segurança.

Quanto aos benefícios e riscos, a pesquisa não ofereceu riscos aos participantes, tendo em vista que as atividades desenvolvidas foram constituídas nos modelos de Intervenções formativas voltadas para professores da Educação Infantil, prática comum utilizada para discutir temáticas relevantes no contexto da educação. O pesquisador também esteve atento para qualquer tipo de insatisfação e desconforto que pudesse ser apresentado pelas participantes da pesquisa, com o intuito de realizar os encaminhamentos adequados e necessários. Para isso, contou com o suporte de uma colaboradora, conhecida como Ego Auxiliar nas práticas grupais para a percepção de qualquer ruído ou demandas identificadas. A colaboradora auxiliou nos processos de gravação de voz, registros fotográficos e situações que fugissem da estrutura e metodologia prevista.

Após o procedimento das práticas grupais e coletas de dados foi possível perceber que a pesquisa apresenta-se com grande importância no contexto da relevância social. Acreditamos, portanto, que a mesma apresenta valioso impacto social e possibilita uma reflexão sobre a importância da prevenção e defesa contra o abuso sexual na primeira infância, ao mesmo tempo em que, identifica crucial contribuição com a comunidade científica, objetivando oferecer material para futuras pesquisas.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos os resultados que compõem nosso estudo. Como vimos anteriormente, a pesquisa utilizou como instrumento a prática de grupos focais, considerando o entendimento das professoras sobre conceitos que envolvem a temática do abuso sexual na primeira infância. Assim, no primeiro e terceiro grupos, discutimos, a partir de cinco eixos temáticos, conceitos relevantes dessa violência, oportunizando a observação de conhecimentos dessas profissionais referentes a essa temática. No segundo grupo, desenvolvemos uma intervenção formativa, que teve como propósito dialogar, esclarecer e apresentar conceitos relacionados ao abuso sexual infantil, como forma de contribuir com a atuação profissional das participantes, bem como favorecer a investigação de possíveis contribuições que tal intervenção formativa pode ter para a prática de tais profissionais. O procedimento adotado na intervenção formativa já foi descrita na seção da metodologia desse estudo e também se constitui como parte dos nossos resultados, uma vez que esse mesmo procedimento pode ser utilizado em outras ações formativas sobre essa temática.

Nesse sentido, para favorecer a compreensão de nossos resultados, essa seção será organizada em duas etapas. Na primeira discorreremos sobre os relatos das participantes na intervenção formativa realizada, não apresentando categorias de análise, mesmo utilizando argumentos e falas das participantes, mas com o objetivo de descrever como se constituiu esse momento. Já a segunda etapa foi estruturada a partir das seis categorias de análise (01- EU pessoal x EU profissional; 02- Abuso sexual infantil; 03- Implicações do abuso sexual na criança; 04 – Escola e prevenção; 05 – Formação continuada; 06 - Rede de proteção e prevenção a criança), e considerou os cinco eixos temáticos (Definição de abuso sexual infantil; Implicações ou sintomas do abuso sexual infantil; O papel da escola na prevenção ao abuso sexual infantil; Formação continuada sobre a temática do abuso sexual infantil; Composição da rede de proteção às crianças vítimas de tal violência).

5.1 FORMANDO AS AÇÕES – INTERVENÇÃO FORMATIVA SOBRE ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Como informado anteriormente, a pesquisa se estruturou a partir de grupos focais com o intuito de perceber as atitudes e opiniões das professoras antes e depois de uma intervenção formativa. Nesse sentido, nesse momento será descrita a intervenção formativa realizada, que possibilitou uma explanação geral e esclarecimento dos conceitos sobre o abuso sexual na primeira infância.

Iniciamos o encontro informando às participantes sobre a didática que seria utilizada, contextualizado ser, aquele momento, um espaço de construção, troca de saberes e possíveis esclarecimentos sobre os conceitos que envolvem o abuso sexual infantil. A partir do que foi percebido nesse encontro, dividimos os processos interventivos considerando os seguintes tópicos:

5.1.1 Percurso histórico da infância

As discussões foram pautadas, a princípio, pela construção histórica do conceito de infância, bem como sobre as diversas violências infantis perpetradas ao longo desse período. Para essas explanações foram utilizados para suporte teórico autores como Rizzini e Pilotti (2011) que discorrem sobre as práticas de exploração do trabalho infantil; DeMause (2002) e Sanderson (2005), apontando sobre as relações conflitantes entre a família, o estado e as crianças; e Àries (1981), que contextualizou a construção social da família e da criança.

Envolvidas nas discussões históricas sobre a infância, algumas participantes começaram a se posicionar sobre o assunto:

Esse contexto histórico é bem atual. Por exemplo, isso é cultural, existem pais, digo porque eu já ouvi pais de meninas de 13 anos, afirmando que a filha é dele e, por isso, deverá ser dele primeiro (PARTICIPANTE 04).

É muito importante a gente conhecer esse contexto histórico, para entender alguns aspectos (PARTICIPANTE 02).

Partindo das reflexões acima, a participante 02 questionou o motivo pelo qual o Estado decidia sobre a vida e a morte das crianças. Nesse sentido, pensamos criticamente sobre a condição da criança em diferentes momentos da história onde a infância, quase sempre negada, esteve à mercê da sociedade que, por vezes, as enxergava como responsabilidade unicamente da família, ou prioritariamente do Estado, ou até mesmo da escola, sem nunca, de forma consensual, atuarem juntos na co-responsabilidade, visando a garantia de direitos. Levando em consideração o

questionamento da participante 02, e subsidiados por Sanderson (2005); Rizzini e Pilotti (2011), entendemos que a decisão entre a vida ou morte dessas crianças pautava-se sobre as ideias de não produtividade, características físicas e/ou patológicas, bem como as condições sociais das famílias.

Nesse mesmo pensamento, as participantes continuam refletindo sobre o contexto histórico e relatam que:

Pois é, eu nunca tinha parado para refletir sobre isso. De que a criança era de responsabilidade do Estado, depois da família, depois da escola, com o ECA, considera-se o Estado, enfim, nunca tinha percebido isso (PARTICIPANTE 02).

É tão interessante essas questões, porque muitas vezes a gente não percebe essas questões, de que a criança passa de mão em mão... É assim, toma, que o problema é teu, resolve, educa (PARTICIPANTE 04).

Nesse processo de reflexão, as participantes iniciaram uma discussão buscando contrapor os momentos históricos e chegaram à conclusão que essa forma de invisibilidade da criança e perpetração das violências permanece presente ainda hoje:

Na verdade era aquela história, os filhos dos pobres e escravos entregavam suas crianças para aprenderem a “serem gente”, exatamente o que acontece na escola hoje. [...] eu já vi muitos pais e mães se referirem às crianças como um estorvo, pega esse c**** que estou indo embora (PARTICIPANTE 04).

Isso! É assim mesmo que acontece (PARTICIPANTE 02).

Existem algumas mães, assim, hoje em dia, devido à mudança de público, a maioria das famílias tem uma casa para morar, um alimento, e tem estado um pouco mais esclarecidas. Mas assim, a quantidade de mães que ainda nos vêm como responsáveis por seus filhos são enormes. Se a gente falta um dia elas questionam o porquê? E dizem: oxe, mas é um direito meu, oxente, porque ela não vai dar aula? Não! É meu direito. Mesmo eu voltar para casa ir descansar ou deitar mas, é meu direito. Só que a percepção de direitos delas não é a de garantir que o filho precisa estar lá para aprender e garantir o seu desenvolvimento, e sim, para que elas se livrem deles. Esse é o direito que elas acham que tem (PARTICIPANTE 04).

O diálogo continua e ainda frisando no processo histórico da infância, violação e garantia de direitos, iniciamos uma reflexão acerca da Lei que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, entendendo ser um grande avanço para as políticas públicas infantis, mas compreendendo que ainda se faz necessário a priorização dessa Lei para que as ações e garantias de direitos aconteçam. Nesse momento as professoras externaram seus posicionamentos acerca do ECA, bem

como os estranhamentos a partir do contanto inicial e posteriormente, o auxílio desta Lei para a atuação profissional delas:

Assim, nós educadores entendemos a importância disso, mas não é bem assim com a sociedade, a gestão política, as grandes empresas. Eles olham na condição que tenha algum retorno para eles. A primeira vez que eu vi o ECA eu disse, eu não acredito, isso é um chicote nas nossas costas. [...] Eu quando vi o ECA fiquei indignada, foi a forma como foi apresentada, foi uma forma de controle dos educadores e dos pais. Ninguém podia mais bater, ninguém podia mais por de castigo. Mas depois eu entendi, que pega-se a ideia e distorce o que é pra fazer. Mas assim, sem ele, a gente estava perdida. Fui obrigada uma vez a discutir com uma colega e um conselheiro tutelar, porque eles vieram dizer a mim que era direito da criança estar na escola, queriam me obrigar a colocar uma criança na creche mesmo sem ter vaga. Aí foi quando eu disse que o direito da criança está em garantir um ensino de qualidade e não colocar a criança em uma sala que comporta 16 e já estava com 20 (PARTICIPANTE 04).

Falando em ECA, eu consegui fazer palestras com essa temática. Eu, uma vez utilizei também o ECA para falar de situações irregulares, e disse, olhe isso está garantido aqui, ou tomamos providências ou eu serei a primeira pessoa a denunciar (PARTICIPANTE 05).

Retratar a história da criança foi imprescindível para nortear toda a discussão acerca da temática do abuso sexual infantil, bem como fazê-las refletir sobre violências, direitos, invisibilidade e negações tão presentes no passado e no presente. Nesse entendimento, um depoimento chamou atenção, pelo contexto crítico e reflexivo com o qual se construiu naquele momento:

Nós focamos tanto naquilo que a criança tem que se tornar que perdemos um pouco dessa possibilidade de trabalhar a infância. Perdemos a infância da criança (PARTICIPANTE 04).

Observando a fala importante da Participante 04, conseguimos entender a relevância que esse momento de discussão permitiu, pois, ao mesmo tempo em que elas se muniam de informações, foi possível refletir também sobre a forma de olhar a criança, entendendo que não devemos manipular as vivências dela. Para Jenks (2002) os teóricos da moral, da sociedade e da política buscam construir percepções particulares em cada momento da história com a finalidade de especular ou governar o futuro dessas crianças, roubando delas a possibilidade de vivenciar essa infância.

Nesse mesmo sentido, para Corsaro (2011), se faz necessário abandonar o olhar adultocêntrico sobre a criança, defendendo que devemos olhar tudo na perspectiva da criança, considerando suas construções e sua forma de reinterpretar aquilo que lhe foi imposto. Nesse contexto, a criança deve ser percebida como uma construção social que varia ao longo do tempo e através das sociedades, ela é

capaz de transformar seu desenvolvimento e sua possibilidade de ser no mundo. A cultura constitui a Infância, a mesma é categoria geracional e através dela é possível explicar a sociedade (JENKS, 2002).

5.1.2 Conceitos, definições e tipos de abuso sexual infantil

Seguindo as discussões teóricas, iniciamos os debates acerca dos conceitos gerais de abuso sexual infantil, as definições e os tipos que representam maior relevância nos casos identificados deste tipo de violência. Nesse contexto, se fez necessário conceituar o abuso sexual infantil. Para isto, utilizamos das proposições de Dalgalarondo (2000) sobre a caracterização da Pedofilia onde o autor define como uma parafilia e que pode envolver contatos físicos ou apenas imaginação.

Baseando-se nesse entendimento surgiu o seguinte questionamento:

Mac se eu não sou pedófila e eu quero abusar sexualmente de uma criança, isso não é doença? Como é que alguém é normal assim? (PARTICIPANTE 02).

Ainda apoiado nas teorias de Dalgalarondo (2000), argumentamos sobre a possibilidade de se caracterizar como parafila ou perversão, mas analisamos criticamente que nem todo agressor estará associado à patologia, muitos exercem a violência por fetiche ou mera satisfação do prazer.

Com o propósito de definir o abuso sexual infantil, consideramos as pesquisas de autores como Watson (1994) e Araújo (2002), quando discorrem sobre qualquer intencionalidade de estimular, instigar e controlar a sexualidade da criança, bem como a manipulação dos genitais, práticas de voyeurismo ou a relação sexual propriamente dita.

Para discussão acerca dos tipos de abuso sexual infantil mais frequentes nos casos identificados, apoiamo-nos nas teorias de Saffioti (1997); Araújo (2002); Pfeiffer, Salvagni (2005) e Brasil (2006); quando discorrem sobre os três principais tipos, identificando-os como: Intrafamiliar quando ocorre entre familiares e pessoas próximas a vítima; o Extrafamiliar que se caracteriza quando não há vínculo entre agressor e vítima e Institucional quando ocorre dentro de abrigos, casas de passagem, entre outros. Mesmo apresentando os três tipos, demos ênfase ao Intrafamiliar que está presente em mais de 80% dos casos identificados pelos autores acima mencionados.

A afirmação de que os maiores índices de abuso sexual infantil estão centrados na família impactou um pouco as participantes, e algumas delas confirmam os dados relatando casos próximos a elas:

Eu conheço um caso em que a menina foi violentada pelo pai, depois pelo irmão, engravidou e depois passou a manter relações sexuais com o filho, ou seja, naturalizou, para ela isso era normal. [...]A pessoa que deveria proteger e cuidar é a que violenta (PARTICIPANTE 04).

Se os maiores índices são familiares, eles pedem ajuda a quem? A escola né? Nossa, como estou conseguindo me enxergar nessa rede agora (PARTICIPANTE 02).

Assim, hoje a escola é vista como um espaço de cuidado, de proteção da criança. Para os educadores é um espaço de cuidado e proteção a creche. E isso é bom (PARTICIPANTE 05).

Ao dialogarmos sobre os conceitos e tipos do abuso sexual infantil, as participantes começam a perceber a importância de se discutir temáticas como a do abuso sexual infantil dentro do espaço escolar:

Trabalhar a sexualidade é algo extremamente difícil na escola (PARTICIPANTE 01).

Oxe, muito, muito difícil, a gente ainda nutre a ideia de que isso é feio, nojento, errado (PARTICIPANTE 02).

Aí Douglas, que coisa importante, a gente precisa falar isso na frente de todos os professores, eles tem uma dificuldade enorme de entenderem a importância dessas questões (PARTICIPANTE 01).

Você falando isso agora, eu me lembrei do momento em que eu trabalhei no ensino fundamental, e eu desenvolvi um projeto desse para falar sobre sexualidade, bem próprio da idade, adolescência e tudo mais. Aí uma das meninas me perguntou: Tia, eu posso passar a limão no meu peito, porque me ensinaram isso para crescer rápido. Até que chegou um dia em que, veio deles mesmo, esse movimento, eles queriam saber como funcionava a camisinha, tentei explicar. Como eram adolescentes do 5 ano, levei a banana para explicar e tudo mais. Aí gente, vocês não tem noção, eu enfrentei a fúria de uma avó da comunidade ao afirmar que eu estava assim, ensinando o errado. A filha da senhora veio falar comigo, dizendo professora, eu entendo perfeitamente a situação, se a gente não falar o correto, teremos implicações lá na frente. E aí quase que esse projeto não saía, não dava certo, porque essa avó estava convicta a me bombardear. De fato é muito difícil discutir esse assunto na escola (PARTICIPANTE 02).

Ainda sobre as limitações e desafios de se discutir sexualidade na escola, a professora relata também, a resistência da sociedade e governantes em lidar de forma natural com a temática em questão:

Essa deputada aí Michele Collins, nos colocou numa situação muito difícil, se não tivéssemos feito assim, muita pressão, o sindicato e tudo mais, ela alegou que nós estávamos ensinando as crianças a se masturbarem só porque discutíamos sexualidade na escola (PARTICIPANTE 04).

Os relatos das professoras, enfatizando muitas vezes, a impossibilidade de trabalharem didaticamente os conceitos da sexualidade humana demonstra a fragilidade da escola, da família e da sociedade, em tornar tabu, uma temática que constitui o indivíduo na sua totalidade. A discussão acima corrobora com as ideias de autores como Oliveira, Roque e Melo (2016), e Figueiró (2014) quando evidenciam a dificuldade e precariedade de se trabalhar temas que envolvam a sexualidade humana no contexto escolar.

5.1.3 Perfil e Características do agressor

Como já identificado, a maioria dos casos de abuso sexual infantil ocorre no ambiente familiar. Desse modo, a discussão acerca do agressor já se inicia desmistificando a ideia de que ele é alguém estranho ou desconhecido da vítima. Pelo contrário, geralmente são pais, mães, padrastos, pessoas que estabelecem relações de confiança para com a criança. Para subsidiar essa explanação, corroboramos com as contribuições de Pfeiffer e Salvagni (2005), ao identificarem que o perpetrador usa de sentimentos afetivos com o intuito de passar a ideia de proteção e cuidado.

Nessa perspectiva, buscamos destacar, ainda, que a ameaça torna-se característica principal entre agressor e vítima, como identifica Furniss (1993) ao relatar sobre a “síndrome do silêncio” que se baseia na culpabilização da criança pelo ato de violência, coerção e incredulidade da fala infantil, caso possa revelar. Para o autor, a criança teme por ela, pela família e pelo próprio perpetrador, justamente pelo grau de parentesco e proximidade.

Ao discutirmos sobre esses aspectos, surgiram questionamentos e afirmações que dialogam sobre a possibilidade de reconhecer que o abuso sexual é uma violência de gênero:

É impressão minha ou a violência contra meninos é mais velada do que a das meninas? (PARTICIPANTE 04).

Pois é, eu conheço um caso em que o menino foi abusado e o pai não queria que ninguém soubesse, justamente para não pensarem que o filho era gay (PARTICIPANTE 01).

Para intensificar essa discussão, refletimos sobre a condição de gênero identificando que o abuso sexual infantil ocorre independente do gênero. No entanto, o gênero feminino é apontado com maior incidência, talvez pela difícil identificação

no gênero masculino, considerando o tabu da homossexualidade. Corroborando com a narrativa da Participante 04, Araújo (2002) identifica ser de fato uma violência de gênero, considerando ser a mulher o maior alvo desses tipos de violência.

5.1.4 Identificação da violência e Sistema de Garantia de Direitos

Continuando as discussões acerca da temática, identificamos características e comportamentos que as crianças podem demonstrar em casos de abuso sexual. Apoiados nas características apresentadas por Brasil (2006); Furniss (1993); Sanderson (2005) discorremos sobre medo, desconfiança, Transtorno de Estresse Pós-Traumático – TEPT, manchas de sangue, entre outros aspectos importantes.

Sob essa ótica, ressaltamos a contribuição da escola ao identificar implicações dessa ordem na criança, tanto para atuar no acolhimento e prevenção, como para realizar os devidos encaminhamentos. Nesse contexto, debatemos sobre o Sistema de Garantia de Direitos e a Rede Sociassistencial, com o intuito de esclarecer os fluxos de atendimento e possíveis encaminhamentos para resolução desses conflitos.

Também foi pontuado sobre o sigilo após a identificação dos casos pelo professor ou escola, mas as participantes narraram a dificuldade da manutenção desse sigilo no espaço escolar, bem como o difícil acesso à rede de proteção:

É muito difícil manter o sigilo de situações assim, dentro da escola (PARTICIPANTE 04).

Pois é, muitos dos funcionários moram na comunidade e essas informações acabam vazando (PARTICIPANTE 02).

Para se manter no sigilo é importante a garantia de uma rede que funcione e eu acho que na nossa condição de Recife, a gente fala de conselho tutelar e realmente a gente está desacreditando (PARTICIPANTE 04).

Mas esse povo não está trabalhando não viu, o conselheiro me mandou ir sozinha para a DPCA. [...] A gente tem sido muito mal orientada. Muito mal orientada. Pois dizem, se você não denunciar será responsabilizada. Eu fiz e paguei um preço muito alto (PARTICIPANTE 02).

Todas as vezes que tinham situações como a identificação de abuso sexual na comunidade, a gente só pôde contar com um conselheiro tutelar, que infelizmente na última eleição não conseguiu entrar (PARTICIPANTE 04).

Não, eu acredito que isso depende muito da RPA, tiveram situações na época e eu tive um apoio muito bom, eles foram na escola, fizeram palestras, conversa (PARTICIPANTE 05).

É verdade, a RPA 3 é muito atuante (PARTICIPANTE 04).

Observando os relatos acima, é possível perceber que as participantes encontram-se insatisfeitas com os encaminhamentos por elas realizados aos órgãos de proteção como o Conselho Tutelar. Esses depoimentos tornam-se relevantes para que possamos compreender as fragilidades que o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes tem enfrentado, principalmente pelo contexto social e político do país. Mesmo considerando essas peculiaridades, é notória a importante contribuição dos profissionais que atuam nos serviços de proteção e prevenção. Vale salientar que a rede funciona de forma intersetorial e, desse modo, o bom funcionamento dela depende da integralidade desses órgãos, como ressaltou Oliveira (2012) ao discorrer sobre a composição desta, destacando as instituições e dispositivos que atuam diretamente na perspectiva de resolução desses casos.

Para concluirmos a intervenção formativa, utilizamos o vídeo “O segredo de Nara” disponível na plataforma digital Youtube e que narra a história de uma menina que sofria violência sexual. Na animação, identifica-se a escola como um agente de identificação e a descoberta acontecem a partir da percepção da professora, que estabelece com a criança uma relação de confiança e a acolhe e consegue realizar os devidos encaminhamentos. Por se tratar de um vídeo reflexivo, as professoras se sentiram muito emocionadas, algumas não conseguiram falar, e, apenas uma, afirmou:

Agora eu entendo bem o nosso papel, agora entendo bem o nosso lugar na prevenção (PARTICIPANTE 02).

A fala da Participante 02 demonstra a importância e necessidade do desenvolvimento de formações continuadas que possibilitem entendimento, esclarecimento de ideias e conceitos, bem como contribuir para uma atuação dinâmica capaz de produzir momentos de diálogos, oficinas e vivências que discorram sobre prevenção, direitos e proteção junto às crianças na primeira infância. Possibilitar que a criança reflita sobre os processos de autoproteção requer do professor um manejo para lidar com temáticas mais complexas e delicadas como a violência sexual. Por esse motivo, autores como Lírio (2013); Piva (2011); Libório e Francisco (2012) enfatizam a necessidade de investimento em formações continuadas que objetivem dar suporte necessário para que gestores e professores possam introduzir tal temática no cotidiano escolar.

Considerando tudo o que foi exposto até o momento, seguiremos para a segunda parte deste capítulo onde discutiremos as narrativas das participantes a partir de categorias de análise.

5.2 PERCEPÇÃO E ATITUDES DAS PROFESSORAS SOBRE ABUSOSEXUAL INFANTIL: PRÉ E PÓS-INTERVENÇÃO FORMATIVA

Como mencionamos anteriormente, nesta seção abordamos os resultados da pesquisa considerando seis categorias de análise primeira delas foi definida partindo dos relatos iniciais no primeiro grupo focal. As participantes trouxeram histórias pessoais e profissionais importantes que motivaram uma análise mais ampla e aprofundada. Vale ressaltar que esse momento específico se deu unicamente no grupo focal 01, não existindo, portanto material pré e pós-intervenção para essa categoria.

As cinco demais categorias de análise foram estruturadas, de forma posterior, entendendo a importância de considerar os cinco eixos temáticos utilizados para fomentar as discussões dos grupos focais I e III, que foram: Conceito de abuso sexual infantil; As implicações ou sintomas do abuso sexual infantil; O papel da escola na prevenção ao abuso sexual infantil; Formação continuada sobre a temática do abuso sexual infantil; Composição da rede de proteção às crianças vítimas de tal violência.

A escolha por essas categorias atreladas aos eixos temáticos se deu, justamente, para observarmos se houve mudança no entendimento, discurso ou intenção de atitudes das participantes observando suas narrativas antes e depois da intervenção formativa. O quadro que segue ilustra como se configuraram as categorias e esse momento da análise.

Quadro 1: Categorias de análise desenvolvidas na pesquisa

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
EU pessoal x EU Profissional	<i>Satisfação/Insatisfação; Violência; Desafios</i>
Abuso Sexual Infantil	<i>Toques; Manipulação; Masturbação; Violação do Corpo; Violação de Direitos</i>
Implicações do abuso sexual na	<i>Agressividade; Isolamento; Transtornos; Reprodução de Práticas Sexuais; Mudança de</i>

criança	<i>Comportamento</i>
Escola e Prevenção	<i>Proteção; Acolhimento; Formação; Desamparo</i>
Formação Continuada	<i>Negação; Resistência; Apoio Profissional</i>
Rede de Prevenção e Proteção de Crianças e Adolescentes	<i>Conselho Tutelar; Escola; CRAS; Disque 100; Ministério Público; Família</i>

Autor: Autoria própria

Nesse contexto, compreendendo a estrutura das categorias acima mencionadas, discutiremos em seguida, o que foi possível observar na narrativa e percepção das professoras acerca da temática abordada:

5.2.1 *Eu Pessoal x Eu profissional*

Inicialmente, esse não se constituía como eixo de análise da presente pesquisa uma vez que seriam considerados apenas os dados presentes no momento posterior à intervenção formativa. No entanto, considerando a riqueza do conteúdo que foi trabalhado ainda no momento da apresentação das participantes, decidimos incluí-la também como categoria de análise. Esse primeiro momento foi marcado por socialização, desabafo e emoção.

O contato inicial foi pautado pela provocativa de uma apresentação pessoal mais dinâmica. O facilitador entregou um espelho pequeno para que pudessem falar de si, ao mesmo tempo em que se olhavam. Nesse momento, as professoras falaram sobre suas famílias, filhos, idades, bem como sobre suas experiências profissionais, do amor e dedicação pela profissão, como também os desafios que constantemente enfrentam como podemos observar a seguir:

Sou uma pessoa que não se cansa de estudar e aprender [...]. E assim, assim..., me reconheço como uma excelente amiga, uma pessoa que ama a verdade e se identifica de fato com o que é sincero. Então assim, amo a família que eu escolhi estar e sou muito grata a Deus e ávida por tudo que tenho hoje (PARTICIPANTE 01).

Nesse contexto de apresentação pessoal e profissional, as participantes discutiram ainda sobre a ânsia e importância de estar participando dessas discussões acerca do abuso sexual na primeira infância, enfatizando o desejo em compor a pesquisa, ao mesmo tempo em que vislumbram uma melhor atuação nas suas práticas e atitudes pedagógicas, como ilustram os trechos abaixo:

Bem eu nem sei o que vou falar, É..., eu sou K..., Te acho muito doida (se referindo à imagem refletida no espelho), Não entendo você, mas sei o que

você quer. Estou muito feliz em estar aqui nesse grupo porque é isso que eu quero. Feliz nas escolhas que fiz, na vida pessoal e profissional. Feliz pelos livramentos que tive, pelas escolhas erradas..., e Deus tem pegado na minha mão. Estou aqui nesse mundo pra..., não quero só passar, quero ajudar, quero fazer a diferença. Quero influenciar na vida de alguém e acho que como professora a gente consegue, a gente entende que podemos influenciar positivamente na vida dos alunos e é isso (PARTICIPANTE 02).

Eu gosto do que eu vejo, eu gosto do que eu construí até agora, de onde eu cheguei né? Eu sou filha de mendigo de rua porque meu pai fugiu de casa muito cedo, e foi menino de rua. E ele sempre dizia que era para a gente ser alguma coisa na vida e, o caminho era a educação [...].

Eu queria cursar medicina para poder ajudar a minha mãe, mas não passei, aí no outro ano não queria mais estudar, aí meu marido me inscreveu em pedagogia e história, aí passei logo em pedagogia, gostaria de ter cursado história, uma das minhas paixões, mas me encontrei na pedagogia, e ela me realiza, sabe? Amo o que faço, amo o que faço há 35 anos, já estou aposentada pelo Estado. Embora eu seja a mais velha do grupo, mas eu ainda tenho gás para continuar, às vezes eu me pergunto, como é que eu estou há 35 anos e ainda tenho gás, eu não consigo entender, porque eu me envolvo tanto, me preocupo tanto, mas eu amo o que faço (PARTICIPANTE 03).

Eu vou dizer o que, depois disso tudo? (Risos) Eu sou S., brinco às vezes com o pessoal dizendo que tenho dupla personalidade. É..., porque de um lado eu tenho uma pessoa que ama demais a educação e não se imagina fazendo outra coisa, tanto é que estou prestes a me aposentar, mas entrei no curso de Psicopedagogia e estou terminando a minha Pós, porque é uma coisa que me encanta a educação especial, sou disléxica, descobri exatamente trabalhando com crianças. Eu nunca aceitei ser taxada de burra e sempre me superei em todas as minhas dificuldades e busco compreender as dificuldades dos alunos.

[...] Tem horas que digo assim, vou pular fora do barco senão eu endoido. Mas assim, eu acredito na educação, no que eu faço e no que me trouxe até aqui (PARTICIPANTE 04).

A partir do discurso voltado para o reconhecimento de si, a Participante 04 se envolveu em grande emoção ao verbalizar as fragilidades e incapacidades observadas na estrutura de educação, no sentido de lidar com situações de negligência, violências contra as crianças, bem como a falta de valorização profissional. Isso é expresso de forma muito clara e forte no relato que a mesma traz:

[...] são 25 anos de educação infantil, 16 anos na prefeitura. Todos os dias eu me apaixono pelo que tenho para fazer, quando vejo que tenho que ir para a Creche, e assim, ao mesmo tempo em que eu me apaixono eu me revolto, porque existe recentemente a negação da nossa história, de não reconhecimento, né... de muita gente chegar e dizer assim, poxa, não é para fazer mais nada, é pra fazer de contas que trabalha, eu não sei fazer isso, comigo isso não rola de jeito nenhum. Ou eu faço muito bem feito, ou não faço. Então assim, o meu foco todo dia é..., nunca pensei em ser melhor do que ninguém, mas se eu fui boa ontem, que eu possa ser melhor hoje. Não me cobro mais como me cobrava antes, e por conta disso eu cheguei aos 85 quilos, só de estresse na gestão de uma escola. Graças a

essa gestão eu fiquei diabética, porque eu me cobro sempre por isso, eu quero fazer sempre da melhor maneira. E o motivo de estar aqui é porque eu acredito na educação e quem está aqui sabe o quanto a gente precisa disso. Porque é muito difícil você chegar em um determinado dia na Creche e perceber que tem uma criança de 03 anos de idade em que apagaram o cigarro no bumbum dela. E você vai conversar e não poder fazer nada, e se você mexer muito, você morre. É essa sensação de incapacidade e de invalidez que me deixa desesperada. E é por isso que eu estou aqui.

Corroborando com o relato acima, Piva *et al* (2013) ressalta a atuação de professores como agentes de prevenção, identificação e possível proteção de violência contra crianças e adolescentes. No entanto, percebeu que o número reduzido de denúncias e encaminhamentos para os órgãos competentes, se dá, nesse contexto escolar, pelo falta de informações por parte dos professores que fortaleçam suas atitudes e ampliem seus conhecimentos. Obviamente, trata-se de uma questão complexa, que envolve também outros elementos como o próprio receio da comunidade escolar de sofrer retaliações ou mesmo não saber como abordar a questão e a quem recorrer.

Partindo das discussões acerca das limitações e dificuldades percebidas na atuação do professor e identificadas na fala da participante 04 o facilitador questionou se as professoras, em seu percurso profissional, já haviam se deparado com processos de identificação de casos de abuso sexual na primeira infância. Esse questionamento oportunizou relatos de situações ocorridas no âmbito escolar, bem como a revelação de contextos de violência vivenciados por elas mesmas. Nesse sentido, abordaremos as questões de identificação e violências no tópico que se apresenta a seguir.

5.2.2 Narrativas pessoais e profissionais sobre violências sexuais na primeira infância

Considerando as narrativas iniciais sobre apresentação pessoal e profissional, pautamos a discussão acerca do abuso sexual na primeira infância e se, no contexto profissional, as professoras se depararam em algum momento com identificação ou possíveis suspeitas deste tipo de violência no âmbito escolar.

Nesse sentido, a Participante 02, de imediato, solicitou a fala questionando se existia alguma ordem para discorrer sobre os fatos. Ao informarmos que a discussão se pautava livremente, a mesma iniciou relatos de suas experiências recentes e

ênfatizou o sofrimento por ela sofrido, devido aos encaminhamentos que foram realizados, como destacaremos abaixo:

Há dois meses atrás minha vida mudou por causa disso, uma menina que é da Creche, de três anos, ela contou que estava sendo abusada, ela é bem serelepe, muito espertinha e na hora do banho, na hora que a ADI (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) foi dar banho nela, na hora em que foi passar a mão, o sabonete, eu não lembro, na vagina dela, ela disse: “não tia...” fez o movimento de não deixar, ela olhou estranhou e perguntou: “o que foi L., é xixi? Você quer fazer xixi?”. Aí ela disse: “não..., é assim ó..., que a namorada de mamãe coloca o dedo”.

A partir da revelação feita pela criança, a Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI buscou ajuda junto à coordenação pedagógica da creche e pediu para que ouvissem a queixa da criança, assim como continua relatando a Participante 02:

Aí a ADI quando ouviu se assustou, enrolou a menina na toalha e levou a menina imediatamente para a minha sala, eu estava sozinha na hora, e disse: “mas mulher, pelo amor de Deus, escuta isso aqui”, aí eu tranquei a porta né, e a menina disse... Porque a gente sabe que criança fantasia, que criança confunde, mas ela não conta a história de uma outra maneira não, é sempre do mesmo jeitinho. Aí assim, na hora que eu agachei e comecei falar com ela..., fiquei assim, sem reação. Aí eu saí da sala, fui pensar, fui orar e fiquei sem saber o que fazer, porque faltavam 15 minutos para que eu entregasse essa menina nos braços dessa mulher de novo, né?

Considerando o caso exposto, a mesma participante afirma ter ficado sem reação e relatou que não sabia como proceder. Desse modo, a fala da Participante 02 corrobora com as pesquisas de Lopes e Toman (2008), quando ênfatizam que é na escola que o segredo passa a ser revelado. Porém, identificam que a maioria dos profissionais que a compõe não sabem como agir ou o que fazer ao identificarem esse tipo de violência; tampouco, utilizam didaticamente instrumentos que possibilitem à criança o entendimento do que venha a ser o abuso sexual infantil. Mesmo sem saber os procedimentos corretos, a Participante 02 buscou soluções entrando em contato com o Conselho Tutelar para receber orientação sobre o caso, a mesma destaca o contato da seguinte forma:

Aí, enfim, fui e liguei para o conselho tutelar, para que eles pudessem me orientar e eles me orientaram de forma errada: “pegue a menina, não entregue mais a família”, ou seja, nesse momento, se eu entregasse, poderia responder por alguma coisa... “e leve agora para a DPCA”, ou seja, eu não sei se ela deveria ir comigo, mas eu não pensei no momento, eu só pensava no tempo que eu tinha para tirar a menina de lá né. E aí, a ADI e eu... agente seguiu para a DPCA, chegando lá você já deve saber como é a rotina... A família quando chegou na Creche, a menina não estava, eu sem poder dizer nada a ninguém, só dizia assim, olhe, se chegar alguma família e se alterar aqui, ligue para o meu celular imediatamente, deixei o recado com o estagiário. E eu perguntava ao policial, se eles chegarem lá o que eu faço? Ele respondia: “mande vir para cá”. Chegando lá foi aquela coisa toda né, a mãe defendendo a companheira dizendo que era mentira e fazendo

ameaças, isso foi numa quarta, e assim, 11 horas da noite a gente estava saindo do IML, na quinta eu ainda fui trabalhar, chocada mais fui, na sexta, a prefeitura me afastou.

Considerando a fala da Participante 02, é possível observar a dificuldade de entendimento da própria rede de proteção da criança e do adolescente no que concerne aos fluxos de atendimento e encaminhamentos, nos fazendo refletir sobre a necessidade também de formações que alcancem todos os atores envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos. Identificamos, ainda, os motivos que impedem muitas vezes a denúncia dos casos por parte dos professores corroborada pelas discussões trazidas por Libório e Francisco (2012), ao afirmarem que a maioria dos professores não denuncia ou busca ajudar por receio ou medo de ter que responder juridicamente por essas questões. Eles acabam temendo pelas represálias, perseguições por parte dos familiares acusados, pela exposição da sua imagem ou pela própria hierarquia dentro da escola e, muitas vezes, o encaminhamento não se dá com eficácia.

Ainda nesse contexto, a Participante 02 discorreu sobre a tristeza de ter sido afastada e transferida para outra unidade de educação infantil, deixando-a desmotivada e desacreditada na possibilidade de resolução do caso em questão. Ela verbalizou o sentimento de frustração, o qual destacaremos abaixo:

Lá eu tinha meu trabalho assim, como um ministério né, eu quero fazer diferença na vida de alguém. E quando eu recebi aquela ligação..., assim, dizendo, não era nem para você está aí, saía daí, meu chão abriu. Não queriam deixar nem eu voltar para pegar as minhas coisas, para você ter uma idéia. Embora eu não esteja com sentindo de raiva, assim... no momento eu senti muita, mas no fim da noite aquilo já estava mais compreendido por mim, e no outro dia eu iria voltar para trabalhar, mas, assim, eu me senti violentada porque foi desumano. Tudo que eu comecei ali, tudo que eu desenvolvi ali, todo o meu trabalho, tudo caminhando com as crianças, né...me tiraram. E o pior são os colegas, quando dizem assim, burra, doida, tu vai se expor dessa maneira?

Diante do que foi exposto, a participante 01, afirmou nunca ter vivenciado situações que levassem à identificação do abuso sexual infantil na escola. No entanto, enfatizou sobre a importância desse momento, considerando a grande contribuição para sua atuação futura, como cita a seguir:

No meu caso, eu nunca passei por esses momentos não .Mas o fato de estarmos aqui, se preparar, é justamente para identificar, saber quando necessário. Mas assim, eu tenho uma coisa, tenho uma sensibilidade que eu consigo ver uma coisa onde ninguém vê, sabe? Então assim, nunca passei, mas eu sei que isso pode se apresentar, e eu preciso saber como fazer. Eu vou saber ver antes da história.

Dando seguimento a essa discussão, a Participante 03, declarou também já ter vivido situações em que suspeitou de casos de violência sexual na primeira infância dentro do ambiente escolar, possivelmente perpetrada por um funcionário, a mesma continua narrando da seguinte forma:

Comigo foi assim, na primeira leva dos ADIs, há 12 anos atrás, eu recebi na creche um homem, e eu percebia muito os gestos, um toque diferente nas crianças e, assim, eu não gostava, a forma como ele colocava esses meninos no colo, dizia a direção mas ninguém dava ouvidos a mim, de jeito nenhum. Um belo dia chego na creche, a gente não tinha essa loucura ainda de celular né, as notícias só chegavam depois, aí quando eu cheguei para trabalhar no outro dia, estava lá, o povo na creche dizendo, dona G., bem que a senhora dizia. A notícia foi que, na minha creche, o banheiro era dentro da sala, pegaram ele se masturbando dentro do banheiro da sala e, a gente não sabe se ele conseguiu fazer alguma coisa com essas crianças, tomara que tenha sido a primeira vez, e assim, foi pego. E foi quando eu disse a todos: “Eu dizia que tomassem cuidado, mas ninguém ouvia”. Assim, no outro dia ele já não foi mais para a unidade e foi responder inquérito. Pois tem que provar no inquérito que teve todo esse cunho. Hoje eu não sei gente, o fim, hoje eu não sei.

A partir dessa fala, a Participante 03, decidiu revelar sobre sua experiência pessoal, afirmando ter sofrido violência sexual na infância:

E gente, eu acho que esse meu olhar vem de uma experiência má, eu sou vítima de violência sexual, né, por isso que eu sei... [...].

[...] no meu caso nunca se concretizou o caso, mas eu tive muitos toques, muitas tentativas, não só com uma pessoa, mas com várias pessoas da família mesmo, um marido da minha tia. E aí eu fiquei sensível, no meu caso, a sensibilidade vem da minha experiência, então, o toque pra mim, olhe, eu já... É por isso que eu não gosto tanto do toque, eu acho que é a minha autodefesa. Eu tinha que me defender de alguma forma. Falar naquela época, nem com o professor. Porque os meus professores daquela época não tinham o perfil do que os de hoje tem, que são mais próximos, mais companheiros. Professor era o professor, sou da época de professor de paletó.

Ao revelar as tentativas de abuso sexual sofridas, a Participante 03 pontuou que nunca conseguiu contar a ninguém sobre o ocorrido e também apresentou características de desconfiança, isolamento e fobias, ou seja, implicações que podem ser desencadeadas na pessoa vítima de violência sexual. Essas mesmas características são destacadas por Pfeiffer e Salvagni (2005) e Brasil (2006), ao discorrerem sobre os sinais e sintomas observados nas vítimas desse tipo de violência; bem como os impactos afetivos, cognitivos e psicológicos comumente presentes, como destacou a Participante 03:

E com essas vivências eu passei a me tornar super desconfiada, eu para estar nessa sala hoje com a porta fechada é um desafio para mim, intimidade pra mim, nem com todo mundo. Mas isso é minha história, graças a Deus, eu consegui não passar isso para os meus filhos, eles só não entendem a minha necessidade de ter a porta aberta. Eu preciso contar

para eles, mas eu ainda não consegui, pois tenho medo de interferir os laços deles com os parentes muito próximos. Meu filho está casando em novembro e eu queria contar antes dele sair de casa. Estou me trabalhando para fazer isso, antes que ele saía. Então assim, me desculpem se eu sou muito tensa, eu só falei porque é pertinente para o momento e esse espaço me trouxe confiança.

Movida pela temática, a Participante 04 também decidiu revelar a situação de violência sexual sofrida, a mesma também informou nunca ter chegado ao ato. Mesmo não existindo a penetração propriamente dita, autores como Brasil (2006), enfatizam que o abuso sexual pode ser caracterizado de diferentes formas e podem ocorrer desde as carícias, práticas de voyeurismo e exibicionismo até a realização do ato sexual.

Assim como minha amiga... Eu fiquei feliz de certa forma..., Eu não consigo deixar de falar nessa história, pois toda vez que eu falo eu tento entender o que aconteceu. Na verdade não chegou à consumação do fato, mas, isso me fez sofrer por muito tempo, porque até hoje eu não consigo aceitar meu pai [...] Pausa e choro intenso [...] (PARTICIPANTE 04);

Pois é, quando eu vim entender, saber que fui abusada, não faz muito tempo não viu gente, foi há pouco tempo (PARTICIPANTE 03);

Mas eu não percebi na época não, assim, eu cresci, na minha adolescência, e assim, esses abusos, hoje eu sei que... conversando com uma professora, psicóloga da Federal, e foi muito engraçado. Porque é importante a gente saber, porque nossa mente recalca muita coisa, e na minha adolescência eu não percebia aquilo como abuso. Era o seguinte, meu pai ele dormia muito tarde, ele passava a madrugada assistindo, não bebia e nem fumava, e eu fazia xixi na roupa até os 12 anos, e eu não conseguia entender porque e minha mãe assim, sempre foi uma pessoa muito submissa. Aí ele dizia: "Não, deixe, se ela fizer xixi na cama eu troco a roupa dela, eu limpo ela [...]" (PARTICIPANTE 04);

E assim, a relação com o meu pai era a pior possível. Sempre fomos bem tratados, nunca faltou nada para a gente, eu só sabia que alguma coisa me incomodava nele. Durante a minha adolescência inteira, eu lutava com a minha mãe para que ela separasse dele. Eu deixava de ir para a escola para ir atrás do meu pai, tentando achar um motivo para separar da minha mãe, e não conseguia me lembrar. [...] Após a regressão foi que eu percebi que ao trocar minhas roupas ele tocava minha vagina, meu seios, meu corpo de forma sexual, e isso aconteceu até os 10 anos, depois de 10 anos eu não permitia mais que isso acontecesse, ficava com medo de fazer xixi para não precisar ser trocada. Era muito complicado para mim, eu segurava tanto que não conseguia dormir e aí quando cochilava acabava fazendo xixi. Nunca tive coragem de dizer, não tenho coragem até hoje. Eu não consigo, ele é muito machista. A relação dele com a minha mãe é assim... Então, minha mãe sempre foi muito submissa a ele, e hoje em dia minha mãe é muito depressiva, tem Síndrome do Pânico. Hoje, a relação com meu pai é oi, benção, e ele não me toca, Deus me livre, eu não consigo nem pensar em ele me tocando. Então assim, abuso sexual pra mim vai além do ato sexual. Só de falar no assunto eu fico com ódio, sinto vontade de voltar lá. Toda vez eu peço, senhor tira isso de mim, porque ele é meu pai, mas assim, dizer que sinto amor, aí já é difícil (PARTICIPANTE 04).

Observando as narrativas das Participantes 03 e 04, é possível perceber que ambas relatam o tipo de abuso intrafamiliar. Esse fator corrobora com as pesquisas de Saffiotte (1997) e Azambuja (2004) ao identificarem o tipo de abuso sexual de ordem intrafamiliar, ou seja, perpetrado por pais, padrastos, avós e pessoas próximas da criança. Essas autoras apontam que cerca de 80% desse tipo de violência está concentrada no convívio familiar dessa criança.

Considerando a importância e a riqueza dos dados por elas apresentados, nesse momento inicial, o facilitador discorreu sobre a importância de se discutir o abuso sexual na primeira infância, bem como agradeceu pelas falas, desabafos e desprendimento das participantes, ao confiarem suas histórias ao grupo.

5.2.3 Conceituando abuso sexual infantil: pré e pós – intervenção formativa

Tomando como base os cinco eixos norteadores para a discussão da temática do abuso sexual na primeira infância e que foram elaborados para a estrutura dos grupos focais, abordaremos, a seguir, cada um dos eixos concebidos como categorias de análise. Vale destacar que as análises realizadas a seguir objetivam contrapor os dois momentos específicos, grupos 01 e 03, com a finalidade de investigar possíveis mudanças na compreensão das participantes no que se refere aos conceitos abordados após o momento de intervenção formativa, que ocorreu no grupo 02.

5.2.3.1 Conceituando o abuso sexual infantil

No intuito de compreender o entendimento das professoras sobre o tema do abuso sexual infantil, especificamente na atuação junto à primeira infância, damos início à discussão dos eixos questionando sobre “O que é abuso sexual infantil?” É possível perceber que as participantes se posicionam no primeiro grupo focal de forma simples e contida, e uma buscava completar a outra, como podemos observar:

As carícias, os toques, se pegar com outra intenção, colocar a boca onde não deve, não é só a penetração (PARTICIPANTE 02).

Uma masturbação que seja feita na frente da criança, o vídeo pornô que você coloca para a criança ver, ficar nu na frente (PARTICIPANTE 04).

Acho que todo toque que foge do padrão (PARTICIPANTE 03).

Não só toque... Toda ação que saía do padrão... Já foi dito pra mim uma vez, que a criança quando vivencia isso passa a entender como normal e comum à violência. Gera conflito emocional e impacta no desenvolvimento natural da criança. Dificuldade na aprendizagem (PARTICIPANTE 02).

Nessa mesma linha de raciocínio, ao serem questionadas novamente sobre o conceito de abuso sexual infantil, dessa vez no grupo focal III, as participantes responderam de forma imediata e aparentemente trouxeram um discurso de forma mais segura:

Eu acho que seria a invasão da intimidade, a violação física e emocional (PARTICIPANTE 01).

Todo e qualquer ato de violência verbal (PARTICIPANTE 03).

A violação do corpo, dos sentimentos. A violação do corpo é uma agressão mesmo, às vezes o ato nem é consumado, mas é uma agressão... Essa violência está velada no machismo, se naturalizou. (PARTICIPANTE 04).

Até a intenção de praticar o ato se configura em violência sexual (PARTICIPANTE 02).

Acho que isso diz tudo, a violação do corpo, a privação do direito de ser criança. Eu fiquei tão chocada com tudo que a gente viu semana passada, é muito chocante. Se todo mundo pudesse ter essas informações aqui, mudaria tanta coisa, mas chega tudo muito deturpado, pela mídia, por exemplo (PARTICIPANTE 03).

Observando o discurso das participantes sobre a temática abordada no grupo focal I, é possível identificar que a maioria delas discorreu partindo de um pressuposto voltado ao senso comum. Observamos ainda que também ocorreram algumas confusões ao caracterizarem o abuso sexual infantil. A participante 02, por exemplo, apresenta conceitos da violência inicialmente, mas na mesma construção de pensamento, identificou sinais e sintomas, impactos no desenvolvimento da criança, bem como nos processos de aprendizagem.

Em contrapartida, tanto no grupo I quanto no grupo III as participantes se aproximaram de algumas conceituações científicas quando se posicionam sobre os toques, a exposição de crianças às práticas de Voyeurismo, e sobre a naturalização da violência por parte da vítima, considerando que a perpetração ocorre na maioria das vezes, por pessoas em que a criança confia. Essas afirmações são apoiadas por autores como Pfeiffer e Salvagni (2005); Brasil (2006); Araújo (2002) quando afirmam ser uma violência que deixa grandes marcas físicas, psíquicas e sociais. Desse modo, enfatizam que o abuso sexual infantil inclui carícias, manipulações dos genitais e ânus, práticas sexuais com penetração, podendo utilizar-se de força física ou não.

Considerando os relatos dos grupos focais I e III, identificamos que o conceito de abuso sexual infantil é de conhecimento, mesmo que sucintamente, das participantes. Em ambos os momentos, foram externadas características que de fato compõem o conceito real desse tipo de violência contra crianças. Nessa perspectiva, consideramos de suma importância, para continuidade do processo de intervenção formativa, o entendimento prévio das discussões pautadas acerca desse conceito inicial.

5.2.3.2 Implicações e sintomas ocasionados pelo abuso sexual infantil

Dando continuidade ao debate proposto, questionamos as participantes sobre “quais os possíveis sintomas e implicações que o abuso sexual infantil pode causar na criança?” No momento do grupo focal I, as professoras fizeram silêncio por um instante e discorreram de forma acanhada sobre a provocativa realizada:

Eu acho que tem sintomas físicos e emocionais (PARTICIPANTE 02).

Eu acho que vem a timidez, eu acho que vem a questão da agressividade, você fica meio isolada (PARTICIPANTE 03).

Eu acho que pode desenvolver transtornos ou distúrbios (PARTICIPANTE 01).

Eu acho, uma opinião minha, que a vítima nunca será um abusador, por que no meu caso eu desenvolvi uma “superproteção” para com os meus filhos, a minha filha então, o cuidado passou a ser dobrado (PARTICIPANTE 03).

Refletindo sobre a percepção das participantes nesse segundo eixo problematizador, constatamos que os posicionamentos se deram de forma muito geral e ampla, sem muito detalhamento. Elas não se sentiram seguras para categorizar os possíveis sintomas ou implicações causados pela violência sexual na criança. Algumas das professoras nem chegaram a se posicionar. Isso reflete muito na atuação delas, bem como dificulta o reconhecimento dessa violência no comportamento infantil, acarretando o não procedimento da denúncia, ou encaminhamentos para o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente.

No momento posterior, ao serem questionadas novamente sobre as implicações do abuso sexual infantil, as professoras discorreram de forma objetiva, porém com bastante segurança e precisão sobre os possíveis sintomas e alterações de comportamento observáveis na criança vítima de violência sexual:

Silêncio, mudança de comportamento, sexualidade aflorada (PARTICIPANTE 03).

Repulsa ao toque, reprodução de práticas sexuais (PARTICIPANTE 02).

Agressividade, desmaios, insônia, xixi com sangue (PARTICIPANTE 04).

Ansiedade, isolamento (PARTICIPANTE 01).

Medo exagerado (PARTICIPANTE 05).

Considerando os relatos presentes nos dois momentos especificamente, é possível observar que após o processo da intervenção formativa ocorrida no grupo focal II, as participantes apresentaram um discurso mais coeso e que demonstrou o entendimento acerca das implicações desse tipo de violência, bem como os sinais e sintomas que podem estar relacionados em casos dessa natureza, como o isolamento, agressividade e medo. Estes e outros aspectos são identificados por autores como Brasil (2006), que destaca as principais mudanças na criança, tais como: dificuldades de caminhar, roupas com manchas de sangue, mudanças de humor, medo, comportamentos agressivos, demonstração de conhecimentos de práticas sexuais. Amazarray e Koller (1998) também destacam sinais físicos como marcas, escoriações e comprometimentos na vagina e ânus.

A partir das discussões acerca das implicações, seguimos as análises, agora refletindo sobre o lugar da escola na prevenção ao abuso sexual de crianças.

5.2.3.3 O Papel da escola na prevenção

Ao discutirmos sobre o conceito de abuso sexual infantil e os sinais e sintomas que a criança pode apresentar, seguimos questionando as professoras se elas acreditavam ser “papel da escola a prevenção no que concerne a temas como o abuso sexual infantil”. No grupo focal I, elas construíram suas narrativas e divergiram entre si sobre alguns aspectos e pensamentos:

Sim. A escola é o segundo grupo social da criança, então ela tem que abraçar essa causa, porque muitas vezes, ela tem a informação mais rápido que a família. A escola está sendo a primeira que recebe a informação (PARTICIPANTE 03).

Mas nesse caso, a escola seria o primeiro a atuar na prevenção não? Porque a família nunca acha que pode acontecer (PARTICIPANTE 02).

Eu não acho, porque eu sou totalmente ligada nisso em relação aos meus filhos (PARTICIPANTE 03).

Mas isso é porque você foi vítima, quem nunca foi vítima não sabe, ou não percebe isso. Outra coisa, a escola precisa estar preparada para receber essas demandas. É necessário formação, mas a maioria dos nossos ADI's não possuem formação em pedagogia (PARTICIPANTE 04).

Eu acho que a Escola não é mais o segundo grupo social da criança e sim, o primeiro (PARTICIPANTE 02).

A Escola Forma sujeitos. É um espaço de cuidado (PARTICIPANTE 01).

Acho que é o principal instrumento de prevenção e proteção...; e de denúncia também, pois quem mais denuncia somos nós (PARTICIPANTE 04).

No momento do grupo III, as participantes reconhecem a importância de fazer parte da rede de prevenção, proteção e enfrentamento porém, compreendem as dificuldades e limitações que a escola tem quando se trata de temáticas como essas:

Com certeza, eu vejo a escola como o primeiro espaço que a criança tem para revelar, mas muitos casos acabam passando despercebido, esse papel é nosso da escola, mas quando a gente busca as conexões com a rede a gente fica desamparada. A gente precisa desse suporte. Pois interfere muito na aprendizagem da criança. Mas enquanto não houver uma preparação do professor, não vamos avançar muito. Que pelo menos, esses profissionais tenham acesso a essas informações e formações (PARTICIPANTE 04).

É sim papel da escola. A questão da prevenção é muito importante sim, mas tem uma parte jurídica muito difícil, é uma escola que mal tem dado conta da educação em si, talvez não consiga dar conta disso (PARTICIPANTE 05).

Claro que é papel nosso... Os referenciais da rede de recife apresentam eixos de prevenção. Existe uma dificuldade da educação de entender que a sexualidade deve ser trabalhada com a criança também. Mas existe outra dificuldade... Também não sabemos quem forma a rede, quem deve atuar em quê. Essa fragilidade do sistema está posta, está clara, precisa alguém para formar (PARTICIPANTE 01).

Claro que sim. Mas infelizmente a gente não tem a propriedade (PARTICIPANTE 03).

Ainda não, a gente protege quando vê a ação... Mas também é... Mas existe também o nosso preconceito, os nossos bloqueios. A gente não fala sobre isso. A gente precisa de alicerce (PARTICIPANTE 02).

Mesmo as participantes discordando entre si em determinados momentos, ainda assim consideram que a escola é uma forte aliada para as ações de prevenção ao abuso sexual infantil. O que mais chama atenção nesse momento é, justamente, o reconhecimento das professoras enquanto agentes importantes na busca de prevenção e proteção das crianças. No entanto, enfatizam a falta de formação para que isso possa ocorrer efetivamente. A participante 04 deixa isso

claro quando revela que a escola ainda não está preparada para lidar com esse tipo de temática. O que, mais uma vez, reforça os posicionamentos de autores como Oliveira; Roque; Melo (2016); Figueiró (2014) e Brasil (2004) ao enfatizarem a dificuldade e precariedade de se trabalhar temas que envolvam a sexualidade humana no contexto escolar.

Nesse mesma direção, ainda identificando ser a escola um espaço de prevenção e forte aliada ao combate do abuso sexual infantil, autores como Brasil (2004), Limbório (2012) e Freire (1996) acentuam a importância da formação continuada e lamentam a sua precariedade. Para eles, não se faz necessário se aprofundar muito para entender que os processos de formação são escassos por natureza e os que buscam contemplar as questões de sexualidade e violências sexuais ainda são mais difíceis de acontecer. Corroborando, assim, com os relatos das participantes quando reconhecem a mesma problemática identificada pelos autores.

Levando em consideração o reconhecimento por parte das professoras ao afirmarem não estarem preparadas para trabalhar com questões que envolvam temáticas como a violência sexual, Piva *et al* (2013) enfatizam que, de fato, os profissionais que atuam na escola não se reconhecem também como agentes de proteção, não se sentindo preparados para lidar com questões como estas. Os autores ainda apontam que o baixo número de identificações e denúncias ocorre, em sua maioria, pela falta de propriedade e entendimento para com a temática.

Entendendo a importância da formação continuada para os profissionais de educação que contenha discussões acerca do abuso sexual na primeira infância, iniciaremos a seguir, a análise sobre essa temática.

5.2.3.4 A participação em formações sobre abuso sexual infantil

Para ampliarmos as discussões acerca da formação continuada, questionamos no grupo I se as professoras “em algum momento da atuação profissional participaram de formações sobre abuso sexual infantil?” E para nossa surpresa e preocupação, todas as participantes informaram não ter participando, como destacamos abaixo:

Eu nunca tive [...] Eu dou aula no EJA e sempre discuto a questão de orientação sexual, também foco na questão da violência sexual, mas infelizmente nunca recebi (PARTICIPANTE 04).

Eu já tive no setor privado, [...] Até participei de umas formações sobre sexualidade, mas sobre violência sexual não, e mesmo assim, essas que participei foram no setor privado, nunca na pública (PARTICIPANTE 03).

Eu muito menos [...] Por isso que quando você falou em Rede, eu vibrei aqui, pela possibilidade dessa formação. Porque é muito importante que a gente dissemine essas informações. Porque assim, eu estou desde 2005, há 12 anos na Educação, e nunca tive (Participante 02).

Para ser bem sincera, também não me lembro de ter participado de nenhuma formação com essa temática (PARTICIPANTE 01).

Nesse mesmo raciocínio, questionamos novamente as participantes no grupo III sobre possíveis participações em formações continuadas que contemplassem temáticas como estas, ou até mesmo temáticas semelhantes. As professoras seguem relatando da seguinte forma:

Não, gente preparada nós temos, acho que faltam políticas públicas voltadas para isso. Faltam as nossas gerências saírem da modinha e trazer questões importantes. A escola não previne bem porque nós não temos informações para tal. Somos pedagogos, e como entrar em questões como essas sem apoio e suporte? (PARTICIPANTE 03).

Não, nunca (PARTICIPANTE 01).

Específica de abuso sexual não. Falta gente preparada para realização dessas formações (PARTICIPANTE 02).

Não. Para existir essas formações seria importante um apoio psicológico, ou seja, toda escola e creche deveria ter um apoio psicológico. O papel do psicólogo dentro da unidade é fundamental para a escola, tanto para as crianças, como para os profissionais. É necessário um fortalecimento desses professores, fortalecimento emocional mesmo. Precisamos de condições, nós precisamos de alguém que nos escute, nos oriente (PARTICIPANTE 04).

Não. A discussão do tema violência de forma geral não se fala na escola, parece que não existe esse tipo de situação (PARTICIPANTE 05).

Como já foi observado nessas falas, a falta de formação profissional que contemple a temática do abuso sexual se fez presente nos dois grupos focais, inclusive essa fala encontra-se presente também na categoria em que discutimos sobre a escola como rede de proteção. Em diversos momentos da coleta de dados e dos processos de análise, a necessidade de formação nessa área se repete. A fala da Participante 05 traz forte significado para essa pesquisa, quando a mesma relata que não se fala sobre abuso sexual infantil dentro da escola. Para ela, essa violência parece não existir, não ser percebida no contexto educacional.

Considerando esses relatos, Libório e Francisco (2012) e Piva *et al* (2013), relatam a escassez de formação com a referida temática, bem como destacam a

dificuldade de se trabalhar questões que envolvam a sexualidade no contexto escolar, seja pela falta de manejo dos professores, pela resistência dos gestores, ou até mesmo, pela não aceitação por parte dos pais.

Já entendendo a escola como um espaço de proteção, Brasil (2011a), enfatiza que se faz necessário transformar a escola em ambiente acolhedor, que possibilite a escuta de crianças, de um modo geral, bem como a escuta daquelas que foram vítimas de agressões sexuais. E isso só se tornará possível quando a escola compreender que essa atuação só será fortalecida a partir da elaboração de formações continuadas que deem subsídio aos diversos atores que compõe o espaço escolar.

Para Brino e Willams (2008) a possibilidade de tornar os educadores agentes de prevenção de violência apenas se torna possível através de um plano de execução baseado na formação continuada deles. Além disso, é importante que o professor esteja atento e tenha conhecimentos para identificar sinais que possam indicar o abuso e com a perspectiva de desenvolver ações protetivas.

É válido salientar que a necessidade de iniciar a formação com professores que atuam com a primeira infância está associada à possibilidade de identificação mais rápida e precisa. Faz-se necessário também um reconhecimento e aproximação com o sistema de garantia de direitos, ou seja, reconhecer os órgãos e instituições que compõem essa rede, bem como o entendimento do funcionamento e fluxos de encaminhamentos. Nesse sentido, abordaremos a seguir a percepção das participantes sobre essa temática.

5.2.3.5 Composição da Rede de Proteção

Partindo do reconhecimento da escola na composição da rede de prevenção, enfrentamento e proteção, questionamos no grupo focal I sobre o entendimento das professoras sobre “quem compõe essa rede?”. Imediatamente as Participantes 02 e 04 questionaram: “Quem deveria, ou quem está?”, o facilitador, nesse momento, refez a pergunta da seguinte forma: “Na opinião de vocês, quem deveria ou quem compõe de fato?”. Novamente as professoras convergiram entre si, e expuseram seus pontos de vista:

A família (PARTICIPANTE 01);

Não acho que a família compõe a rede... A escola sim (PARTICIPANTE 02);

Eu entendo como a DPCA e o Ministério Público (PARTICIPANTE 04);

Conselho Tutelar (PARTICIPANTE 03);

Mais assim, o Conselho Tutelar não tem gente suficiente, não tem carro, não tem pessoas (PARTICIPANTE 02);

Na verdade eles não se envolvem tanto, justamente por fazerem parte da comunidade. Teve um, por exemplo, que ia fazer uma palestra lá na Creche, mas no dia, tocaram fogo no carro dele em frente ao Conselho Tutelar (PARTICIPANTE 04);

Ô nesse caso, a gente deveria mesmo ter colocado a família. A gente sabe que atua mal, mas atua (PARTICIPANTE 02);

A Escola que Protege também, mas eu não sei como. Até hoje não entendi, a resposta que eles me deram. Me instruíram ligar para o Disque 100, se fosse para ligar para o Disque 100 eu teria feito isso sem precisar procurá-los. [...] Na questão do enfrentamento, não sei, mas algumas igrejas já começam a inserir essas discussões. Na verdade, Instituições religiosas. Tem as ONGs também, que fazem um trabalho legal (PARTICIPANTE 04).

Ao retomarmos no grupo III a discussão sobre a composição da rede de enfrentamento e proteção as participantes discorreram de forma mais sucinta, no entanto, já incluindo a escola com participante dessa rede, bem como identificando outros órgãos e instituições que não haviam sido relatados no grupo I:

Disque 100, CREAS, escola (PARTICIPANTE 03).

CRAS, CREAS (PARTICIPANTE 01).

Família sem dúvidas (PARTICIPANTE 02)

Conselho Tutelar, DPCA, Ministério Público dependendo dos casos (PARTICIPANTE 04).

Serviços de saúde, educação, órgãos da assistência social, Disque 100 (PARTICIPANTE 05).

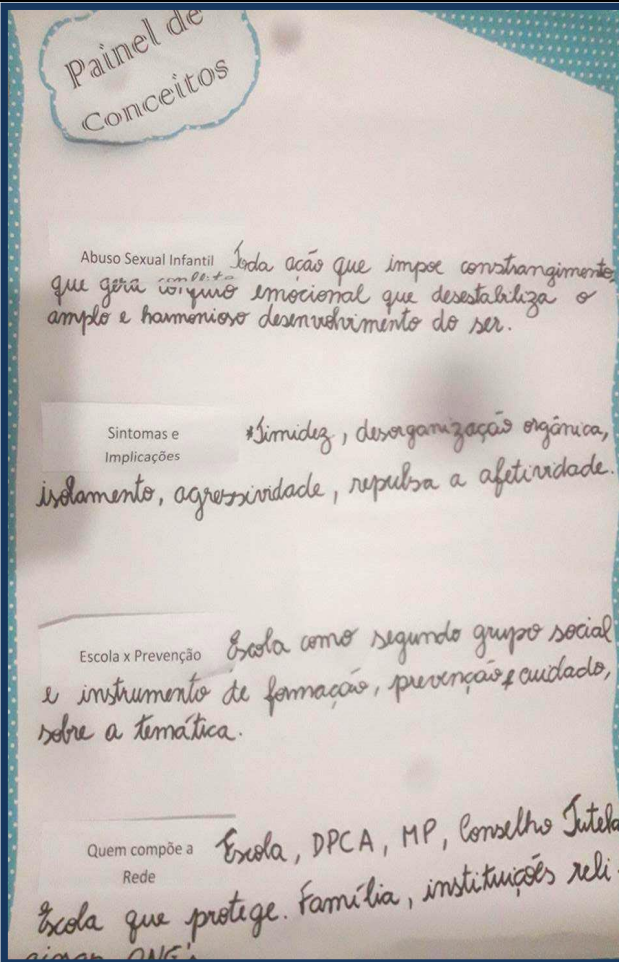
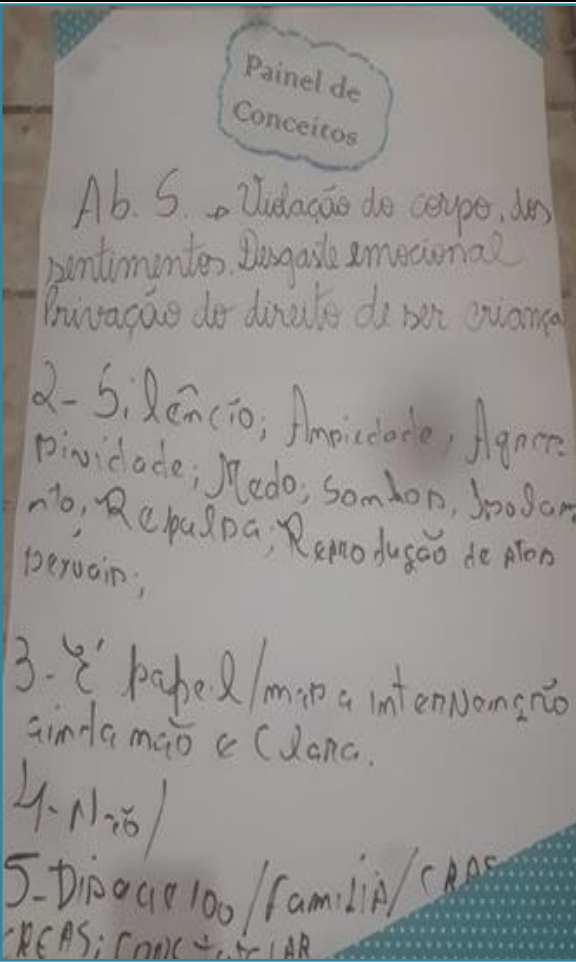
Diante dos relatos acima, mesmo as professoras identificando órgãos importantes, ficou nítido que as professoras não conseguem distinguir, no primeiro momento quem, de fato, compõe esse Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a Rede Socioassistencial que pode atuar como grande aliado no que concerne a prevenção, enfrentamento e proteção das vítimas.

Para compreender a Rede e seus fluxos de atendimento, focando na agilidade dos processos de descobertas e denúncias, se faz necessário conhecer toda essa vasta rede. No grupo III, as professoras conseguiram visualizar, de forma mais ampla, os diversos atores que podem atuar no enfrentamento de violências como a sexual. Nesse raciocínio, o reconhecimento por parte das participantes corroborou com os autores Brasil (2006; 2012) e Oliveira (2012) quando identificam

os principais órgãos de enfrentamento e proteção, destacando que escola, CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público e Disque 100 atuam diretamente com esse tipo de demanda.

Para encerrarmos as discussões dos grupos focais, realizamos uma síntese de ideias e opiniões acerca dos cinco eixos temáticos discutidos. Nesse sentido foram produzidos dois Painéis de Conceitos (um para cada um dos grupos), nos quais as professoras resumiram para cada eixo as percepções coletivas sobre os conceitos problematizados. Observando cada Painel, podemos identificar possíveis mudanças no entendimento delas acerca da temática, como mostram as figuras abaixo:

Figuras 01 e 02: Registros do Grupo Focal I e Grupo Focal III

Grupo Focal I	Grupo Focal III
 Painel de Conceitos Abuso Sexual Infantil Toda ação que impõe constrangimento, que gera desconforto emocional que desestabiliza o amplo e harmônico desenvolvimento do ser. Sintomas e Implicações Simuladiz, desorganização orgânica, isolamento, agressividade, repulsa a afetividade. Escola x Prevenção Escola como segundo grupo social e instrumento de formação, prevenção e cuidado, sobre a temática. Quem compõe a Rede Escola, DPCA, MP, Conselho Tutelar, família, instituições religiosas, ONGs.	 Painel de Conceitos Ab. S. Violação do corpo, dos sentimentos. Desgaste emocional. Privação do direito de ser criança. 2- Silêncio; Ambiguidade; Agressão; Invisibilidade; Medo; Vergonha; Isolamento; Repulsa; Reprodução de Ato de Violência; 3- É papel/mirra a intervenção simples e clara. 4- Não/ 5- Disque 100/Família/CREAS; Conselho Tutelar; MP; etc.

Autor: Autoria Própria

Nesse sentido, para o eixo temático que se discutia sobre o “conceito de abuso sexual infantil” a síntese do painel ocorreu da seguinte forma:

- Grupo I: Toda ação que impõe constrangimento, que gera conflito emocional, que desestabiliza o amplo e harmonioso desenvolvimento do ser;
- Grupo III: Violação do corpo e dos sentimentos, desgaste emocional e privação do direito de ser criança.

No eixo “implicações e possíveis sintomas observáveis na criança vítima de abuso sexual”, as descrições aconteceram da seguinte forma:

- Grupo I: Timidez, desorganização orgânica, isolamento, agressividade, repulsa a afetividade.
- Grupo III: Silêncio, ansiedade, agressividade, medo, sonhos traumáticos, isolamento, repulsa, reprodução de práticas sexuais.

Para o eixo que discorreu sobre o “papel da escola nos processos de prevenção”, a síntese no painel consistiu em:

- Grupo I: A escola é o segundo grupo social da criança. Um Instrumento de formação, prevenção e cuidado sobre a temática;
- Grupo III: É papel da escola a prevenção, mas a intervenção ainda não está clara.

Considerando o eixo sobre o reconhecimento da “Rede de Proteção de crianças e adolescentes”, o posicionamento das participantes foi:

- Grupo I: Escola; DPCA; Ministério Público, Conselho Tutelar, Escola Que Protege, Família, Intuições Religiosas, ONG,s;
- Grupo III: Disque 100, Família, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Escola, Instituições de Saúde, DPCA.

Considerando o eixo sobre a “participação em formação continuada contendo a temática do abuso sexual infantil”, as participantes fatidicamente apresentaram as mesmas respostas em ambos os grupos:

- Grupo I: Não; nenhuma!
- Grupo III: Não.

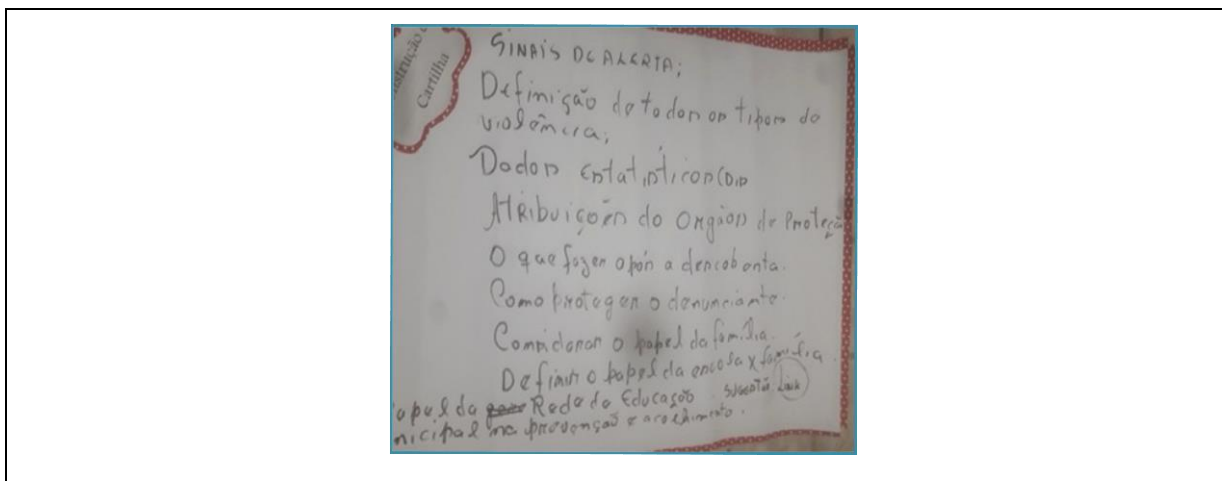
Se comparados os Painéis, mesmo de forma sucinta e resumida, percebemos mudanças no que foi sintetizado e apresentado nos Grupos Focais I e III. O Painel do grupo I foi construído de forma mais generalista, sem muita propriedade em meio a comportamentos de insegurança. A elaboração do painel III foi muito rápida e precisa. Uma característica que nos chamou bastante atenção foi a forma como se configurou esse momento final, pois as participantes conduziram o diálogo para a confecção do Painel e buscaram demonstrar, de forma geral, tudo o que foi discutido e compreendido.

Vale salientar que o Painel teve um caráter de importância visual, não apresentou detalhes que se fizeram presentes nos momentos de discussões conceituais. A riqueza por essência, desta pesquisa, está concentrada em todo o conteúdo trabalhado pelos eixos norteadores e que foram discutidos acima, por meio das categorias de análises desenvolvidas. Mesmo assim, de forma resumida, a construção desses painéis já nos fez refletir sobre a importância que um processo de formação continuada pode desempenhar na atuação de professores e profissionais da educação, principalmente quando traz à tona debates complexos como a temática do abuso sexual em crianças. A formação é, sem dúvida, um importante instrumento de prevenção no contexto social e escolar e deve ser levado em consideração.

Pensando na importância da formação, propomos às professoras que, juntas, elaborassem uma síntese de conceitos para a elaboração de uma Cartilha do Professor sobre essa temática. Desse modo, também elaboramos um Painel com o intuito de destacar informações necessárias e pertinentes, por elas identificadas, que possam subsidiar a atuação do professor no que concerne às discussões acerca do abuso sexual na primeira infância. Esse Painel servirá como apoio para a construção da “Cartilha do Professor”, que será desenvolvida considerando ser esta um produto final desta pesquisa.

Figura 03: Registros de Grupo Focal III referentes a Cartilha do Professor

Painel Cartilha do Professor



Autor: Autoria própria

Entendendo que a Cartilha do Professor deve contemplar questões e conteúdos que subsidiem a atuação do profissional, achamos viável que a estrutura e conteúdo da mesma pudessem ser avaliados pelas participantes desta pesquisa, afim de, considerar o que elas entendiam ser, de maior relevância no que concerne a temática do abuso sexual na primeira infância. Desse modo, os conceitos mais importantes destacados por elas foram: Os sinais de alerta; Definições dos tipos de violência; Dados estatísticos; Atribuições dos órgãos de proteção; Os procedimentos a serem realizados após a descoberta; Como proteger o denunciante; Apresentar o papel da escola e da família; A importância dos encaminhamentos pela rede de educação. Desse modo, a elaboração da cartilha, ainda em processo de finalização encontra-se descrita no Apêndice VI.

Com isso, pretendemos que a “Cartilha do Professor” possa se tornar mais um aliado na prevenção, proteção e possível identificação de casos no contexto escolar, tornando esse espaço um lugar possível de se trabalhar temáticas que envolvam os conceitos de sexualidade humana e autoproteção do corpo infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de tentarmos fazer um contraponto com o conto de fadas da chapeuzinho vermelho, com o intuito de trazer para o debate o abuso sexual na primeira infância, acabamos nos deparando com uma realidade triste e que nos faz refletir sobre possíveis estratégias para o enfrentamento desse tipo de violência. Como pudemos observar, as agressões sexuais sempre estiveram presentes na história da criança e, hoje, encontram-se perpetuada em nossa sociedade com grandes índices registrados. Apesar de existir um grande número de denúncias, sabemos que esse número não representa a realidade no que se refere ao número de agressões realizadas, pois esse tipo de violência ainda acontece de forma muito silenciosa, dificultando assim, os procedimentos de proteção.

Como discutimos em toda construção teórica dessa pesquisa, o abuso sexual é uma violência que deixa marcas profundas nas vítimas. Os impactos acometem desde os aspectos físicos, até os psicológicos e sociais da criança. Por esse motivo, é tão importante discutirmos de forma ampla sobre essas questões. A descoberta de casos como esses são de extrema complexidade, pois envolvem personagens que, de fato, fazem parte do contexto de proximidade, segurança e confiança das vítimas.

Para nós, talvez seja o que representa maior complexidade. O como ajudar? Enfrentar? Prevenir? são questionamentos que pairam constantemente as nossas mentes. A certeza que precisamos ter é a de que ainda existem muitos “lobos maus” que precisarão ser enfrentados. E, para isso, é necessário que estejamos munidos de informações que pautem o reconhecimento de características aparentes em crianças que sofreram e sofrem com esse tipo de violência. É primordial também ter a clareza sobre os procedimentos adequados para realizar as denúncias e encaminhamentos, considerando os atores que fazem parte dessa rede.

Por esses questionamentos e necessidade de fortalecer essa rede de prevenção e proteção foi que levamos em consideração toda a importante atuação da escola e dos professores no contexto de prevenir e enfrentar o abuso sexual na primeira infância, considerando, portanto, a necessidade de uma atuação que pautar discussões como essas. Trabalhar a autoproteção das crianças é proporcionar a elas reflexões que levem à possibilidade de revelação ou pedido de socorro dentro

do contexto escolar, tendo em vista que, em muitos casos, a relação de confiança entre o aluno e o professor facilita tal interação.

Para que a escola assuma definitivamente o papel preventivo e protetivo, enxergando-se como parte integrante do Sistema de Garantia de Direitos, precisaria estar totalmente preparada para lidar com situações de violência, por exemplo, mas, sabemos, que essa ainda não é uma realidade nossa. Entender-se como parte da rede talvez já tenha ocorrido, mas a atuação junto a ela, ainda se encontra frágil e necessitando de alternativas que fortaleçam tal prática.

Foi justamente pensando nisso que trouxemos como objetivo de pesquisa a possibilidade de investigar os impactos e contribuições emergentes a partir da intervenção formativa na atuação profissional de professores da rede pública no município do Recife, considerando a temática sobre abuso sexual em crianças na primeira infância. A proposta foi, exatamente, discutir sobre a formação continuada como um forte instrumento para a atuação da escola nesses casos.

Considerando o trabalho realizado na presente pesquisa, conseguimos observar que as professoras participantes do processo reconhecem seu papel e o da escola na garantia de direitos da criança. No entanto, o ponto mais discutido em todos os encontros dos grupos focais foi, justamente, a escassez de formação continuada que tratem de temas como o abuso sexual infantil.

Ao colocarmos frente a frente os relatos das participantes nos grupos focais I e III, já conseguimos perceber uma mudança de ideias, entendimentos e possíveis atitudes. Embora não seja nossa intenção estabelecer uma relação de causalidade linear, entendemos que a oportunidade de reflexão oportunizada pela participação no processo de intervenção formativa ocorrida no grupo focal II pode ter influenciado essas mudanças. No grupo focal III, as professoras demonstram maior habilidade e coesão quando questionadas sobre possíveis encaminhamentos em casos de suspeita ou descoberta de violência contra a criança.

Diante disso, fica claro para nós o quanto a formação continuada de profissionais que atuam no espaço educacional pode contribuir para uma efetiva inserção da escola na rede de enfrentamento e proteção de crianças. Compreender esses aspectos, saber identificar sinais de sofrimento na criança, saber o que fazer após a descoberta e como atuar na perspectiva de favorecer a autoproteção, proporcionará ao professor uma atuação com maior segurança e propriedade, quando forem abordar temáticas tão importantes.

Nesse sentido, a formação continuada sobre o abuso sexual em crianças tornou-se uma provocativa marcante nesta pesquisa. Os resultados descreveram bem a sua eficácia no esclarecimento de conceitos e práticas de atuação. Com isso, nos fez refletir sobre a necessidade de se desenvolver atividades e oficinas formativas com outros e diversos grupos e atores que compõem a rede de educação infantil, objetivando o fortalecimento das práticas de prevenção.

Nessa mesma linha de raciocínio, a pesquisa nos apontou importantes desafios como, por exemplo, a dificuldade de se trabalhar temáticas que envolvam discussões acerca da sexualidade. Obviamente, não seria possível dar conta de um debate tão amplo como este durante a pesquisa. Para isso, necessitaria de outro trabalho que nos fizesse refletir sobre essa resistência tão presente nas falas das participantes, de toda forma, deixaremos como proposta de investigação para futuras pesquisas.

Mesmo entendendo ser a formação continuada uma das estratégias mais importantes para a identificação do abuso sexual na primeira infância, precisamos entender que para isso acontecer se faz necessário provocar os fomentadores de políticas públicas para enxergarem a escola como aliada para atuação nessa área. A Cartilha do Professor é um dos resultados desta pesquisa, que exemplifica a falta de estruturação no âmbito dessas políticas. A Cartilha foi projetada sob a perspectiva de suprir, mesmo que de forma tímida, a escassez de informações que a sociedade e os espaços educacionais enfrentam. E isso precisa ser um alerta envolvido em um pedido contínuo de socorro.

Infelizmente, para a conclusão desse “conto de fadas”, não podemos, ainda, encerrar com a fase tão emblemática “E foram felizes para sempre”. Para isso, é indispensável avançarmos muito no que diz respeito a garantia de direitos de crianças, mas, enquanto essa frase não chega para essa história, ficaremos com a certeza de que encontramos um caminho que, talvez, poderá nos levar para o tão esperado “FELIZES PARA SEMPRE”, se assim for possível.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ACCIOLLY, A. C. L. R.; MENDES, D. M. L. F.; VILLACHAN-LYRA, P. **Efeitos dos maus tratos e do estresse x efeitos das interações iniciais para o desenvolvimento do bebê: contribuições das neurociências.** Recife, 2017.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** (2º Ed.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARAÚJO, M. F. Violência e Abuso Sexual na Família. **Psicologia em Estudo** . Maringá, v. 7, n.2, p. 3-11, 2002.

AMAZARRAY, M. R., KOLLER, S. H. Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica.** Porto Alegre, v. 11, n. 3. p. 559-578, 1998.

AZAMBUJA, M. R. F. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Ed: Livraria do Advogado. Porto Alegre, RS. 2004.

AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. (Org.). **Crianças vitimadas: A síndrome do pequeno poder.** Ed: Iglu, p. 21-47. São Paulo, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Ed: Edições 70, LTDA. São Paulo, 2011.

BETTERLHIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome – MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica – NOB/SUAS,** 2005.

BRASIL. **Refazendo laços de proteção:** Ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Childhood – Instituto WCF, 2006.

BRASIL. **Guia Prático do Conselho Tutelar.** Ministério Público. Goiás, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – CEDCA/PE** – Governo de Pernambuco. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Recife, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional pela Primeira Infância.** Brasília, 2010.

BRASIL. **Guia Escolar. Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. Brasília, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento de Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, 2011b.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate a fome [MDS]. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas> Acesso em: 15 de janeiro de 2016, às 16:42, 2012a

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Repetitivo**. Disponível em: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107170 Acesso em 17 de dezembro de 2016, às 20:34, 2012b.

BRASIL. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. **Mapa da Violência 2012. Crianças e Adolescentes do Brasil**. WASELFIZS. Julio Jacob. Waiselfizs. Rio de Janeiro, 1ed. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf 22 Acesso em novembro de 2016, às 04:35, 2012c.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Repetitivo**. Disponível em: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107170 Acesso em 17 de dezembro de 2016, às 20:40, 2012d.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério Público do Estado do Pará – MPPR. **Disque 100**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3> Acesso em 27 de janeiro de 2016, às 22:15.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016**.

BRASIL, **Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde**, 1996. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm Acesso em 22 de maio de 2016 às 19:38.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 209-230, 2008.

BORGES, J. L.; AGLIO, D. D. D. relações entre abuso sexual na infância, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 2, p. 371- 379, abr/jun, 2008.

CARVALHO, A. M. A.; PEDROSA, M. I.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Aprendendo com a criança de zero a seis anos**. São Paulo, Ed: Cortez, 2012.

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. **Indicadores de violência intra-familiar e exploração comercial de crianças e adolescentes: Relatório Final**. Brasília, Ministério da Justiça, 1998.

COHEN, C.; GOBETTI, G. J. **O Incesto: o abuso sexual intrafamiliar.** CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N. 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia de 20 de dezembro de 2000.** Disponível em http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumento/resolucao2000_16.pdf Acesso em 20 de novembro de 2016 às 19:45.

COUTO, B. R.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** Ed: Cortez, São Paulo, 2011.

CORSARO, William. Mudança Social, Famílias e Crianças. In: CORSARO, William. **Sociologia da Infância**, Porto Alegre: ARTMED, 2011. (cap. 5 e 10).

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Ed: Artmed, Porto Alegre, 2000.

DEMAUSE, L. **The emotionallife of nations.** Londres: Departmentof Health, 2002.

DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Petrópolis, RJ. Ed. Vozes.1994.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais:** adiar não é mais possível. 2 ed. Londrina: Eduel, 2014.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. In: **Interfaces com a Psicomotricidade.** Fortaleza. Anais... Fortaleza-CE: Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, 2007, p. 28-37.

FLORES, R. Z. Definir e medir o que são abusos sexuais. In: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. **Indicadores de violência intra-familiar e exploração comercial de crianças e adolescentes: Relatório Final.** Brasília, Ministério da Justiça,1998.

FLORES, R. Z.; CAMINHA, R. M. Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 16, p. 158-167, 1994.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança:** uma abordagem multidisciplinar. Artes Médicas: Porto Alegre, 1993.

FURLANI, J. **O Bicho vai Pegar! – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005.

FRASER, M. T. D; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Bahia, v. 33, p. 139-152, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed: Paz e Terra, São Paulo, 1996.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Bahia, v.33, p. 149-161, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1999

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A.; MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol. 21. n. 3, p. 341-248, 2005.

HABIGZANG, L. F., CORTE F. D., RATZENBERGER, R., STROEHER, F., KOLLER, S. H. Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.21, n.2, p. 338 – 344, 2008.

JENKS, Chis. **Constituindo a Criança. Educação, Sociedade e Culturas**, n. 17, p. 185-216, 2002.

LIBÓRIO, R. M. C.; FRANCISCO, M. V. Proposta de formação continuada na área da prevenção ao abuso sexual de crianças: O desenvolvimento de condutas e auto-proteção. **XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, UNICAMP, Campinas, 2012.

LIMA, Climauro Maria de. **Infância Ferida: Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais**. Ed: Juruá, Curitiba, 2011.

LIMA, Joana Azevêdo. **As vivências maternas diante do abuso sexual Intrafamiliar**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB. UFPB, 2008.

LÍRIO, F. C. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém – PA**. Belém do Pará: UFPA, 2013.

LOPES, K. C.; TORMAN, R. O abuso sexual e a inclusão momentânea: as consequências no processo de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 25, n.77, p. 132-138, 2008.

MARTINS, J.B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. **Seminário: Ci. Sociais/Humanas**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 266-273, set. 1996.

MACHADO, H. B; LUENEBERG, F. C.; RÉGIS, E. I.; NUNES, M. P. P. Abuso Sexual: Diagnósticos de casos notificados no município de Itajaí / SC, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, p. 54-63, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104->

07072005000500007&script=sci_arttext#end Acesso em: 30 de Maio de 2012 as 19:43.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Quantitativo-qualitativo: Oposição ou Complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 3 ed. p. 239-262, jul/set, 1993.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. Ed. Hucitec, São Paulo, 2007.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento – Transdisciplinaridade. In: BARROS, V. M.; MELLO, Maria F.; SOMMERMAN, A (Orgs). **Educação e transdisciplinaridade I**. Brasília: Triom/UNESCO, 2000.

ORTIZ, M. J.; FUERTES, M. J.; LÓPEZ, F. Desenvolvimento socioafetivo na primeira infância. In: COLL, C.; MARCHESI, A. PALÁCIOS J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva**. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

OLIVEIRA, G. F.; ROQUE, G.; MELO, J. Sexualidade na escola: uma vivência da extensão universitária na formação continuada de professores. In: OLIVEIRA (Org.). **Sexualidade na escola**: contribuições na formação docente na prática pedagógica. Coleção: RENAFORM-UFPE Da formação à transformação, 1 edição, Ed: MXM, Pernambuco, 2016.

OLIVEIRA, M. S.; FLORES, R. Z. Violência contra crianças e adolescentes na grande Porto Alegre. In Amencar (Org.). Violência doméstica. Brasília: UNICEF, 1999. p. 71 – 86.

OLIVEIRA, M. **Inocência violada**: um estudo sobre o abuso sexual infantil a partir do discurso de profissionais que atuam em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS. 2012. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Psicologia, Faculdade Vale do Ipouca – FAVIP, 2012.

PALACIOS, Jesús. Psicologia evolutiva: conceito, enfoques, controvérsias e métodos. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS J. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento cognitivo durante os dois primeiros anos. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS J. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PALACIOS, J.; MORA, J. Crescimento físico e desenvolvimento psicomotor até os dois anos. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS J. (Orgs.). Desenvolvimento

psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PIVA, E. A.; JASPER, A.; FELLER, C.; ALVES, P. S. Prevenção à violência sexual e formação de professores: avaliação de uma proposta de intervenção. *In: Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas-REDIVI*, v. 1, n. 1, 2013.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e na adolescência. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 197 – 209, 2005.

RECIFE. **Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**: vamos falar sobre isso. Secretaria da Política de Assistência Social. Prefeitura do Recife, 2001.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Ed: Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1995.

RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I. C.; SILVA, R. M.; SEHNEM, G. D. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto, Contexto Enfermagem**. Florianópolis, p. 79-86, 2008.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual Em Crianças**. Ed: M. Books do Brasil Editora Ltda. São Paulo, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. *In: MADEIRA, F. R. (Org.). Quem mandou nascer mulher?* Ed: Rosa dos Tempos. São Paulo, p. 134 – 211, 1997.

SANTOS, A. Complexidade e Transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n.37, p. 71-83, jan/abr. 2008.

SILVEIRA, D. S. **Governamentalidade, saberes e políticas públicas na área dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente**. (IN) RESENDE. Haroldo (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TEICHER, M. H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. *In: Scientific American Brasil*, v. 1, p. 83-89, 2002.

VILA, I. O início da comunicação, da representação e da linguagem. *In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS J. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva*. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

VILLACHAN-LYRA, P.; ALMEIDA, E.; HAZIN, I. Algumas contribuições da neuropsicologia e da psicologia do desenvolvimento para o campo da educação infantil: O papel das relações afetivas. Recife, 2017.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4 edição. Ed: Martins Fontes, São Paulo, 1991.

WACHHOLZ, Thaís; PANCERI, Regina. **A Atuação do Psicólogo no Município de Arararaguá, na Interface com a Rede de Proteção Social para Populações em Situação de Vulnerabilidade**, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL (1º ciclo)

Primeiro passo: *Quem sou eu?*: Dinâmica de apresentação e quebra-gelo. O facilitador entregará um espelho ao grupo que deverá ser passado por todos os integrantes. Desse modo, cada participante deverá se apresentar olhando sua imagem refletida, como se fosse um autorretrato. Terão como norte para as apresentações o seguinte questionamento; “*Quem sou eu?*”. O objetivo desta atividade é inicialmente fazer com que o grupo se conheça buscando facilitar sua interação e, também, propiciar uma reflexão sobre a percepção de si mesmo e de sua satisfação ou insatisfação diante do espelho através da história da Casa dos mil espelhos (Anexo II).

Segundo passo: *Conceituando o abuso sexual infantil*: o facilitador mediará o grupo problematizando com as temáticas trazidas nos cinco eixos, que são: conceito de abuso sexual infantil; identificação de sintomas e implicações; é papel da escola a prevenção?; participação de formações continuada sobre abuso sexual infantil; quem faz parte da rede de prevenção e enfrentamento?. Sendo assim, utilizaremos o método de associação livre, buscando a construção de conceitos, embate de opiniões, divergências conceituais e as aproximações de pensamentos entre os participantes da pesquisa. Esse momento possibilitará refletir sobre a apropriação dos profissionais com a temática ou, até mesmo, a falta de conhecimento e esclarecimento acerca da proposição temática.

Terceiro passo: *Painel Conceitual*: Após a discussão de todos os eixos norteadores, o facilitador motivará o grupo a sintetizar os conceitos mais relevantes. Nesse sentido, será construído um painel de opiniões e concepções acerca da temática do abuso sexual infantil, uma espécie de registro conceitual do encontro, esse terá como propósito a comparação com o painel que será construído no terceiro ciclo.

INTERVENÇÃO FORMATIVA(2º ciclo)

Primeiro passo: *Palestra - O abuso sexual na primeira infância e a escola constituindo a Rede de prevenção, identificação e combate.* O facilitador desenvolverá uma oficina que será constituída por uma palestra, cine debate e vivência grupal. A palestra consistirá na explanação teórica do conceito de abuso sexual infantil; tipos; implicações fisiológicas; psicológicas e sociais; perfil do agressor; pacto de silêncio; identificação de sintomas; Rede Socioassistencial e a escola como agente de enfrentamento e identificação.

Segundo passo: *Apresentação do Vídeo “O segredo”:* O facilitador apresentará o vídeo animado que conta a história de Nara, uma menina que foi abusada sexualmente na primeira infância. No vídeo em questão, a identificação da violência, bem como os encaminhamentos se dão através da professora de Nara. O desfecho da história é positivo, a personagem consegue livrar-se da violência e seu agressor é preso. O Objetivo deste vídeo é justamente apresentar de forma lúdica aos professores instrumentos que subsidiam esse tipo de discussão em sala de aula com a crianças de 0 a 6 anos, enfatizando o pertencimento do seu corpo e práticas de auto proteção.

Link do Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=CvQ8QU9MSPU>

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL(3º ciclo)

Primeiro passo: *Conceituando o abuso sexual infantil:* O facilitador voltará com a prática do grupo focal apresentando novamente os cinco eixos norteadores para promover a discussão. O objetivo nesse momento é investigar se há mudanças nas concepções dos profissionais após terem realizado a formação proposta. Será realizado o mesmo procedimento utilizado no momento do grupo focal do ciclo 1.

Segundo passo: *Painel Conceitual:* consistirá também em uma nova síntese conceitual, sendo novamente proposta a construção de um painel que possa representar as discussões realizadas neste encontro, possibilitando assim, a comparação com o painel anteriormente construído, identificando ou não, possíveis divergências entre eles.

Terceiro passo: *Painel Conceitual – Cartilha do Professor:* consistirá em uma síntese de conceitos importantes para constituírem a elaboração da Cartilha do Professor. A proposta é justamente subsidiar a atuação dos professores com informações que auxiliem a descoberta ou possíveis discussões acerca da prevenção.

Quarto Passo: *Avaliação do encontro:* O facilitador sugerir uma avaliação por parte das participantes sobre os encontros e as questionará sobre o que foi possível aprender com a vivência nas práticas grupais? *Encerramento com a história da Mãe Águia com a ideia de falar sobre o fortalecimento da rede (Anexo III).*

Materiais necessários: *espelho; cartolinas; pilotos; jornais; caixas de chocolates; data show; gravador de voz; vídeos.*

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto:

“ENTRE” CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento

Pesquisador Responsável:

Macdouglass de Oliveira

Orientadora: Pompéia Villachan-Lyra

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável:

Universidade Federal Rural de Pernambuco –UFPE

Fundação Joaquim Nabuco

Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades

Telefones para contato: (81) 99868-1795

Nome do participante:

Idade: _____ anos - **R.G.** _____

Responsável legal (quando for o caso):

R.G. _____

Responsável legal: _____

O Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **““ENTRE” CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS.** O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e combate” de responsabilidade do pesquisador Macdouglass de Oliveira sob a orientação da Prof^a. Dra. Pompéia Villachan-Lyra.

Justificando a pesquisa

O interesse em estudar tal temática surgiu a partir da compreensão da mesma enquanto problema complexo, que tem sido foco de interesse de diversas pesquisas e políticas de enfrentamento. A partir disso, instigou-se um sentimento de implicação com a temática na medida em que, por muitas vezes, pessoas que sofrem este tipo de violência não conseguem reagir ou pedir ajuda dada as características da mesma. Também visa colaborar positivamente com a comunidade científica, oferecendo suporte para trabalhos futuros que se proponham pesquisar essa temática. Pretende-se, a partir desta pesquisa, alicerçar conhecimentos e construir novas formas de olhar para esse problema social e político, contribuindo com a reflexão sobre as políticas de proteção e direitos das crianças.

Objetivos da Pesquisa

Buscando contribuir com a construção de conhecimentos e novas formas de olhar para a problemática do abuso sexual infantil, nessa pesquisa temos como Objetivo Geral: investigar os impactos e contribuições que a formação continuada pode causar na atuação profissional de professores da rede pública no município do Recife, considerando a temática sobre abuso sexual em crianças na primeira infância. Os objetivos específicos seguem a seguinte ordem: Identificar conhecimentos prévios e intenção de atitudes de professores da educação infantil no que concerne à temática do abuso sexual infantil, identificação de casos, Rede de encaminhamentos e Socioassistencial; Planejar e executar uma formação de professores sobre as temáticas acima mencionadas, com a finalidade de subsidiar a atuação profissional dos educadores, contribuindo para prevenção e defesa para crianças na primeira infância; Investigar, possíveis contribuições da formação realizada, nas intenções de atitudes dos professores, no que se refere à identificação e encaminhamentos de casos de abuso sexual na educação infantil; Desenvolver uma cartilha educativa e lúdica que possa subsidiar a atuação do professor ao trabalhar a temática proposta, trazendo conceitos e figuras que favoreçam o trabalho quanto à prevenção da violência e pertencimento desse corpo infantil.

Benefícios Esperados

Esperamos contribuir significativamente com a comunidade científica afim de oferecer material didático que possa dar suporte a novas e futuras pesquisas na

área, bem como para a própria atuação do profissional da educação infantil. Com isso, aproximar escola e Rede de prevenção, promoção e combate afim de, facilitar o entendimento quanto à identificação e encaminhamentos aos órgãos competentes quando necessário. Quanto aos benefícios esperados para a sociedade buscaremos através deste, favorecer uma Rede de proteção que aja com maior agilidade e rapidez sob a perspectiva de garantir os direitos da criança.

Riscos e Privacidade

A pesquisa será constituída por grupos focais onde serão desenvolvidas as seguintes atividades: entrevistas; estudos de casos, breve formação e discussões pertinentes à temática. É importante ressaltar que a referida pesquisa não oferece risco para os participantes, bem como, preservará em sigilo suas identidades. O participante também é livre quanto a sua participação, poderá sair da pesquisa se achar necessário ou por motivos de desconforto e insatisfação. Vale ressaltar ainda, que a participação é voluntária sem nenhuma gratificação financeira.

Também asseguramos que nenhum dado de identificação pessoal será observado nos resultados da pesquisa. Os materiais audiovisuais e fotos utilizados na coleta de dados servirão unicamente para a transcrição com fins de pesquisa, docência e construção dos resultados finais da dissertação. Os dados físicos ou digitais obtidos na pesquisa serão mantidos sob responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Agradeço antecipadamente a participação e a sua colaboração com a pesquisa.

Macdouglass de Oliveira

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, RG _____, aceito por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada **“ENTRE” CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e combate**, desde que isso não implique em prejuízo de nenhuma forma. Declaro ainda que tenho conhecimento das informações acima.

Autorizo o uso dos dados somente para fins do presente estudo e que se guarde sempre sigilo sobre a minha pessoa. Declaro que me foram explicados os detalhes referentes a essa pesquisa e que as informações fornecidas ajudarão no melhor conhecimento do assunto em estudo. Sei que a minha participação consiste apenas em responder algumas perguntas e que posso negar a qualquer momento a participar deste estudo, como também posso retirar-me no momento que desejar, sem que com isso, nem eu nem minha família venhamos a sofrer qualquer tipo de represália.

A participação é inteiramente voluntária e não receberei qualquer quantia em dinheiro ou em outra espécie. Também me foi informado que em caso de esclarecimentos ou dúvidas posso procurar informações com o senhor Macdouglass de Oliveira nos contatos especificados.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Recife ____ de _____, 2017

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Testemunha

CONTATOS**PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:****Macdouglass de Oliveira**

E-mail: macdouglass16@hotmail.com

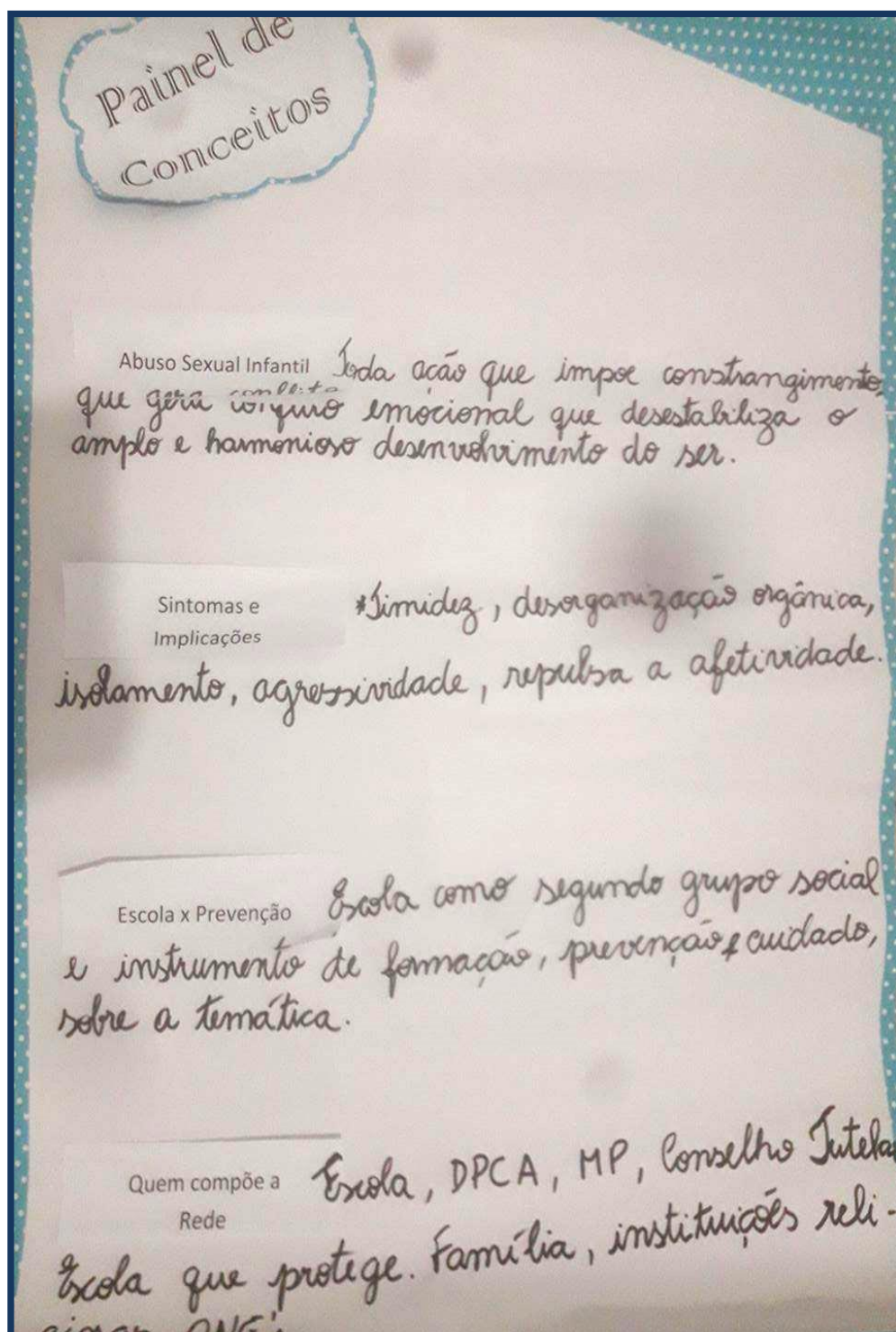
Tel: (81) 99868-1795

ORIENTADORA DA PESQUISA:**Pompéia Villachan-Lyra**

E-mail: pompeialyra@gmail

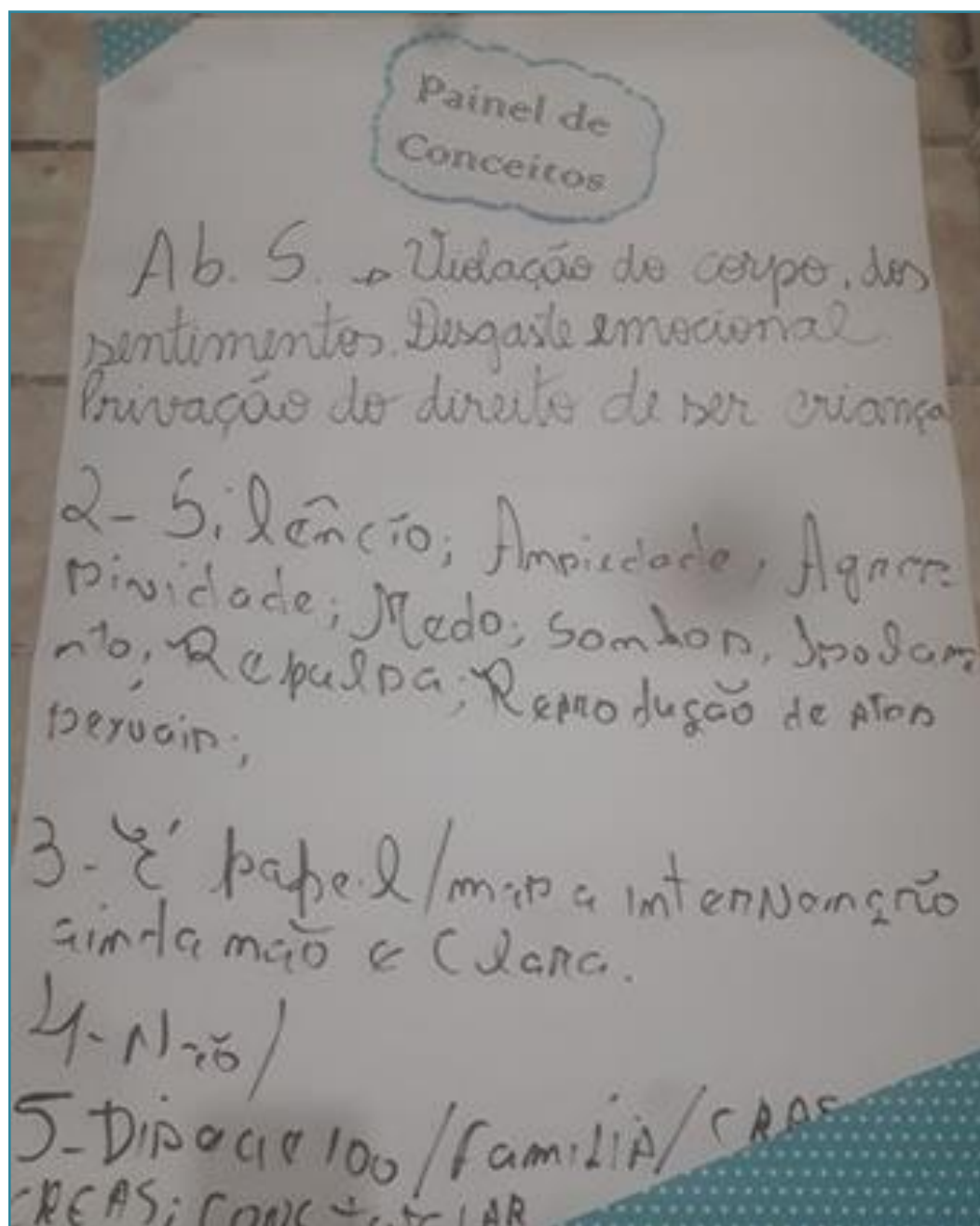
APÊNDICE III

Painel de Conceitos – Grupo Focal I



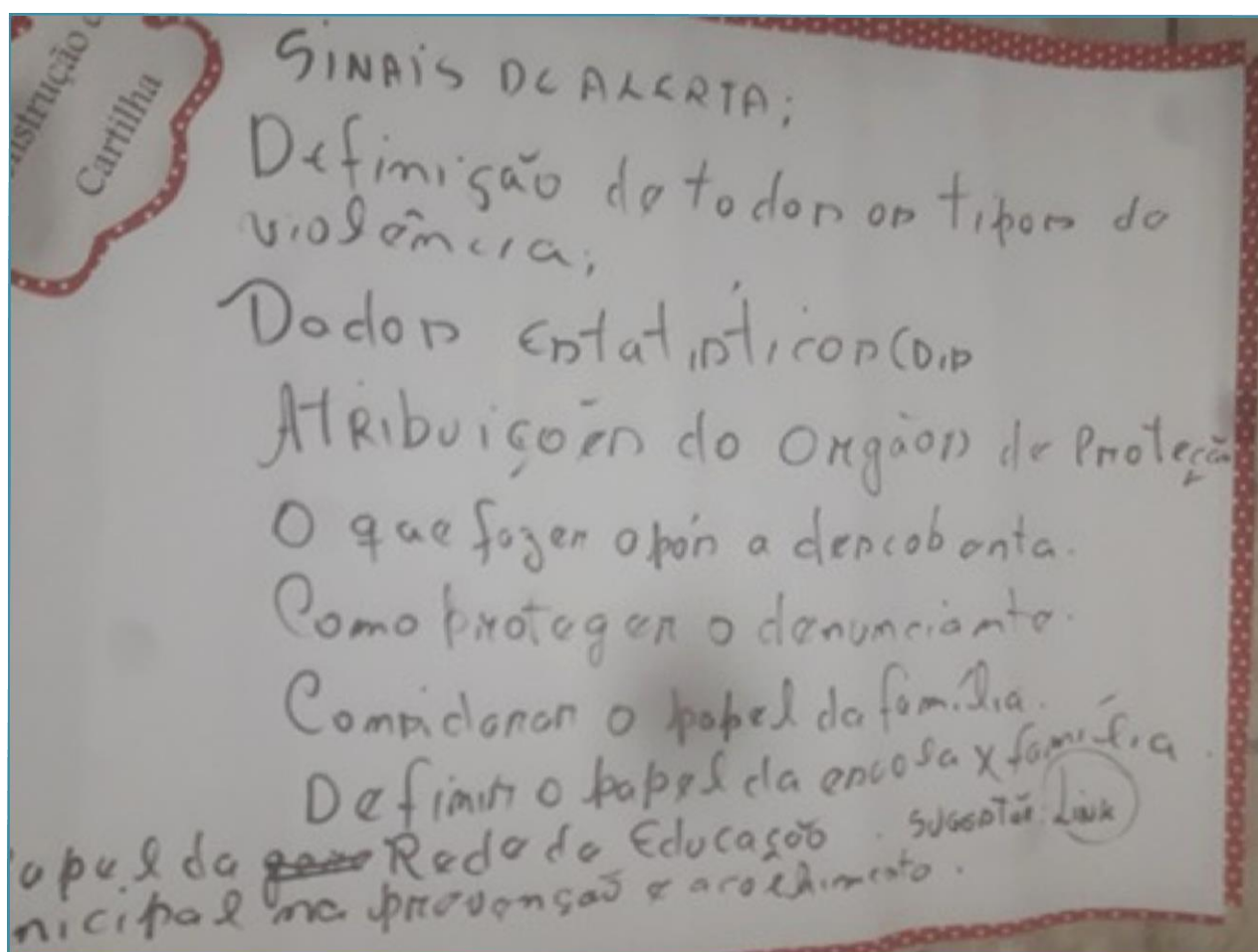
APÊNDICE IV

Painel Conceitual – Grupo Focal III



APÊNDICE V

Painel Conceitual – Cartilha do Professor



APÊNDICE VI

Cartilha do Professor

INFORMAÇÕES SOBRE O ABUSO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

CARTILHA DO PROFESSOR



**MACDOUGLAS DE OLIVEIRA
POMPÉIA VILLACHAN-LYRA**

PREFÁCIO

A Cartilha do Professor – “informações sobre o abuso sexual na primeira infância” é o resultado da pesquisa de Mestrado “ENTRE” CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS: O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento (OLIVEIRA, 2018).

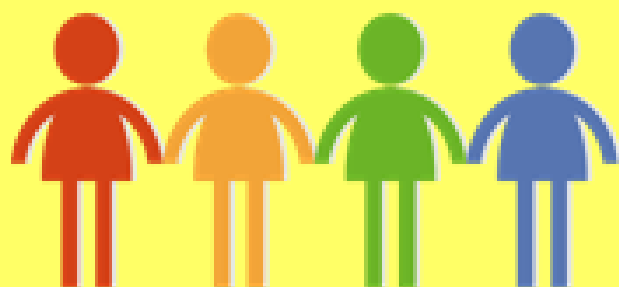
O conteúdo foi organizado considerando conceitos e informações importantes que possam auxiliar na prevenção e enfrentamento desse tipo de violência no contexto escolar.

O material contém os conceitos e informações mais importantes identificados e sugeridos por professoras da Rede Pública de Educação Infantil, do município do Recife-PE.

Considerando a escassez de formação continuada que contemplem discussões acerca da temática, a Cartilha surge com a proposta de trazer informações para os profissionais de educação, bem como subsidiar a atuação dos professores, fortalecendo a Rede de Proteção e Enfrentamento à violência sexual de crianças.

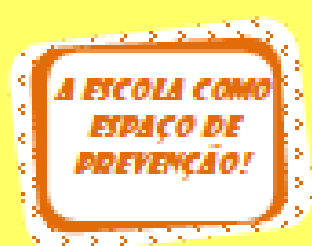
SUMÁRIO

Introdução	2
O que é abuso sexual infantil?	4
Tipos de abuso sexual infantil	5
Incidência e perfil do agressor	6
Qual o perfil das vítimas?	7
Como suspeitar que a criança é vítima de abuso sexual?	8
O que fazer quando suspeitar?	10
Qual o papel dos órgãos de proteção?	12
O trabalho em rede	16
Referências	18
Sugestão de materiais complementares	19



INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é uma realidade preocupante tanto para os órgãos competentes, como também para a sociedade, mas há algumas dificuldades para abordar abertamente o tema. A violência doméstica, principalmente a violência sexual em crianças, ainda é um tema delicado que gera tabus e desconforto ao ser discutido e trabalhado, pois envolve noções de cultura, política e construção social (LIMA, 2008).



As implicações no desenvolvimento da criança e os impactos psicológicos desencadeados pela violência sexual infantil estão relacionados a fatores importantes como o período de duração, a utilização de violência ou ameaça, a diferença de idades entre vítima e agressor, o grau de parentesco, a ausência de figuras parentais protetoras e o grau do segredo (FURNISS, 1993).

Diante desse cenário, a escola assume um papel ainda mais relevante, pois, em muitos casos, pode ser

uma das únicas oportunidades de identificação e encaminhamento desses casos de violência.

Nesse sentido, a elaboração desse material apresenta-se como suporte para o professor (a), buscando dar ênfase a uma atuação que pautar a prevenção ao abuso sexual infantil na primeira infância, sob a perspectiva de fomentar as discussões nos espaços de educação e salas de aulas, focando na autoproteção do corpo infantil.

Boa leitura!

VEM FAZER PARTE DESSA LUTA!

O QUE É ABUSO SEXUAL INFANTIL?



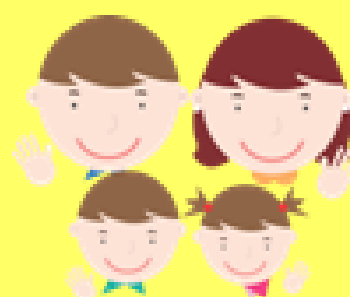
O abuso sexual é uma violência que deixa marcas profundas nas vítimas, é uma invasão na sexualidade da criança para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho.

Pode-se ou não usar de força física ou tortura, inclui desde carícias, manipulação de genitais e ânus, voyeurismo, exibicionismo, sexo anal e oral, com ou sem penetração. Baseia-se numa relação de poder do agressor para com a vítima (BRASIL, 2006).

TIPOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

O *Intrafamiliar* é caracterizado quando há um laço entre agressor e a criança vitimada como pais, mães, padrastos, tios, irmãos, avós, entre outros.

O de ordem *Extrafamiliar* é definido quando o abusador não possui laços familiares e nenhum tipo de responsabilidade sobre o vitimado.



INCIDÊNCIA E PERFIL DO AGRESSOR

Mesmo identificando os principais tipos de abuso sexual, estudos apontam o Intrafamiliar como o de maior incidência, sendo perpetrado por:

Pais biológicos; Padrastos; Tios; Avós e Pessoas próximas da criança.

Os estudos apontam que 71,5% dos agressores identificados eram pais biológicos das vítimas e 11,1% são padrastos, totalizando 82,6% (SAFFIOTE, 1997).

QUAL O PERFIL DAS VÍTIMAS?



**FIQUE
LIGADO!!!**

- ❖ Crianças mais novas;
- ❖ Crianças estigmatizadas (Bullying);
- ❖ Crianças muito sociáveis;
- ❖ Crianças pouco vigiadas.

COMO SUSPEITAR QUE A CRIANÇA É VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL?

Apenas um comportamento ou característica, isoladamente, não apresenta abuso sexual infantil.

Importante prestar atenção!!!

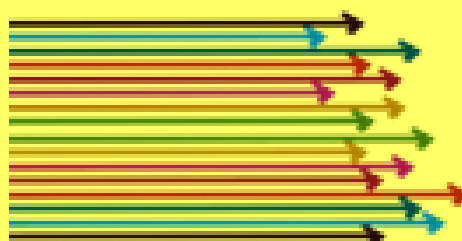
Mesmo que a criança não revele a violência sofrida, ainda assim, é comum que deixe transparecer através de comportamentos e alterações de humor destacados a seguir:

- Desconfiança excessiva;
- Dificuldades para caminhar;
- Roupas com manchas de sangue;
- Mudanças de humor inesplícáveis;
- Medo;
- Comportamentos agressivos;
- Demonstração de conhecimentos de práticas sexuais;
- Masturbação excessiva;
- Medo excessivo do escuro;
- Gritos e suores sem motivo aparente;
- Tentativas de fuga;
- Pesadelos;
- Irritabilidade;
- Dificuldade de concentração;
- Hipervigilância;
- Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT);
- Reexperimentação dos fenômenos (lembanças intrusas);
- Sonhos traumáticos;
- Isolamento;
- Desenhos com teor sexualizado.

O QUE FAZER APÓS A DESCOBERTA?

Alguns procedimentos devem ser realizados após a descoberta ou desconfiância de possíveis casos de abuso sexual infantil. É importante ressaltar que toda suspeita e denúncia deve ocorrer de forma sigilosa para que não acarrete maiores danos nas vítimas ou denunciantes.

Os procedimentos mais comuns são:



ENTRAR EM CONTATO COM:

Conselho Tutelar:

Ouvidarias Estaduais e Municipais:

Instituições de Assistência Social (CRAS, CREAS, Secretarias de Assistência Social):

Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente;

Polícias (Civil e Militar):

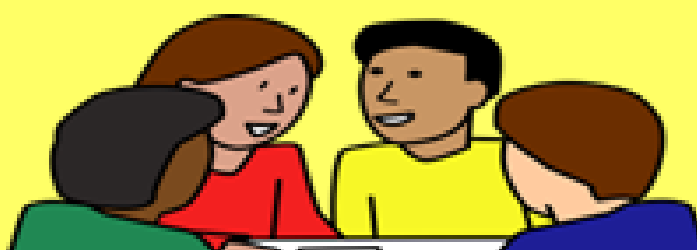
Instituições/serviços de saúde (NASF, USF, Secretarias da Saúde):

Ministério Público;

Poder Judiciário;

Instituições de Educação para encaminhamentos e:

Disque 100.



QUAL O PAPEL DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO?



Conselho Tutelar busca zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente conferidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Exerce a função de escutar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos. Ainda contribui para a formulação e planejamento de políticas e planos municipais de atendimento à criança, adolescente e suas famílias (BRASIL, 2008).

O Disque 100 é um serviço desenvolvido para a proteção de crianças e adolescentes, tendo como foco principal, a violência sexual. Monitora as providências tomadas para realizar devolutiva ao denunciante (BRASIL, 2016).

O CRAJ atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário. Busca proteger de forma preventiva indivíduos e famílias que estejam expostos a situações de risco e vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, visa fortalecer vínculos familiares e comunitários, também restabelecer vínculos afetivos e de ordem social, agindo no enfrentamento e combate às discriminações de raça, de gênero, de deficiências, entre outros.



Direciona os indivíduos e as famílias com direitos violados ou em situação de risco pessoal e social, identificando o agravamento desses riscos vivenciados na família ou no indivíduo, visando "um acompanhamento especializado, individualizado, continuado, e articulado com a rede através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS" (BRASIL, 2011).



O Ministério Público atua não só na área criminal, ele se dedica à defesa também, de patrimônio público e social, ao meio ambiente, à infância e juventude, aos idosos, às pessoas com deficiências, à saúde pública, à educação, aos direitos humanos, entre outros (BRASIL, 2012).

A escola é um ambiente acolhedor que possibilita a escuta de crianças, de modo geral, e também deve ser sensível à escuta daquelas que foram vítimas de agressões sexuais. O professor, nesse contexto, é um grande aliado na promoção e garantia de direitos, fortalecendo e dando a possibilidade de reestruturação desses sujeitos.





A Família concentra a maior responsabilidade na proteção à criança é a base efetiva e segura mais importante, principalmente nos momentos em que a criança se encontra em situações de conflitos, desconforto e medo (CARVALHO, PEDROSA E ROSSETTI-FERREIRA, 2012).

Um ambiente que acolhe e protege promove um sentimento de segurança e confiança à criança, possibilitando sua adaptação com o ambiente e o meio que o cerca (ORTIZ, FUERTES, LÓPEZ, 2004).

O TRABALHO EM REDE...



É entendendo a atuação desses órgãos e serviços que podemos, enquanto educadores, nos tornar agentes de combate contra esse tipo de agressão, ainda na primeira infância.

O conhecimento da rede e a apropriação da mesma, enquanto suporte para a atuação escolar, nos possibilitará maior agilidade nos processos de identificação de casos, bem como na garantia efetiva dos direitos da criança.

**Não! Essa luta não é minha;
Preciso de mãos que me permitam
alcançar;
De força para suportar os gritos de
sofrimento;
Das lágrimas para substituir as que me
faltam;
Do olhar da criança;
Da sabedoria do mestre;
Da voz sufocada...
Seja voz. Seja vida... Só não me faça
esperar mais.**

Eu preciso de você...



REFERÊNCIAS

- AMAZAIBRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 559-578, 1998.
- BRASIL. Refazendo laços de proteção: Ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. *Childhood – Institute WCF*, 2006.
- BRASIL. Guia Prática do Conselho Tutelar. Ministério Público. Goiás, 2008.
- BRASIL. Guia Escolar. Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate a fome (MDI). Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Disponível em: <http://www.mdi.gov.br/assistenciasocial/protecao-social/creas> Acesso em: 15 de janeiro de 2016, às 16:42, 2012.
- BRASIL. Ministério Público do Estado do Pará – MPPR. Disque 100. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.pa.br/modulos/contenudo/contenudo.php?conteudo=3> Acesso em 27 de janeiro de 2016, às 22:08.
- FURNISS, Tiziana. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Artes Médicas Porto Alegre, 1993.
- LIMA, Cláudia Maria de. Infância Ferida: Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais. Ed: Juruá, Curitiba, 2011.
- ORTIZ, M. J.; FUERTES, M. J.; LÓPEZ, F. Desenvolvimento ~~coletivo~~ na primeira infância. In: COLL, C.; MARCHESI, A. PALÁCIOS, L. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Vol. 1, 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- OLIVEIRA, ~~Marcos~~ de. "ENTRE" CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS: O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento. Dissertação. ~~Programa~~ de Pós ~~Graduação~~, em Educação, Cultura e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, 2015.

SAFFIOTI, H. L. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (Org.). Quem mandou nascer mulher? Ed: Rosa dos Tempos. São Paulo, p. 134 - 230, 2007.

SUGESTÕES DE MATERIAIS COMPLEMENTARES



LIVRO: INOCENCIA FERIDA

Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais.

Autora: Cilmaura Maria de Lima
Editora: Juruá - Psicologia
Ano: 2011

LIVRO: REFAZENDO OS LAÇOS DE PROTEÇÃO

Ações de prevenção ao abuso sexual e à exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes.

Instituto CHILDHOOD - Brasil
Ano: 2006

LIVRO: ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS

Autora: Christlane Sanderson
Editora: M. Books.
Ano: 2005

SITES PARA CONSULTAS:

<http://www.abrapia.org.br>

<http://www.abusosexual.org.br>

<http://www.childhood.org.br/>

<http://www.projetoalcada.org.br/>

FILME:

Abuso Sexual

EUA, 199, 115 min.

Direção: Simon West

FILME:

O Padre

Inglaterra, 1994, 105 min.

Direção: Antonia Bird

CURTAS:

O segredo de Nara

Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=vgw4yj9jveQ>

CURTAS:

Campanha contra o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=Sc8yp863EE0>



FAÇA BONITO.

PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Macedouglas de Oliveira
Macedouglas16@hotmail.com

Pompéia Villachan-Lyra
pompeialyra@gmail.com



ANEXOS

ANEXO I

Carta de Anuência



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO PEDAGÓGICA

Recife, 07 de junho de 2017.

CARTA DE ANUÊNCIA

Informamos que **Macdouglass de Oliveira**, estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, está autorizado a realizar, em unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino do Recife, pesquisa relativa ao seu projeto intitulado: ***"ENTRE" CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento.***

Recomenda-se que o estudante verifique com a gestão das unidades educacionais como se dará a participação do mesmo no cotidiano das unidades, considerando-se os dias, horários e demais aspectos pertinentes para a realização do estudo.

Salientamos que, caso haja ação de filmagens e/ou fotografias, o pesquisador deverá solicitar autorização individual por escrito dos indivíduos/responsáveis envolvidos no referido estudo.

Atenciosamente,

Rogério Moraes

Diretor Executivo de Gestão Pedagógica

ANEXO II

Reflexão a casa dos mil espelhos

Tempos atrás, em um distante e pequeno vilarejo, havia um lugar conhecido como a casa dos mil espelhos. Um pequeno e feliz cãozinho soube desse lugar e decidiu visitá-lo. Chegando lá, saltou feliz escada acima até a entrada da casa. Olhou através da porta de entrada com as orelhinhas bem levantadas e a cauda balançando tão rapidamente quanto podia.

Para sua grande surpresa, deparou-se com outros mil pequenos e felizes cãesinhos, todos com suas caudas balançando tão rapidamente quanto à dele. Abriu um enorme sorriso e foi correspondido com mil enormes sorrisos. Quando saiu da casa, pensou: “Que lugar maravilhoso! Voltarei sempre, um montão de vezes”.

Nesse mesmo vilarejo, outro pequeno cãozinho, que não era tão feliz quanto o primeiro, decidiu visitar a casa. Escalou lentamente as escadas e olhou através da porta. Quando viu mil olhares hostis de cães que lhe olhavam fixamente, rosnou e mostrou os dentes. Ele ficou horrorizado ao ver mil cães rosnando e mostrando os dentes para ele também. Quando saiu, pensou: “Que lugar horrível, nunca mais volto aqui”.

ANEXO III

Reflexão Mãe Águia

A águia sabe o momento exato de “expulsar” seus filhotes do ninho. Ela percebe que se demorarem mais em ficar no abrigo do ninho, serão adultos dependentes, fracos.

Por isso ela começa a modificar o confortável “bercinho”, colocando espinhos, pedras, tudo para que eles deixem o ninho, e exercitem seus músculos. Quando percebe que já são suficientemente fortes, ela os empurra do mais alto penhasco, para que eles aprendam a voar. Ela observa como caem, controlando seu próprio instinto, e só parte para o socorro no último instante, a alguns segundo do chão.

Ela sabe que eles nunca se lançariam sozinhos, e a demora os tornaria alvos fáceis dos predadores. Muitas com certeza exclamariam: Que crueldade! Mas se elas não atuassem assim, certamente a espécie já estaria extinta. Assim como hoje são raras as pessoas com valores e características de vencedores.

A Mãe Águia se despoja de seus sentimentos e sacrifica o que considera mais valioso, a presença de seus filhotes junto a si, por amor a eles. Um detalhe – Diz a “lenda” que a primeira coisa que fazem depois deste voo rasante é voltar ao ninho para agradecer a mamãe águia.